

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO  
CENTRO DE CIÊNCIAS DO HOMEM  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA**

**As vulnerabilidades de uma carreira: os *camelôs do terminal* e a cidade de  
Campos dos Goytacazes como um espaço de luta por reconhecimento**

**Mestrando: Renan Lubanco Assis  
Orientadora: Márcia Leitão Pinheiro**

**CAMPOS DOS GOYTACAZES  
Dezembro de 2011**

**Renan Lubanco Assis**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, da Universidade Estadual no Norte Fluminense Darcy Ribeiro.

**Orientadora: Marcia Leitão Pinheiro**

**CAMPOS DOS GOYTACAZES  
Dezembro de 2011**

## FICHA CATALOGRÁFICA

Preparada pela Biblioteca do **CCH / UENF**

006/2012

Assis, Renan Lubanco

As vulnerabilidades de uma carreira : os camelôs do terminal e a cidade de Campos dos Goytacazes como um espaço de luta por reconhecimento / Renan Lubanco Assis -- Campos dos Goytacazes, RJ, 2011.

95 p. : il

Orientador: Marcia Leitão Pinheiro

Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Centro de Ciências do Homem, 2012

Bibliografia: f. 85 - 88

1. Camelôs – Campos dos Goytacazes (RJ). 2. Trabalho Informal. 3. Identidade Social. 4. Sociologia Urbana. I. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Centro de Ciências do Homem. II. Título.

CDD 305.9

–

**Renan Lubanco Assis**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, da Universidade Estadual no Norte Fluminense Darcy Ribeiro.

**Banca Examinadora:**

---

**Marcia Leitão Pinheiro, (Orientadora)**  
**Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro**

---

**Caterine Reginensi**  
**Ecole Nationale Supérieure d'Architecture de Toulouse França**

---

**Sérgio Luís Pereira da Silva**  
**Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro**

---

**Wania Belchior Mesquita**  
**Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro**

À dona Vanda, minha avó tão amada.

## AGRADECIMENTOS

Devo agradecer primeiramente a minha família, que sempre apoiou minhas escolhas. Quando digo apoio, não falo só de um apoio emocional, mas ainda financeiro. Não foi uma nem duas vezes que a minha mãe pediu que eu abandonasse algum emprego para que eu pudesse ter uma dedicação maior a minha carreira acadêmica. E para isto, ela acabou se dispondo a arcar com algumas despesas minhas.

Agradeço a Márcia, que me recebeu como aluno especial na disciplina Métodos Qualitativos em Pesquisa social, ministrada no Programa de Pós-graduação em Sociologia Política no segundo semestre do ano de 2008, fato que foi importantíssimo para a construção deste trabalho, uma vez que a mesma teve muita colaboração para a construção da minha temática, bem como, minhas escolhas metodológicas. Antes mesmo de oficializar minha orientação com ela, já havia incorporado ao meu projeto de seleção ao mestrado, sugestões que havia recebido durante o curso de sua disciplina. No decorrer do curso, como seu orientando, os nossos encontros foram fundamentais para o meu amadurecimento acadêmico. Nesse mesmo período, pude contar também com a contribuição do Sérgio, que me aceitou como ouvinte de sua disciplina. Este contato foi muito basilar para que eu pudesse pensar os fatores políticos de minha discussão.

Agradeço a todos os colegas do Programa de Pós-graduação em Sociologia Política, pelas discussões travadas, seja em aula, ou pelos corredores da Uenf. Estas, mesmo que informalmente, não deixaram de dar contribuições para que eu pensasse na incorporação de novos autores, ou mesmo, novas problemáticas.

Agradeço ao professores do Laboratório de Estudo da Sociedade Civil e Estado (Lesce), de modo geral, pois as disciplinas oferecidas, principalmente as de teoria social e política, foram muito importantes para mim no amadurecimento no campo da Sociologia, uma vez que a minha primeira formação foi em História.

Agradeço a Manuela que, de colega do Programa de Pós-graduação em Sociologia Política, passou a ser uma grande companheira, que esteve e está comigo nos momentos mais decisivos deste trabalho. Suas grandes contribuições como “coopitaqueira”, como ela mesma diz, foram e são muito importantes. Outro fator de grande relevância em sua companhia foi o seu apoio emocional, pois ela sempre se mostrou confiante quanto a realização e conclusão deste trabalho. Por isto, eu tenho muito a agradecer-lá.

Agradeço ainda, ao Augusto Oliveira e ao Sérgio Luís Pereira da Silva por terem participado da minha banca de defesa de projeto de dissertação e terem dado grandes contribuições, sem as quais, este trabalho não teria o desenvolvimento que teve. Todas as dicas e sugestões foram excelentes para que o meu pensamento inicial fosse organizado e transformado neste trabalho que hoje finalizo.

*Eu to há muitos anos, vivo disso,  
criei meus filhos nisso, meus colegas  
também vivem disso, criam a família  
deles honestamente, com toda  
dignidade, né?*

*Um camelô relatando sua carreira*

## **RESUMO**

Este trabalho tem como proposta lançar a discussão em torno da ocupação e permanência de camelôs de uma área pública da cidade de Campos dos Goytacazes para a realização de atividades comerciais. Para isto, é levantada uma investigação de como são tecidas as relações cotidianas intra-grupo e extra-grupo, refletindo como estas contribuem para sua formação social, bem como a construção de uma identidade política que emerge e ganha legitimidade na luta por reconhecimento da atividade no espaço urbano. Esta abordagem será basilar para se pensar como ocorre o jogo de representações na cidade e como estas servem de apoio para negociação da permanência dos camelôs na área central, um local composto pela heterogeneidade social.



## **ABSTRACT**

This work is proposed to launch the debate on the occupation and residence of peddlers of a public area of the city of Campos dos Goytacazes to conduct commercial activities. For this, is raised an investigation of how everyday relations are woven and intra-group extra-grupo, reflecting how these contribute to his social training, as well as the construction of a political identity that emerge and gain legitimacy in the struggle for recognition of activity in the urban space. This approach will be to think about how the basilar game occurs in the city and how these representations serve as support for the negotiation of the permanence of the peddlers in the central area, a site composed of social heterogeneity.

## SUMÁRIO

<b>Apresentação</b>	<b>01</b>
<b>1. Capítulo I – Etnografando o terminal</b>	<b>10</b>
1.1 A entrada	10
1.2. O Terminal	16
1.3. “Quem é o <i>camelô</i> de Campos dos Goytacazes?”	23
1.4. “Ali é onde passa todo mundo”: <i>Camelôs do terminal no Centro</i>	32
<b>2. Capítulo II - Capítulo II - <i>Camelôs: Trabalhadores informais?</i></b>	<b>36</b>
2.1 Rumo ao centro da cidade	39
2.2 Usos da rua da cidade	42
2.3 A carreira	44
2.4 Representações identitárias nos espaços públicos	54
<b>3. Capítulo III – A Cidade como o lugar das representações identitárias</b>	<b>60</b>
3.1 Dinâmicas na cidade: trajetórias, representações e estigmas	60
3.2 Os limites da <i>informalidade</i> no centro de Campos dos Goytacazes	67
3.3 “Isso aí faz parte da minha vida.”	72
3.4 “Não somos porcos, somos trabalhadores de rua”	77
<b>4. Conclusão</b>	<b>82</b>
<b>5. Bibliografia citada</b>	<b>85</b>
<b>6. Periódicos consultados</b>	<b>89</b>
<b>7. Sites consultados</b>	<b>89</b>
<b>8. Anexos</b>	<b>90</b>

**SIGLAS UTILIZADAS**

<b>CARJOPA</b>	<b>Comerciantes e Amigos da Rua João Pessoa e Adjacências</b>
<b>ACIC</b>	<b>Associação Comercial e Industrial de Campos</b>
<b>CLT</b>	<b>Consolidação das Leis Trabalhistas</b>
<b>CNPJ</b>	<b>Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas</b>
<b>CDL</b>	<b>Câmara dos Dirigentes Lojistas.</b>
<b>OIT</b>	<b>Organização Internacional do Trabalho</b>
<b>SECOM</b>	<b>Secretaria de Comunicação Municipal</b>
<b>UENF</b>	<b>Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeyro</b>

**IMAGENS UTILIZADAS**

<b>Foto 1 –</b>	<b>Cobreadores e motoristas de ônibus no terminal</b>	<b>19</b>
<b>Foto 2 –</b>	<b>Interior da banca do terminal</b>	<b>20</b>
<b>Foto 3 –</b>	<b>Cartão de visitas da banca do Elias</b>	<b>28</b>
<b>Foto 4 –</b>	<b>Operação 25 de março</b>	<b>49</b>
<b>Foto 5 –</b>	<b>Camelôs do terminal e Campos Shopping</b>	<b>68</b>

## Apresentação

Este trabalho de dissertação tem por objetivo apreender a formação social, identitária, política, bem como as possíveis vulnerabilidades de um grupo de *camelôs* instalados no terminal rodoviário Luís Carlos Prestes, situado na área central da cidade de Campos dos Goytacazes. Campos dos Goytacazes é uma cidade interiorana de médio porte situada no estado do Rio de Janeiro - Brasil, caracterizada por ter sido umas das principais produtoras de açúcar do Brasil, desde o século XIX até o início do século XX (PINTO, 1987: 78). Sua economia foi afetada pela crise do setor sucroalcooleiro na década de 1970, que causou grandes impactos no desenho demográfico da região, dentre eles a alta mobilidade de populações residentes da área rural em direção à área urbana da cidade. Contemporaneamente a cidade de Campos dos Goytacazes conta com uma economia baseada na construção civil e no comércio varejista, mas, sobretudo na expansão do setor petrolífero, responsável ainda pela arrecadação municipal de *royalties* (imposto pago aos municípios sede de exploração petrolífera) (SILVA e CARVALHO, 2004).

O terminal rodoviário em cujo entorno se situam os *camelôs* observados para o desenvolvimento deste trabalho é utilizado por ônibus que circulam no perímetro urbano da cidade e foi construído na segunda gestão do prefeito José Carlos Vieira Barbosa (Zezé Barbosa) (entre os anos de 1973 e 1976). Inicialmente essa área urbana se caracterizava apenas pela presença de um conjunto de quiosques que oferecia bebidas e produtos alimentícios, mas sofreu grande modificação dada a progressiva concentração de *camelôs*.

No tocante a atividade de *camelotagem* é caracterizada por envolver a comercialização de mercadorias em lugares públicos. A presença desses trabalhadores em áreas centrais das cidades é emblemática ao processo mesmo de expansão urbana. No espaço físico central seja das grandes ou pequenas cidades, estas atividades se caracterizam por promoverem uma reapropriação dos espaços públicos, sejam praças, edificações, calçadas e vias públicas com o fim de expor mercadorias e empreender negociações comerciais. Dadas tais características, os *camelôs* acabam por se constituir ao longo da história em parte característica à composição mesma dos centros urbanos.

Frehse (2007) destaca que o comércio em via pública é uma atividade social muito antiga e anterior a própria modernidade. No caso abordado por ela, a cidade de São Paulo no período colonial do séc. XVIII, os padeiros que, apesar da proibição pelo poder público, vendiam pães pelas ruas centrais. Já no séc. XIX se destacavam as

mercearias que comercializavam frutas, doces e bebidas caseiras pelo centro da cidade. Em Campos dos Goytacazes, já no início do século XIX, os portugueses se dedicavam a pequenas atividades comerciais nas principais áreas centrais. De acordo com Lamego (2007: 127):

O comércio é vantajoso aos negociantes, alguns dos quais são ricos, e quase todos empregados nele são portugueses, no que são felicíssimos, apesar de virem para ali na última indigência, principiando, com pequenos abonos, a mascatear miçangas, canivetes, carapaças, tesouras, dedais e outras semelhantes bugigangas, e, valendo-se da generosidade dos brasileiros, que lhes franqueiam gratuitamente quanto é preciso para a subsistência, em pouco tempo ajuntam um fundo considerável.

Segundo Lamego, o exercício de atividades comerciais pelos portugueses instalados na cidade teve início justamente nas vias públicas centrais. Favorecendo não somente a manutenção de sua subsistência, mas ainda propiciando a inserção dos lusitanos no mundo do trabalho urbano através de atividades que possibilitavam enormemente a sua mobilidade econômica. No atual contexto, os *camelôs* estão distribuídos em diversas modalidades, sejam eles possuidores de *pontos* fixos ou em movimento pelas principais vias centrais. A categoria *ponto* refere-se ao lugar onde os *camelôs* exercem suas atividades, sejam elas realizadas com ou sem *banca*. Estar em um *ponto* é se apropriar de um lugar específico e nele ficar frequentemente exercendo sua atividade e é importante destacar que tal apropriação transforma um simples espaço físico de lugares públicos ou semi-públicos em uma área com valor econômico e passível de negociação.

No que toca aos que trabalham em movimento pelas principais ruas, Freitas (2006:112) destaca que:

Nos fins de semana o número de ambulantes cresce. Há quem ofereça ferramentas; outros vendem bijuterias e cordões; outros ainda, pequenos objetos utilitários blocos de notas; canetas coloridas; taças, formas e tigelas plásticas; escumadeiras e conchas; redes e panos bordados do Nordeste.

Freitas coloca em evidência vendedores que se ocupam das imediações do Mercado Municipal da cidade de Campos dos Goytacazes. O Mercado Municipal de Campos, instalado há oito décadas na área central da cidade, funciona diariamente, sem interrupções e com um caráter permanente de comércio; neste sentido, não apresenta a mesma temporalidade das feiras que acontecem em dias e locais pré-determinados. O mercado atrai uma grande clientela, o que implica em uma alta circulação de pessoas

em seu entorno e favorece aos *camelôs ambulantes* ou mesmo com *pontos* fixos que ficam em suas imediações (FREITAS, 2006: 16).

Vizinho ao mercado municipal situa-se o *Shopping* popular Michael Haddad<sup>1</sup>, um empreendimento composto por estrutura para 356 bancas, que foram construídas para abrigar *camelôs* que ocupavam as ruas da cidade. É importante destacar que existem propostas (sobre esta questão, faço uma discussão no terceiro capítulo) para ampliação do *Shopping* para o atendimento das novas demandas, pois o número de *camelôs* na cidade atualmente supera a oferta de bancas existentes no *Shopping* Popular Michael Haddad. Nesse sentido, hoje existem uma variedade de *camelôs* presentes no centro da cidade de Campos dos Goytacazes e, dentre estes grupos, os *camelôs do terminal*, grupo que seleciono para minha investigação da categoria *camelô*.

A categoria *camelô* assumida parte de uma apreensão analítica de categorias nativas e suas variações dadas entre *camelôs de bancas* e *de rua*, a primeira referente aos *camelôs* estabelecidos em estruturas fixas, no caso analisado compostas de tubos de ferro, com aproximadamente 2 m de comprimento, 1½ de largura e 2 m de altura, cobertas por uma lona plástica azul e com uma madeira de compensado em seu meio para a disposição dos produtos, ou ainda, estruturas construídas pelo poder público para abrigar a atividade, como o caso do *Shopping* Popular Michael Haddad. Tal disposição implica numa caracterização da atividade comercial marcada pela oposição e, ao mesmo tempo, complementaridade com o ato de perambular, típico aos *camelôs de rua*, que não possuem *ponto* fixo e transitam pelas ruas com diversos produtos dispostos nas mãos, no corpo ou em estruturas móveis. Estes transitam pelas diversas ruas do centro, apesar de tenderem a se concentrar nos arredores do Mercado Municipal, ao lado do *Shopping* Michel Haddad. O ponto em comum entre essas duas categorias é a circulação ou permanência em *lugares públicos* ou *semi-públicos*. Não sendo comum, mas possível, encontrá-los em locais privados.

Com relação aos *camelôs do terminal* e os que estão no *Shopping* Popular Michael Haddad, estes dois grupos ocupam bancas, porém, de modos diferenciados. O primeiro grupo está situado em um terminal rodoviário com a concessão do poder público municipal para o exercício da atividade; já o segundo grupo está situado em uma estrutura construída pelo poder público municipal para abrigá-los, portanto, estes gozam de mais comodidade, uma vez que as estruturas são construídas pelo poder

---

<sup>1</sup> O *Shopping* Popular Michel Haddad, conhecido como *camelódromo*, foi construído há cerca de 20 anos para organizar os ambulantes que trabalhavam nas ruas de Campos. Conta com 356 bancas e oferece uma variedade de produtos, que vão desde eletroeletrônicos até brinquedos e enfeites diversos.

público, ao passo que o primeiro grupo está em uma calçada com estruturas construídas por eles mesmos. O ponto de convergência desses dois grupos no tocante ao uso do espaço, encontra-se na ocupação de um lugar *semi-público*, sob concessão do poder público municipal.

No tocante à compreensão das categorias *lugares públicos* e *semi-públicos* parte-se da apreensão goffmaniana (2010), onde o público é caracterizado por um lugar de encontro comum de diversos indivíduos. Os *lugares públicos* a serem contemplados neste trabalho são os locais onde ocorrem os encontros *face a face* na área central de Campos dos Goytacazes, a saber, o terminal rodoviário Luis Carlos Prestes e as principais ruas, enquanto que os *lugares semi-públicos*, caracterizam-se por estabelecimentos comerciais, casas noturnas, espaços destinados a eventos diversos (*shows musicais, teatrais*, entre uma gama de possibilidades).

Como lugar de *contatos mistos*, expressão que se refere aos contatos de diversas categorias identitárias em um local comum (GOFFMAN, 1988), a localidade onde os *camelôs* exercem suas atividades, se caracteriza pela coexistência de trabalhadores exercendo diversos tipos de atividades, bem como de transeuntes de diferentes origens sociais, em analogia ao próprio contexto urbano enquanto espaço de agregação de diferentes grupos sociais.

O espaço urbano, portanto, onde os *camelôs* exercem suas atividades em potencial (MAFRA, 2007), é um local privilegiado para realização dos contatos de tipo misto. Assim as diversas categorias identitárias se colocam em permanente diálogo, vivendo não somente em relação de oposição, mas também em negociação de significados em torno de diferentes modos de vida (VELHO, 2008). Nesse sentido, as relações que são vivenciadas no espaço urbano entre os variados grupos contribuem para a construção social deste espaço mesmo e a principal relação a caracterizar tal contexto sócio-cultural corresponde historicamente às trocas comerciais (BRAUDEL, 1998) que caracterizam a interdependência dada entre grupos sociais diferenciados. Weber (2004) vai identificar a cidade uma localidade, não somente, principesca, mas ainda de mercado. Todos estes fatores só colaboraram para o entrelaçamento cultural dos lugares públicos urbanos.

Ao falar em diversidades em lugares públicos urbanos, compreende-se que o espaço público é constituído por uma multivocalidade, por diversidade de vozes, algo que Bakhtin (1999) relaciona ao conceito de polifonia. Nesse caso, se faz uma leitura do espaço urbano como um lugar de pluralismo identitário que, ao invés de ser exclusivo, é relacional, onde as diversas identidades estão em um contato dialógico constante. O

público torna-se, então, um concerto de várias vozes e os agentes transformam-se em potenciais produtores discursivos.

Bakhtin (1999), ao fazer uma leitura do *vocabulário da praça pública na obra de Rebelais*, destaca a praça como um lugar não-oficial, onde há o predomínio das relações de familiaridade e de liberdade. O ambiente da praça pública, ao qual ele faz alusão, escapa sempre das formas verbais do comércio oficial. A propaganda dos vendedores da praça pública, em referência aos *camelôs* da Rússia, era marcada pela ironia e composta de gracejos. A praça pública, na abordagem bakhtiniana, era o território da cultura popular, a língua utilizada na praça pública estava em tensão com aquela utilizada em lugares marcados pela formalidade, como na igreja, por exemplo. Assim, pode-se notar a pertinência de grupos que possuem uma legitimidade no espaço público, mesmo que não sejam reconhecidos oficialmente por órgãos representantes do poder central que, no caso abordado por Bakhtin, era composto pelo clero e pela nobreza.

A formulação de Bakhtin possibilita entender o público constituído por diferentes vozes, pessoas e identidades. No entanto, torna-se pertinente pensar em lugares públicos – onde os trabalhadores estão em um contato cotidiano – como um local de *compartilhamento do reconhecimento dos ‘outros’ no ‘eu’ e do ‘eu’ nos ‘outros’, numa relação dialética identitária cuja síntese é a diversidade e não a unidade* (SILVA, 2009: 50).

Interessa-me uma investigação não da configuração dos *lugares públicos*, mas do comportamento de diversos grupos que neles se encontram e como estas relações possibilitam o surgimento de novas identidades. No caso dos *camelôs do terminal*, é relevante uma investigação de suas *declarações identitárias*, bem como, a luta por reconhecimento da atividade, como elemento de construção identitária do grupo. Nesse sentido, intento me ater a um apanhado de elementos presentes nas falas dos *camelôs* que potencializam a formação identitária destes na área central urbana. No tocante a *declaração identitária*, Agier (2001: 10) destaca que ela é *múltipla, inacabada, instável, sempre experimentada mais como uma busca que como um fato*.

Em meio a este local favorável ao encontro de uma diversidade de grupos, é que se inserem os *camelôs* com suas práticas econômicas e culturais. Neste trabalho contemplarei a formação identitária desse grupo e como esta se constitui a partir das suas retóricas. Por identidade penso em um processo inacabado, passível de constantes transformações.



Em se tratando da formação política da identidade dos *camelôs* instalados no entorno do terminal rodoviário da cidade de Campos dos Goytacazes, visou também apreender como se dão as condições de reconhecimento da identidade destes nos *lugares públicos*. Para tal abordagem, conto com a formulação de Honneth (2003) sobre os conflitos sociais que agem como força propulsora para a busca de reconhecimento de uma singularidade da identidade individual ou coletiva. Esta condição está pautada na idéia de *dignidade*, onde o ser humano independente de seu *status social* é merecedor de respeito.

Ao problematizar as lutas por reconhecimento, Honneth (2003) tem em mente a *esfera pública* habermasiana, pois é nesta caixa de ressonância que os grupos encontram espaço para agir comunicativamente apresentando suas demandas. Este fator é muito pertinente quando pensamos na formação e busca de *reconhecimento* por parte de movimentos sociais, grupos étnicos, entre outra variedade de grupos presentes no cenário social. Como elemento público da luta por reconhecimento da atividade da camelotagem em Campos dos Goytacazes, recorro ao acionamento da mídia por parte dos trabalhadores, pois a mídia pode ser utilizada como um *espaço de veiculação e visibilidade de demandas públicas* (SILVA, 2009: 152).

Os *camelôs do terminal* vivenciam conflitos constantes para permanecerem na área central de Campos dos Goytacazes. Observando estes conflitos pude notar que ocorre uma formação identitária na medida em que estes trabalhadores lutam para ter acesso às condições de trabalho oferecidas pela cidade. A interação social vivenciada por *camelôs*, comerciantes e poder público na cidade possibilita a emergência identitária do primeiro grupo, uma vez que este é exposto a sentimentos de vergonha em alguns aparelhos midiáticos locais, bem como, a suposta ausência do poder público, pois, na fala dos *camelôs* (questão que problematizo no terceiro capítulo), este não oferece um lugar adequado para eles exercerem suas atividades. A exposição a sentimentos de vergonha acaba agindo como *impulso motivacional* para que os *camelôs* lutem por reconhecimento deles como *trabalhadores* e não como *invasores* da área central urbana.

Sobre a depreciação como impulso motivacional, Honneth (2003: 224) destaca que:

...os sujeitos humanos não podem reagir de modo emocionalmente neutro às ofensas sociais, representadas por maus tratos físicos, pela privação de direitos e degradação, os padrões normativos de reconhecimento recíproco têm uma certa possibilidade de realização no interior da vida social em geral; pois toda reação emocional negativa que vai de par com a experiência de um desrespeito de pretensões de reconhecimento contém novamente em si de que a injustiça infligida ao

sujeito se lhe revele em termos cognitivos e se torne motivo de resistência política.

Sob tais condições, considero relevante pensar a emergência identitária dos *camelôs* em declarações que surgem como contraposição a um não-reconhecimento que emerge de representações geradas por grupos que continuamente estão confrontando e buscando de alguma forma negar um direito de acessar a cidade aos *camelôs*, trabalhadores que no início da carreira<sup>2</sup> possuem baixo poder aquisitivo para se instalar em empreendimentos mais sofisticados.

Pretende-se destacar a emergência identitária dos *camelôs* como resultado de uma resistência a representações geradas na cidade acerca destes, que, muitas vezes estão associados a criminalidade, *pirataria*, sonegação fiscal, problemas de ordenamento público, entre outras atividades consideradas *desviantes* e presentes na cidade. Estas características são imputadas por meio de representações que são utilizadas para deslegitimar a presença destes trabalhadores no espaço urbano das cidades.

Para abordar as representações geradas na cidade acerca do *camelô*, além de material empírico, tenho como referência teórica a abordagem acerca da representação social. Como base teórica, entendo ser relevante ressaltar a compreensão de *representações coletivas* em Chartier (1991). Recorro a esta abordagem para pensar a posição social do *camelô* na cidade em relação às outras atividades. Pois as representações são ferramentas importantes na construção de posições de grupos ou indivíduos na sociedade, o que pode positivar ou não as identidades dos atores representados.

Mediante tal proposta teórica, pretendo estabelecer uma análise das diversas representações que uma mesma atividade pode ter para diferentes grupos: *camelôs*, comerciantes e comerciários, mídia e poder público. Em prol da investigação das representações destes grupos, contei com a realização de trabalho empírico, que contém declarações dos citados grupos, que serão basilares para o entendimento do modo como a ocupação do lugar público para atividade comercial é representada nos discursos dos agentes envolvidos nela, diretamente ou não. Esta abordagem possibilitará ainda uma breve compreensão da *área moral* na qual os *camelôs* se incluem no discurso dos lojistas e mídia local.

---

<sup>2</sup> - Utilizo o termo carreira no sentido estabelecido por Hughes (1971), conforme será visto no capítulo 2.

Para a compreensão da relação dos *camelôs* com comerciantes lojistas, principal grupo inserido na negociação da ocupação da área central de Campos dos Goytacazes, considero importante a elaboração de Elias (2000) sobre a relação entre famílias de uma pequena cidade da Inglaterra. Em sua análise, ele formulou duas categorias para classificar os dois tipos de famílias existentes na cidade, as *estabelecidas* e as *outsiders*. A partir desta formulação penso compreender a relação do *camelô* com o comerciante lojista na cidade de Campos dos Goytacazes. Intento saber os limites entre ser *estabelecido* e *outsider* na área central da citada cidade. Para isto, faz-se basilar uma compreensão de como são construídas a noção de normalidade e desvio nas representações presentes nas declarações dos comerciantes, e estas foram extraídas de um periódico impresso de grande circulação municipal. Os dados obtidos permitem demonstrar como é insustentável a noção de uma oposição constante entre as atividades dos *camelôs* e dos comerciantes lojistas e como tais formas de comercialização se apresentam na prática como complementares em alguns momentos.

Tais contribuições empíricas e teóricas me possibilitam elaborar uma discussão acerca da ocupação de lugares públicos por *camelôs* e as condições sociais que a envolvem. Este trabalho será dividido em três etapas. A primeira será composta de uma análise dos dados obtidos a partir da realização de um trabalho de campo, bem como a minha inserção neste, e como esta experiência profissional e subjetiva interferiram na construção deste trabalho. Serão remontados os fatores que me levaram e possibilitaram entrar no campo, onde intentei *ler um manuscrito estranho, desbotado, cheio de elipses interferências, emendas suspeitas e comentários tendenciosos, escritos não com sinais convencionais do som* (GEERTZ, 2008: 7). Para isto, além da observação e conversas eventuais, realizei entrevistas com sete *camelôs*. Os nomes que serão utilizados nas falas são fictícios a fim de preservar a identidade dos entrevistados.

A segunda etapa deste trabalho será composta da discussão que envolve a ocupação de lugares públicos ou semi-públicos para o exercício da *camelotagem*. Para isto, busco tecer uma série de fatores que estão presentes na camelotagem, desde a configuração do espaço ocupado por estes, como a atividade em si, pensando nas suas possíveis vulnerabilidades e como estas acabam se tornando um elemento importante nas tentativas de controle social e representações sobre os atores diretamente envolvidos na carreira. Abordo como o efeito aglutinador dos centros urbanos, que possibilitam o crescimento da atividade e o contato da mesma com outras, propiciando o entrelaçamento não somente de atividades econômicas, mas encontros culturais e negociações para a ocupação da cidade.

Por fim, busco refletir sobre as peculiaridades que envolvem o fenômeno da camelotagem, o que relaciona uma série de questões ligadas não somente a uma apropriação econômica e jurídica de um espaço físico para o exercício da atividade, mas, ainda, a apropriação política de um espaço na cidade, ação permeada pela luta representacional entre *camelôs*, lojistas e mídia impressa. Estes elementos serão discutidos com a finalidade de apontar como os *camelôs* se organizam politicamente em uma luta por reconhecimento da atividade na cidade, local privilegiado para o exercício da atividade. No tocante a utilização da mídia, utilizo o periódico Folha da Manhã e o *portal de notícias* da secretaria de comunicação (*secom*) do poder executivo municipal, disponível em sua *home page*.

Estas ferramentas possibilitaram a compreensão da formação social da camelotagem, uma atividade que está além da questão econômica e jurídica. Portanto, esta pesquisa possibilitará a investigação dos significados existentes na carreira e, como estes servem como elementos de positivação da atividade por parte dos *camelôs*.

## Capítulo I - Etnografando o terminal

### 1.1 A entrada

A minha entrada no campo teve início na segunda metade do ano de 2008, de forma eventual, mas foi a partir do mês de julho até o final de novembro de 2010, que passei a frequentar regularmente o terminal. Natural da Cidade de Campos dos Goytacazes e transeunte frequente da área central da cidade, sempre observei o crescimento do número de barracas de *camelôs*, além de uma gama de atividades conexas, como a comercialização de produtos alimentícios em diversos pontos de transportes alternativos. Eu já tinha o hábito de circular e exercer atividades regulares na área central da cidade, desde transações bancárias ao sorveteiro de fim de tarde em um dos quiosques do terminal. Observando, como nativo da cidade de Campos e transeunte, as transformações dessa localidade, sempre buscava algumas respostas, como por exemplo: quais as condições sociais da apropriação de um lugar público na área central, para o exercício de atividades comerciais? Em que condições estes indivíduos trabalhavam, uma vez que estavam suscetíveis a uma série de vulnerabilidades, como o clima, as recorrentes *batidas*<sup>3</sup> policiais?

Ao mesmo tempo, tais questionamentos remontam intimamente à minha formação familiar, dado ser neto de um *ex-camelô* que atuava no centro de Campos dos Goytacazes quando jovem. A atividade, segundo as suas histórias, envolvia uma série de conflitos com agentes do poder público ou comerciantes, bem como um extenso repertório de aventuras por todas as cidades pelas quais passava, pois suas atividades comerciais envolviam o acompanhamento de *festas*<sup>4</sup> e eventos em regiões vizinhas.

Partindo dessas indagações, resolvi realizar uma pesquisa que respondesse tais perguntas ou levantasse mais questões, haja vista a complexidade que pode envolver tais atividades, passíveis de constantes transformações. Na segunda metade do ano de 2008, resolvi dar início efetivo à pesquisa. Matriculei-me como aluno especial no Programa de Pós Graduação em Sociologia Política da UENF e assim comecei a buscar ferramentas necessárias para desenvolvê-la.

A opção por investigar o terminal, em detrimento de outras áreas da cidade nas quais os *camelôs* se fazem visíveis, se deu pelo fato deste ser historicamente um dos

---

<sup>3</sup> Batidas é uma categoria nativa e se refere ao ato da abordagem policial.

<sup>4</sup> *Fazer festas* é uma categoria nativa que remonta a práticas comuns na carreira de *camelô*. Estes muitas vezes percorrem uma série de cidades para venda de produtos, durante a realização de festas públicas locais. Nas suas declarações, bem como às dos demais *camelôs*, as festas religiosas sempre predominaram.

primeiros lugares a agrupar uma quantidade expressiva de *camelôs* instalados na cidade, preferido pelos *camelôs* devido à sua condição de *interstício espacial*. Em outras palavras, pela localidade ser um local de passagem, foi muito favorável a entrada e permanência de *camelôs*. Este espaço de *camelotagem* é anterior à criação da estrutura que hoje é conhecida como camelódromo, ou o *shopping* Michel Haddad, construído pelo poder público municipal com o objetivo de aglutinar os vendedores de rua numa só região da cidade.

À revelia das políticas públicas de reforma urbana, com o tempo o local foi novamente ocupado, recebendo novos *camelôs*. Hoje existem diversos *camelôs* distribuídos pela área central da cidade, fora do *camelódromo*, porém, a densidade é maior no terminal. O terminal é ainda um local de grande visibilidade na área central da cidade o que suscita forte apelo pelos principais órgãos representantes dos comerciantes<sup>5</sup> ao poder público para que haja uma *ordenação* do local, ou seja, retirada dos *camelôs*. Nesse sentido, o local se torna um território de disputa por *camelôs* e representantes dos comerciantes, o que acaba tomando uma dimensão pública nos principais periódicos de circulação municipal. O próprio camelódromo se constitui como um projeto de reforma urbana que visava a “limpeza” das ruas e possui grandes implicações em termos objetivos e subjetivos em torno da prática da *camelotagem*, dada a dimensão de controle, passível de ser exercido em seu mais alto grau pela prefeitura com relação aos *camelôs* nele instalados.

O ano de 2008 foi marcado por uma gama de confrontos entre os principais órgãos representantes dos comerciantes lojistas e *camelôs*, justamente o momento anterior a escrita do meu projeto, quando buscava avaliar as condições do campo. A mídia foi um dos principais meios utilizados pelos lojistas para demonstrar a insatisfação com a presença dos *camelôs* na área central, o que fez com que os lojistas fizessem reivindicações ao poder público, pedindo a retirada dos *camelôs* da localidade.

Em meio a todo esse conflito estava eu, um iniciante na atividade de pesquisa e no campo, buscando informações sobre a realização da atividade dos *camelôs*, como o grau de satisfação, motivações de entrada, dados pessoais dos trabalhadores, entre outras questões iniciais. Em princípio, encontrei muita resistência, pois minha presença por diversas vezes foi associada a algum tipo de fiscalização do poder público municipal. Notei que isto era muito preocupante para os *camelôs*, haja vista, a utilização

---

<sup>5</sup> Os principais órgãos representantes dos comerciantes lojistas são: Câmara dos Dirigentes Lojistas (CDL), Associação Comercial da Rua João Pessoa e Adjacências (Carjopa) e Associação Comercial e Industrial de Campos (ACIC).

por parte deles de diversos mecanismos para driblar as diversas tentativas de regulação impostas. Portanto, eu era visto como mais um agente do poder público a ser driblado.

Em 2009, na condição de aluno regular do programa de Pós Graduação, busquei fazer um conhecimento quantitativo do campo. Sabendo que a Secretaria de Posturas Municipais era responsável pela regulação de quaisquer atividades comerciais que utilizam a via pública como local de exposição e venda de produtos, fui à secretaria para obter dados quantitativos. Ao chegar a Secretaria, me identifiquei como estudante da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (Uenf), mas não percebi grande disponibilidade para com as minhas demandas. Ao me identificar, perguntei se havia a possibilidade de me revelarem a quantidade de *camelôs* presentes no terminal, bem como dados gerais referentes ao sexo, idade, cor e religião dos trabalhadores. Por fim tive acesso apenas aos dados quanto a quantidade de *camelôs* cadastrados.

Retornei ao campo com o intuito de estabelecer um contato mais efetivo com os *camelôs*. Dotado de maior maturidade intelectual, busquei contato com um integrante do grupo com o qual tenho relações pessoais: Pedro, residente do bairro no qual nasci e morava durante toda a realização do trabalho de campo. A partir deste contato a minha entrada no campo foi facilitada sobremaneira, dado Pedro se tratar de um *camelô* que trabalha na localidade há 12 anos e conta com a confiança dos demais. A desconfiança e a associação da minha presença ao poder público municipal foram acabando com o passar do tempo, acredito eu, devido ao fato de permanecer por longos períodos de tempo simplesmente conversando com Pedro, sentado no interior de sua banca. Isso me permitiu ainda participar das conversas gerais sobre variados assuntos entre ele e os *camelôs* vizinhos. Assim, pude me inserir nos grupos.

A partir da minha atuação em certas atividades, como a conversa eventual, a ida ao campo de futebol, a participação em algumas partidas de dominó, bem como o intenso trabalho de observação, pude perceber a significação atribuída a atividade tanto por *camelôs*, quanto por atores que estavam envolvidos direta ou indiretamente na atividade. Desse modo, pude compreender que a prática se configura na realização da comercialização de mercadorias em um espaço público, como ruas, praças, edificações, terminais rodoviários, metroviários, bem como é muito comum ainda em eventos públicos ou ao redor de espaços semi públicos, como estabelecimentos comerciais e eventos de grande porte. A partir da investigação do terminal, pude observar as condições sociais cotidianas aos *camelôs do terminal*. Para a análise dos dados optei pelas ferramentas oferecidas pela antropologia interpretativa de Geertz (2008), que

possibilitam acessar o que os *camelôs do terminal* fazem, dizem e, mais do que isso, o que pensam sobre aquilo que fazem.

A partir da compreensão de Weber, utilizada por Geertz (2008: 4), de *que o homem é um animal amarrado a uma teia de significados*, busquei compreender não apenas os aspectos físicos, econômicos ou jurídicos que envolvem a carreira na camelotagem, mas a significação dada a esta carreira pelos próprios *camelôs* através dos sentidos transmitidos pelos envolvidos na atividade. As informações transmitidas pelos *camelôs* seguem as estruturas de significados compartilhados no interior ou exterior do grupo. Coube a mim a interpretação dos sentidos dados através das falas, olhares e das gesticulações dos *camelôs*. Pude perceber através destas formas de comunicação as formas de sociabilidade entre os *camelôs* entre si, com os consumidores e com os lojistas vizinhos.

O meu olhar sobre a prática comercial realizada na via pública visou não a compreensão das relações superficiais de compra e venda de produtos, mas os sentidos que essas relações têm tanto no contexto cotidiano de vida dos *camelôs* quanto na dos consumidores. O que representava para o consumidor comprar em uma banca, sendo que, em alguns casos, algumas lojas no *shopping* vizinho possuíam a mesma mercadoria? Qual a compreensão do *camelô* sobre a sua prática? Será que a atividade econômica era o principal fio condutor das relações de troca? E tais perguntas puderam ser respondidas apenas a partir de uma inserção efetiva no campo, haja vista a ausência de dados documentais e o caráter interativo com que se constituem e apresentam esses dados mesmos.

As relações estabelecidas a partir da entrada no campo me deram acesso a informações quanto às diversas atividades que eram realizadas, em especial quanto às reuniões entre o poder público municipal (nas quais se faziam presentes com relativa frequência o secretário do poder executivo, o comandante da guarda civil municipal e o chefe da secretaria de posturas municipais) e os *camelôs*. Nestas ocasiões pude acompanhar diversas discussões relativas a saída do grupo do terminal para outro lugar *adequado*. Pude registrar ainda um protesto realizado pelo grupo em questionamento quanto ao local que a prefeitura decidira instalá-los temporariamente, em resposta a um projeto político de remoção dos *camelôs* do terminal para outra área da cidade (e será analisado no terceiro capítulo).

Em vias de compreender as dimensões materiais e simbólicas que envolvem prática comercial em via pública pelo citado grupo, optei pela realização de entrevistas. Giumbelli ressalta que *há situações em que é fundamental fazer certas personagens*



*falarem, assim como é imprescindível fazer emergir vozes que, de outro modo, permaneceriam submersas* (2002: 102). O recurso da entrevista possibilitou o entendimento dos principais elementos responsáveis pela entrada dos trabalhadores na profissão, os significados atribuídos à carreira, as vulnerabilidades e benefícios enfrentados na rua e aspectos em torno das *declarações identitárias* dos trabalhadores.

No tocante à realização das entrevistas, por se tratar o exercício da *camelotagem* de uma atividade comercial realizada em via pública, a circulação de clientes, seja para comprar ou perguntar sobre alguma mercadoria, é recorrente. Nestas ocasiões os meus interlocutores sempre se viam divididos entre a realização de suas atividades comerciais e o pesquisador, o que lhes causava incômodo evidente. Ao mesmo tempo, tais ocasiões me permitiam observar a sua prática. Minha presença de alguma forma interferia no cenário e me integrava ao mesmo. A partir do momento que eu mesmo me via como partícipe daquela relação, buscava, de alguma forma, me integrar efetivamente, os auxiliando na atividade da venda. Muitas vezes era indagado sobre a qualidade do produto pelo consumidor e tinha que, de alguma forma, me posicionar, não somente como pesquisador, mas ainda como consumidor e cúmplice do vendedor/consumidor. Nestas ocasiões, ao ser indagado por um consumidor sobre a qualidade de um produto, eu buscava responder o que eu observava objetivamente, como às vezes nas quais o observava sendo consumidor, afirmando se um produto era bem requisitado ou não.

Tais experiências me permitiram perceber que a atividade de observação não me era exclusiva, dado eu mesmo ser também observado, haja vista a interferência que causava. Não me era uma opção permanecer como *semi-camaleão*, me fazendo passar por consumidor, vendedor ou mesmo como um transeunte. Canevacci (2004: 80) ressaltou que a cidade é um texto que o pesquisador interpreta e vice versa. Ela não é um simples pano de fundo, mas um contexto que veste o pesquisador. Nesse sentido, eu interpelava e era interpelado pelos integrantes do cenário que estudava.

No tocante as minhas observações, estas se deram principalmente nos momentos em que estava conversando com alguns *camelôs*. Enquanto conversava informalmente com eles acabava apreendendo aspectos da relação dos *camelôs* com seus pares, com os clientes, comerciantes lojistas, comerciários e com o poder público. Arrisco-me a afirmar que, em função da compreensão das relações estabelecidas e experiências vivenciadas pelos *camelôs do terminal*, a atividade de observação mostrou-se rica para a obtenção dos dados, bem como as entrevistas realizadas, me possibilitando o entendimento não somente das trajetórias individuais e motivações que fizeram com que

os *camelôs* optassem e permanecessem na localidade ocupada, bem como da rede de relações tecidas cotidianamente.

Recorri ainda ao exercício de fotografar o local ocupado pelos *camelôs* com o objetivo de registrar as possíveis mudanças no espaço físico, causadas não somente pelos *camelôs*, mas ainda por todos que fazem utilização daquele espaço. Tal ferramenta possibilitou a documentação da especificidade da mudança histórica (LOIZOS, 2008). As imagens poderão representar o meu olhar sobre um lugar específico, pois se configuram como um recorte que faço de uma realidade mais ampla. Ao mesmo tempo, acredito que a imagem estabelece uma *comunicação visual* com o leitor que passa a acionar seu próprio sistema perceptivo para compreender a representação imagética que vou apresentar. Cenevacci (2004: 46) demonstra que a imagem transmitida pela comunicação visual

pode ser codificada autonomamente por parte do sujeito, que entra em interação com a *coisa* que lhe *fala*, justamente como se fosse um boneco manipulado por um ventríloquo, usando um alfabeto que não é mais o tradicional.

A minha escolha por trabalhar com um material imagético intenta proporcionar ao leitor uma interação com a imagem, dado que ela fala por si mesma. Além de tratar-se de uma construção imagética em torno do recorte feito pelo próprio pesquisador sobre um grupo específico, ela possibilita outra interpretação, conferindo ao leitor a possibilidade de identificar outros aspectos no texto imagético.

Tais ferramentas metodológicas me possibilitaram um entendimento de como se dá a emergência e a permanência destes atores neste espaço, bem como suas diferentes formas de apropriação do espaço público. DaMatta (2000: 50) afirma que *à cada sociedade corresponde uma tradição cultural que se assenta no tempo e se projeta no espaço*. Nesse sentido, torna-se importante identificar a cultura material produzida pelos *camelôs*, bem como os significados compartilhados intra-grupo, que os diferencia de outros trabalhadores presentes na área central de Campos dos Goytacazes.

A realidade investigada pôde ser observada para além de relações físicas, havendo uma construção simbólica de um espaço que é negociado entre *camelôs*, pedestres, poder público e comerciantes lojistas. É neste contexto de negociação que ocorrem as diversas formas de apropriação e ressignificação de um terminal rodoviário, assim como buscarei explicitar nos próximos tópicos.

## 1.2. O Terminal

No tocante a minha opção pelos *camelôs do terminal*, esta se deu pelo fato deste grupo, diferente dos *camelôs* presentes no *Shopping Popular Michael Haddad*, o camelódromo, estar em condições de vulnerabilidades maiores e ainda ser o principal grupo combatido no centro de Campos dos Goytacazes, seja por alguns setores da mídia impressa, seja por comerciantes presentes no centro. O grupo foi relevante ainda por apresentar uma organização política, justamente pelo fato de seus integrantes se sentirem desiguais em relação aos *camelôs do camelódromo*, como destaca a declaração de Pedro, *camelô* do terminal que apresento mais abaixo. Ele declara o seguinte em relação ao *camelódromo*, quando eu o indago sobre a participação deles em atividades onde os *camelôs do terminal* estão: *o camelódromo é lugar de ricos, só trabalham com produtos caros, como aparelhos de jogos eletrônicos, ventiladores...*

A opção pela seleção do grupo de *camelôs* situado no terminal rodoviário Luis Carlos Prestes, centro de Campos dos Goytacazes, deu-se, ainda pelo fato de acreditar que, diferente dos *camelôs* do camelódromo Michael Haddad, esses não possuíam uma organização institucionalizada pelos órgãos públicos competentes por fiscalizar tais atividades, mas sim orientada pelos próprios *camelôs*. Estes, através de redes estabelecidas entre eles, organizam a entrada e permanência de indivíduos que buscavam exercer a prática comercial na localidade. Esse fator foi relevante para que eu escolhesse este grupo ao invés do instalado no *camelódromo*.

A partir da realização do trabalho de campo, pude perceber que aos *camelôs do terminal* também é exigida a posse de uma permissão da Secretaria de Posturas Municipais para o exercício da atividade, o que teoricamente confere à Secretaria Municipal de Posturas o controle institucional sobre a entrada e permanência dos *camelôs* no terminal. Devido à ineficácia do poder público em manter o controle institucional, haja vista as diversas formas de negociações paralelas criadas pelos *camelôs* (algo que exporei mais a frente, neste mesmo capítulo, na declaração dos *camelôs*), aos *camelôs* é possível o exercício do controle e organização do lugar em que estão instalados, a partir da negociação de *bancas*, proibida pelo poder público, uma vez que, teoricamente, a permanência do vendedor no local é conferida enquanto permissão concedida pela prefeitura para a realização da atividade, e não a privatização do espaço por parte do *camelô*.

A instalação de um grupo de *camelôs* nos entornos do terminal se deu anteriormente à construção do *Shopping Michel Haddad* e o vendedor de sorvete é

apontado pelo grupo como o trabalhador mais antigo instalado neste espaço. Carlos relata em entrevista que sua chegada se deu juntamente com a construção dos quiosques que ficam no centro do terminal, há 25 anos, quando da gestão do prefeito Zezé Barbosa. Tal conjunto de quiosques existe até os dias atuais, bem como a sua banca de venda de sorvete. No tocante à presença dos *camelôs*, ele relata que com o passar do tempo eles foram se apropriando do local. Quando o indaguei sobre quais eram os *camelôs* mais antigos, ele me relatou as mudanças constantes e, inclusive, a própria criação do *camelódromo* como um projeto que visava deslocá-los do terminal, o que teria de fato ocorrido em muitos casos. Segundo o meu interlocutor, a partir da criação do *camelódromo*, em 1992, só restaram ele e os donos dos quiosques entre os antigos ocupantes do local.

Com relação a esse momento, no qual houve a transferência dos *camelôs* da área central para o camelódromo Michael Haddad, Freitas (2006: 94) destaca que esta estrutura foi feita *para atender à necessidade de se localizarem, num espaço delimitado, os ambulantes, dispersos, por várias ruas na área central da cidade, numa tentativa de regular sua atividade comercial*. Porém, com o passar do tempo outros *camelôs* foram se reapropriando do terminal.

No tocante ao espaço físico onde os *camelôs do terminal* exercem suas atividades, esse é composto por uma variedade de estabelecimentos e atividades conexas. Há um *shopping center* (Campos Shopping, um dos primeiros empreendimentos comerciais dessa categoria a se instalar em Campos dos Goytacazes), várias lojas de vestuário, uma de instrumentos musicais, uma agência bancária, uma agência lotérica<sup>6</sup>, dentistas populares, uma farmácia, quiosques de lanches (no centro das barracas dos *camelôs*), bancas de jornais e revistas, diversas árvores (utilizada por alguns *camelôs*, como proteção do sol e da chuva), alguns bancos de cimento, transportes alternativos, prédios comerciais<sup>7</sup>, vários carrinhos de venda de pipoca, de churrascos e uma barraca de venda de roscas, biscoitos e café.

Mais precisamente, a área ocupada pelos *camelôs do terminal* encontra-se na Avenida XV de Novembro, à beira do rio Paraíba do Sul, zona de alta circulação de

---

<sup>6</sup> É caracterizada por efetuar a realização de apostas em jogos de azar devidamente reconhecidos pelo governo como lícitos. Este estabelecimento é vinculado ainda a Caixa Econômica Federal (Banco Público do Governo Federal). Desse modo, além da realização de apostas é possível a realização de pagamentos de contas bancárias, bem como o recebimento de aposentadorias, benefícios do governo e depósitos para quem possui conta na Caixa Econômica federal.

<sup>7</sup> Estes se caracterizam por diversos apartamentos em um prédio exclusivamente para atividades comerciais, como: escritórios de advocacia, consultórios dentários, médicos e lojas onde muitos *camelôs* armazenam suas mercadorias.

carros e ônibus e ponto de passagem da rodovia BR 101, que faz ligação entre os estados do Rio de Janeiro e o Espírito Santo. Trata-se da área extrema de um dos principais e mais antigos centros comerciais e administrativos da cidade (FARIA, 2000). A condição de terminal rodoviário possibilita o desenvolvimento de uma gama de atividades que se beneficiam com o fluxo contínuo de pessoas que ele proporciona. Ele é um intermédio entre o centro e a residência dos indivíduos que acessam a área central através do transporte público urbano ou mesmo dos transportes alternativos.

Com relação aos indivíduos que utilizam o terminal, pude notar em minhas observações não somente transeuntes, que descem do terminal rodoviário (embora a maioria seja proveniente do terminal), mas uma variedade de estudantes de ensino fundamental de escolas públicas (alguns já se tornaram conhecidos dos *camelôs* pela frequência em que visitam o local), consumidores que não somente estão de passagem, mas vão especificamente à procura de produtos que são oferecidos pelos *camelôs*. Consumidores que muitas vezes estabelecem relações pessoais com os *camelôs*, assim como pude perceber a partir do trabalho de observação. Grande parte das vezes há relações que ultrapassam as relações de compra e venda, são estabelecidas conversas sobre assuntos particulares ou mesmo temas mais amplos, como futebol, política e religião. Tudo no decorrer do processo de negociação. Pedro, *camelô* que exerce a atividade no terminal há 12 anos, relata que os principais grupos que consomem nas bancas do terminal são moradores de Guarús<sup>8</sup>, pois os ônibus que ficam próximos ao terminal são, em maioria, atendentes das linhas de Guarús-Centro.

Outro grupo sempre presente no terminal é o de motoristas e trocadores dos ônibus (como na imagem 01). Pude observar que eles são consumidores tanto das barracas de produtos oferecidos pelos *camelôs*, como pelos oferecidos pelas barracas de produtos alimentícios. Em outras ocasiões, observei ainda esses trabalhadores utilizando a estrutura de algumas barracas, que não estão em funcionamento, para descansarem enquanto aguardam o horário de iniciar o trabalho.

---

<sup>8</sup> 3º subdistrito da cidade de Campos dos Goytacazes, onde ficam situados os 25 dos 79 bairros da área urbana.



Imagem 01: Foto de Renan Lubanco : Cobradores e motoristas de ônibus no terminal. Fotografado no dia 08/07/2011.

O espaço urbano onde estão instalados os *camelôs do terminal* assume uma dinâmica e atmosfera peculiar, diretamente relacionada à presença de tais atividades. Percebe-se, por exemplo, uma gama de cheiros, dado a venda de produtos alimentícios. O cheiro da pipoca, que sempre apresenta filas extensas compostas por possíveis passageiros dos ônibus, vide a sua maior amplitude entre às 18h e 20h, exatamente o fechamento do comercial vigente às atividades do centro da cidade de Campos dos Goytacazes (entre 08h às 18h). Findado o dia de trabalho, o movimento de clientes nos carrinhos de pipoca, nas barracas de comida e nos quiosques é ampliado. No horário noturno há uma mudança de público, não são mais estudantes que passam com frequência no terminal, mas trabalhadores do centro, provavelmente a caminho de casa após o trabalho.

Os sons são ecléticos, desde a diversidade de “barulhos” automotivos de diferentes portes, as vozes dos *camelôs*, transeuntes e ainda músicas diversas. Os vendedores de *DVDs* e *CDs* colocam rádios e televisores ligados com um som alto para atrair a clientela a comprar seus produtos (vide imagem 02). A mesma estratégia de *marketing* é utilizada pela banca de produtos religiosos (evangélicos), em consonância

com os produtos disponibilizados e as identidades assumidas, o que também é causa de conflitos e questionamentos internos.



Imagem 02: Foto de Renan Lubanco: Interior da banca do terminal. Fotografada no dia 09/07/2011.

No interior das bancas é possível ouvir as vozes dos *camelôs* convocando os transeuntes a olharem e comprarem seus produtos, ou mesmo as brincadeiras realizadas por eles quando da passagem dos fregueses: *alguma coisa madame/senhora*, caso este(a) aparente idade mais avançada. Quando aparenta ser mais jovem, o tratamento dá-se entre *colegas*. Esses sons são entrecortados ainda por trabalhadores dos transportes alternativos anunciando os destinos dos veículos que estão de saída. Esta prática visa conseguir o maior número de passageiros possíveis, e é comum encontrar vendedores de picolé e balas anunciando seus produtos no interior dos corredores de bancas do terminal. Por fim, há ainda o anúncio do dentista popular, onde geralmente realizado por uma mulher: *dentista popular, orçamento grátis!!!*

Muitas vezes percebi a presença de indivíduos que não são especificamente consumidores dos *camelôs*, nem transeuntes, mas que são frequentes no terminal. Sentam-se nos quiosques para *tomar uma cervejinha*, puxam conversas com os *camelôs* e acabam construindo relações de proximidade. Notei que é comum entre os comerciários, seja das lojas ou do *Shopping*, ficar no terminal conversando ou mesmo consumindo produtos dos *camelôs* nos intervalos do trabalho.

Sentado em um bar do quiosque fazendo minhas observações percebi a chegada de dois jovens aparentando ter entre 25 e 35 anos, de repente um deles se afastou e o outro pediu uma cerveja, que tomou sozinho em uma mesa próxima a uma das bancas. Tempos depois ele começou a conversar com um dos *camelôs* sobre o ato de tomar cerveja (dia apropriado, quantidade, pessoas adequadas para compartilhar, entre outros assuntos relativos ao momento ideal para tomar *uma cervejinha*). Conversa vai, conversa vem e o *camelô* acabou se sentando à mesa e pedindo um copo para acompanhá-lo, enquanto o seu funcionário continuou atendendo os clientes que chegavam à banca.

Tal conjuntura me permitiu observar a dimensão que o *fazer* da atividade comercial em via pública pode assumir, pois o caso relatado, incomum em um ambiente de trabalho, mostra-se senão algo comum, ao menos possível de ser pensado para aquele *camelô*. Parece haver uma dimensão de extra-oficialidade que permite ao trabalhador se distrair mesmo durante seu horário de trabalho, que na visão damattiana é associado à rua, lugar da concorrência, conflito, impessoalidade, como no trecho que segue:

A rua implica uma certa falta de controle e um afastamento. É um local do castigo, da *luta* e do trabalho. Numa palavra, a rua é o local daquilo que os brasileiros chamam de *dura realidade da vida*. A rua como categoria em oposição a casa, é um local público, controlado pelo *Governo* ou pelo *destino*, essas forças impessoais onde o controle é mínimo (...) na rua (...) que vivem os malandros, os marginais (...) (DAMATTA, 1997: 93).

Pode-se observar uma flexibilização das fronteiras entre trabalho e o não-trabalho dada pelo ambiente da rua por ele mesmo e que se apresenta como um afrouxamento das experiências atreladas a *dura realidade da vida na atividade*, uma vez que tal atividade envolve um *fazer* que foge à uma seriedade estrita, imposta pelo trabalho. A *cervejinha* se coloca neste sentido como o conteúdo que extrapola a simples descontração no ambiente do trabalho, enquanto tipo de consumo típico aos momentos de lazer. Da mesma forma pude presenciar comemoração de aniversários, a realização de churrascos e confraternizações que envolviam a comensalidade, ocorrendo no espaço das bancas e durante o horário de trabalho.

A sociabilidade no terminal é um elemento importante na afirmação identitária dos *camelôs*, sendo observáveis espaços bem delimitados de relacionamentos dos quais participavam somente os *camelôs* e indivíduos que tinham certo tipo de identificação com esses, como a participação em conversas e eventos realizados no interior do grupo, restrita aos *camelôs* do terminal. Em outros casos, a presença de funcionários dos



estabelecimentos comerciais também podia ser observada. É interessante perceber que, em termos de classe, estes apresentam maior identificação com os *camelôs* do que os próprios comerciantes lojistas. Tais fatos são demonstrativos de uma capacidade de sociação entre estes indivíduos, pois *a conversa é um elemento importante na estimulação da sociabilidade, na qual importa menos o conteúdo e mais a prática da conversa em si mesma* (REZENDE, 2001: 68).

No caso da sociabilidade entre os *camelôs*, em termos simmelianos, esta ocorre por *finalidades* compartilhadas, ou seja, uma relação sociável com seus pares que compartilham de um espaço e, em certos casos, também de objetivos comuns. Há concorrência, como em toda atividade comercial, e isso é muito evidente, mas as vulnerabilidades que perpassam a carreira fazem com que estes sujeitos dependam frequentemente uns dos outros e se ajudem mutuamente, seja no contexto rotineiro de indicação de um cliente, ou mesmo em situações extremas envolvendo a repressão por parte da Secretaria de Posturas Municipais ou até mesmo da polícia.

De acordo com a fala de Beatriz, *camelô* que está no terminal acerca de cinco anos, eles se vêem como *uma família*. Ela é bem específica ao falar da ajuda mútua entre ela e dois vizinhos de banca, e citou um caso em que um estava passando por *dificuldades* financeiras e eles se uniram para ajudá-lo. Eu percebi que em certas ocasiões quando se tratava de reuniões com o poder público, os *camelôs do terminal* se apresentavam como um grupo homogêneo, enquanto internamente apresentam *limites da sociabilidade* claros. As mulheres não participam das *cervejinhas* ou churrascos com os homens. As confraternizações organizadas por elas (a comemorações de aniversários, festas de final de ano) não contam com a participação masculina direta. Os homens apenas ganham os alimentos que são consumidos na festa, mas não participam diretamente da mesma.

Com relação aos produtos oferecidos, foi possível observar que as mulheres comercializam produtos que estão ligados aos seus papéis de gênero, e voltadas para um público igualmente feminino, como bolsas, acessórios e itens do vestuário. Por outro lado, os homens trabalham, geralmente, com produtos eletrônicos. Com relação aos vendedores de alimentos, estes não são bem aceitos no local, pois são apontados pelos *camelôs* como os que *sujam* o local, e podem ser encontrados entre eles tanto homens quanto mulheres.

As relações vivenciadas no grupo do terminal extrapolam a percepção do contexto metropolitano da rua como um espaço marcado pela impessoalidade. Relações de familiaridade são comuns entre os trabalhadores. As bancas são administradas por

integrantes da família do proprietário ou mesmo por conhecidos que tem algum tipo de relação pessoal existente antes da atividade profissional. A rua é apropriada, desta forma, como um espaço semi-público por esses atores, quiçá privado.

Sobre Campos dos Goytacazes, considero relevante a abordagem, pois a prática da camelotagem recebe uma riqueza de estudos de contextos metropolitanos. Como por exemplo, os estudos de Mafra (2005) sobre a prática da atividade comercial em via pública na Uruguaiana, localidade situada na área central da cidade do Rio de Janeiro, Rabossi (2004), que realiza seus estudos na *Ciudad del Este* – Paraguai, apontando a relação comercial desta cidade com São Paulo, Reginensi (2010) destacando a atividade realizada no calçadão da praia de Copacabana, na área central do Rio de Janeiro. Estes estudos são acionados como forma de demonstrar as similaridades da atividade da camelotagem em diversos contextos.

Estes estudos também apontam para as formas como esses grupos se apropriam dos lugares públicos e as consequentes vulnerabilidades vivenciadas (REGINENSI, 2011), como os efeitos naturais do clima, os embates com agentes governamentais, etc. É possível detectar ainda as redes e circuitos estabelecidos que sustentam não somente a convivência interna do grupo, mas a própria dinâmica da atividade, dependente de fluxos comerciais que vão desde contextos regionais a internacionais. Tais fluxos são possíveis pelo estabelecimento de um circuito de informações entre os atores envolvidos direta ou indiretamente na atividade comercial em via pública.

Tais estudos foram basilares para a compreensão do exercício da camelotagem em Campos dos Goytacazes, até porque a atividade no interior do grupo não se torna desconexa da atividade metropolitana, haja vista o circuito descrito por Rabossi (2004), a saber: *Ciudad Del Este*, São Paulo e cidades dos interior. Ao mesmo tempo, há certa carência de abordagens da atividade da *camelotagem* em cidades pequenas e de porte médio. Desta forma foi também necessário utilizar de tais ferramentas de estudo a partir de uma adaptação cuidadosa destas abordagens e conceitos para contemplar a singularidade de uma cidade de porte médio, como Campos dos Goytacazes.

### 1.3. “Quem é o *camelô* de Campos dos Goytacazes?”

Esta pergunta foi feita pelo próprio secretário municipal de governo, Roberto Henriques, em uma reunião realizada no segundo semestre de 2009 entre representantes dos *camelôs* da área central de Campos dos Goytacazes e integrantes do poder público municipal. De acordo com os membros do poder público presentes na reunião, o encontro visava ouvir as propostas dos *camelôs* com relação a construção de um novo local, onde possivelmente eles seriam instalados, mas tentarei explicitar algumas das características representativas do *camelô* de Campos dos Goytacazes.

A partir da observação e da realização de entrevistas (no total, foram seis entrevistas em profundidade com questionários semi-estruturados) pude chegar a algumas conclusões sobre as trajetórias e vivências cotidianas aos *camelôs* do terminal. Acredito que os aspectos que abordarei nesta pequena unidade social são relevantes para compreensão de realidades mais amplas, pois o fenômeno da ocupação de lugares públicos para realização de atividades comerciais não é um privilégio apenas da cidade de Campos dos Goytacazes, nem somente do tempo em que vivemos. Tal prática é onipresente e trans-histórica (ver Braudel, F. 1998; 1987).

Parto de três casos e, a partir destes, apresentarei os demais. A seleção das três entrevistas cujos interlocutores serão detalhadamente descritos se deu através de alguns critérios, a saber: tempo na profissão, lugar de nascimento, empregos anteriores e profissão dos pais, então chegamos a Pedro, Elias e Cristiano.

Pedro declarou possuir 48 anos, é casado, possui duas filhas adolescentes fruto desta união, se considera pardo, morador de Guarus<sup>9</sup>, natural de Campos dos Goytacazes, afirmou possuir primeiro ciclo do ensino fundamental incompleto e não possuir religião. Com relação a sua carreira profissional, ele me informou que sempre trabalhou como *camelô*, *desde pequeno*, que sempre ficou na *rua*, foi *nascido e criado no mercado* (Mercado Municipal) onde o seu pai também atuava. Inicialmente ele afirmou que *trabalhava na rua*, vendendo relógios, calculadoras e canetas pelos arredores do Mercado Municipal da cidade de Campos dos Goytacazes, além de trabalhar como garçom em Marataíses, cidade litorânea do estado do Espírito Santo, Brasil. Disse que há 12 anos, finalmente *parou* no terminal como vendedor de relógios, quando costumava vender três *peças por dez*<sup>10</sup>.

---

<sup>9</sup> Localidade situada da região norte da cidade de Campos dos Goytacazes, possui 34 dos 102 bairros existentes na cidade. De acordo com o site *guarus.com*, a região conta com *cerca de 213.700 km<sup>2</sup>* e possui *um dos maiores contingentes populacionais do município*.

[http://www.guarus.com/2010/03/guarus-historia-e-desenvolvimento\\_16.html](http://www.guarus.com/2010/03/guarus-historia-e-desenvolvimento_16.html), acessado em 18/01/2011.

<sup>10</sup> Três relógios por R\$ 10,00.

Apesar de ter *parado* no terminal, continuava a exercer sua atividade em *festas*<sup>11</sup> realizadas tanto nas cidades vizinhas, como na própria cidade. Atualmente trabalha também aos finais de semana de verão na beira mar da praia de Santa Clara, situada no município de São Francisco do Itabapoana, há sessenta quilômetros de Campos dos Goytacazes. No terminal ele trabalha com a sua esposa e uma das suas filhas, divididos nas duas bancas que possui. No tocante as mercadorias comercializadas, Pedro afirmou que muda com bastante frequência. Ele inicialmente vendia relógios, mas com o passar do tempo passou a comercializar *CDs* e *DVDs piratas*, mas ele afirmou que devido às constantes repressões policiais, acabou trocando de mercadoria. Hoje, Pedro trabalha principalmente com relógios, óculos de sol e de grau, controles para televisão e *DVDs*. Ele afirmou que muda de mercadoria para acompanhar a moda. Atualmente a moda é óculos *New Wave Ray Ban* (modelo de óculos utilizado por roqueiros dos anos 80) e Relógio *Champion* (trata-se de um relógio com cinco pulseiras de cores diferentes, que podem ser trocadas com facilidade).

Segundo ele, as mudanças em torno das mercadorias comercializadas estão associadas a diversas variáveis, como moda, ação policial e o lugar onde se está exercendo a atividade. No tocante a moda, isto se dá por questões óbvias, pois a mercadoria é feita para um lugar e público, sendo assim, devem seguir a moda que este público está seguindo. Com relação à repressão policial, pude perceber que este é um dos principais fatores que faz com que os *camelôs* alterem as mercadorias a serem comercializadas. Pedro me informou que a repressão maior está ligada a venda de *CD's* e *DVD's piratas*. Com relação às outras mercadorias, a repressão não ocorre com frequência na banca, mas principalmente no trajeto da mercadoria de São Paulo a Campos dos Goytacazes. Pedro informou que *já tem um dinheiro guardado para dar aos policiais*. Ou seja, uma quantia em dinheiro para o pagamento de propinas, atividade muito comum. Sobre esta questão, Mafra (2005: 85) destaca que a *camelotagem está, em certa medida, ligada a troca de favores, presentes e facilidades. Além disso, extorsões policiais e cumplicidade ligam agentes fiscais aos camelôs*. Pedro faz questão de apontar este fator como desanimador em potencial de sua carreira de *camelô*.

Com relação à carga horária de trabalho, ele destacou que sai de casa para trabalhar às 06h da manhã, toma café na padaria ao lado de sua casa, vai para o terminal

---

<sup>11</sup> Muitas vezes os camelôs também utilizam o termo *fazer festas*. Este termo significa levar suas mercadorias para serem vendidas em eventos, geralmente realizados em via pública, como atividades religiosas, políticas, exposições agropecuárias (muito comum em Campos e em regiões vizinhas) e atividades culturais.

com seu carro com as mercadorias e arruma as mercadorias na banca, que permanece montada, e fecha às 20h. Diversas vezes pude observar a filha trazendo o almoço de Pedro em uma *quentinha* (refeição vendida em restaurantes e embalada, geralmente em recipientes de isopor). Ele não sai da banca para comer, se alimenta sentado em uma cadeira no interior da banca e durante esse período é comum algum cliente, ou mesmo um conhecido, chegar para conversar. Observei que ele atende cordialmente, sem aparentar incomodo por ter seu horário de refeição interrompido. Pude observar essa prática não somente com Pedro, mas ainda entre outros trabalhadores. É uma cena comum ver os *camelôs* fazendo suas refeições no interior de suas bancas.

Elias declarou ter 43 anos, ser casado e possuir três filhos, dois do primeiro casamento e um de criação do segundo casamento. Com relação a sua naturalidade, afirmou ter nascido em Santo Eduardo, interior da cidade de Campos dos Goytacazes. Estudou até ao sétimo ano do primeiro ciclo do ensino fundamental. Disse ter sido *nascido e criado em roça*<sup>12</sup>, porém há dezoito anos resolveu vir para Campos. Inicialmente começou a trabalhar não no terminal, mas em *festas*, de um lugar para outro, com suas mercadorias. Quando sentiu desejo de se estabelecer em um lugar fixo, conversou com um amigo que tinha relações de proximidade com um político e este político conseguiu para ele a permissão para trabalhar no terminal.

Pode-se observar a existência da prática *clientelista*<sup>13</sup> como um dos fatores importantes para o exercício da carreira. Esta prática é muito denunciada por alguns *camelôs do terminal*, que ainda não tiveram a permissão para o exercício da atividade. Essas relações presentes na cidade de Campos dos Goytacazes denunciam a permanência de práticas tradicionais existentes em sociedades menos complexas. Não há uma completa difusão de valores individualistas que tornam as relações impessoais, mas a permanência de relações típicas de sociedades tradicionais. Este fato é importante para se pensar Campos dos Goytacazes como uma cidade de porte médio, que sustenta práticas comuns em regiões metropolitanas, como processos migratórios, e interioranas, com relações de patronagem, clientelismo, parentesco, entre outras práticas comuns em

---

<sup>12</sup> Esta expressão significa dizer que ele nasceu e viveu durante sua infância trabalhando em atividades agrícolas.

<sup>13</sup> Nunes (1997: 40-41) ressalta que *As unidades constitutivas do clientelismo são agrupamentos, pirâmides ou redes baseadas em relações pessoais que repousam em uma troca generalizada. As unidades clientelistas disputam frequentemente o controle do fluxo de recursos em um determinado território. A participação em redes clientelistas não está codificada em nenhum tipo de regulamento formal; os arranjos hierárquicos no interior das redes estão baseados em consentimento individual e não gozam de respaldo jurídico.*

cidades de pequeno e médio porte. Elias vivenciou em sua carreira estes dois processos, pois migrou para Campos dos Goytacazes e, na busca por condições melhores de vida e para acessar o mercado de trabalho, utilizou suas relações pessoais.

Ele informou ter enfrentado muitos problemas no início, pois, segundo me declarou, *disseram* para o órgão que regula as atividades no terminal que ele não morava em Santo Eduardo, mas em Bom Jesus, município vizinho a Campos dos Goytacazes, logo a sua permissão foi cancelada e ele ficou em um embate para comprovar ser morador de um distrito da cidade. Após ser comprovada sua residência na cidade, ele retomou suas atividades no terminal.

Elias trabalha com seu filho Marcos. O rapaz tem 19 anos de idade, pardo, solteiro, com o primeiro ciclo do ensino fundamental incompleto e reside com o pai. Ele me informou que viajava muito e não conseguia ficar em um lugar fixo, por isso sua dificuldade em concluir seus estudos. Com relação à ocupação, ele informou que é *bom* para ele trabalhar na banca do pai, já que está atualmente morando com ele. É Marcos quem atende aos clientes, enquanto Elias fica sentado, geralmente fazendo algum artesanato, pois sua banca, além de vender bijuterias, vende ainda os artesanatos confeccionados por ele ali mesmo.

As mercadorias de Elias são variadas, ele informou que segue o que estiver na moda. E ele também trabalha com artesanatos comprados em outras localidades. Trabalha ainda com gravuras em alianças, cordões e pulseiras. Ao final da entrevista me ofereceu seu cartão com o nome da sua banca: *Banca Família: Ripi Bijoteria* (Imagem 3). Elias apresenta em seu cartão o perfil de sua ocupação, dado na valorização dos laços de familiaridade, e que, no que toca a sua profissão, assume um caráter *híbrido*, pois a categoria *Ripi*, refere-se aos seus trabalhos artesanais, enquanto *bijoteria* aos produtos industrializados. Importante ressaltar que no terminal ele é conhecido como *Ripi*.



Imagem 3: cartão de visitas da banca do Elias.

Com relação à opção por produtos artesanais e bijuterias, seu filho me informou que esta linha de produtos oferece menos risco com relação à fiscalização das polícias federal e civil, uma vez que a repressão maior se dá em torno da comercialização de *CDs*, *DVDs*, produtos *pirateados* e de *origem duvidosa* (produtos sem nota fiscal gerada pela receita federal). Marcos me informou que era um problema constante enfrentado pelos seus vizinhos que trabalham com tais produtos, e era maioria. Este é o caso de Cristiano, que trabalha com *CDs* e *DVDs*.

Cristiano possui 34 anos, é negro, casado, natural de Campos dos Goytacazes, morador de Guarús, onde seus pais também nasceram. Ele me informou que antes de trabalhar no terminal, trabalhou durante 15 anos com carteira assinada como comerciário na área central da cidade. Lembra que foi uma *época boa*, pois *era moleque*, mas, de acordo com sua declaração, trabalhava no comércio e sempre *sonhava em ter uma banca, sonhava ser camelô*. Ele destacou que sempre tem dinheiro como *camelô*, mas como comerciário era diferente, pois afirmou depender de *boa vontade* do *patrão* para ceder *vale*<sup>14</sup> para ele.

Sua experiência não é unânime, mas representa bem a realidade vivenciada pelos *camelôs* com os quais tive contato durante meu trabalho campo. É muito comum encontrar *camelôs* que já trabalharam no comércio e tiveram *patrão*. Nestas declarações eles afirmam que a antiga profissão não trazia grande retorno financeiro e os privava de certas *liberdades*. Apesar de a questão financeira ficar sempre evidente nas falas como um elemento significativo na opção pela carreira, é a percepção de *liberdade* que predomina quando avaliam a atual *carreira* que possuem em oposição à de comerciário, ou qualquer outro trabalho assalariado experimentado anteriormente. Apesar de apresentarem vulnerabilidades, a liberdade que a carreira oferece é altamente significativo para que o *camelôs* permaneçam na atividade.

Cristiano foi bem enfático na conversa que teve comigo quando se referia ao *sonho de ser camelô*. Esta declaração pode responder algumas perguntas que lancei ao propor investigar quais motivações poderiam levar certos indivíduos a escolherem uma profissão que lhes coloca expostos a diversas condições climáticas, haja vista se instalarem em locais sem proteção contra o sol e chuva ou som, em comparação com vínculos empregatícios normatizados juridicamente. Na condição de Cristiano ele não

---

<sup>14</sup> Vale refere-se a um adiantamento em dinheiro, que geralmente é descontado do salário no dia do pagamento.

somente deixou de ter *patrão*, como também virou um empregador, e isso dava certo *status* a ele, pois fazia questão de expor sua condição de *patrão* para mim. Ser *patrão* em uma pequena cidade pode ser hierarquicamente muito representativo e isto não envolve somente poder aquisitivo, mas a relação de *status* social. Com ele trabalha sua cunhada e quando falou da relação dele com ela para mim, afirmou que a *ajuda*, pois estava desempregada e ele precisava de alguém para trabalhar com ele na banca.

Para ele, tudo isso tinha uma representação importante. Ao conversar com ele com o gravador desligado, me informou que já andou em más companhias, pois morou em favela e afirmou ter conhecido muita coisa ruim e *aprontado* muito. Ele apresentou ter vivenciado uma experiência de transformação em sua vida. Negro, favelado e empregado do comércio, a partir da atividade da *camelotagem* ele constituiu família, compra um carro *velho*, e se prepara para comprar um *novo*. Declarou ainda ser *dono do próprio negócio* e *patrão*. A realização do seu *sonho* foi possível através de uma carreira amplamente representada como *desviante* (sobre este aspecto, voltarei no terceiro capítulo).

Sua cunhada é uma jovem branca aparentando ter entre 17 e 20 anos e sentiu-se muito retraída com a minha presença. Cristiano foi muito solícito e pegou cadeiras para sentarmos e começamos a conversar. Ele informou estar há cinco meses na profissão, seus produtos são principalmente *DVDs* e *CDs piratas*, mas também trabalha com bolas de futebol, artigos para celular e bonés.

A banca na qual ele trabalha lhe foi vendida por um antigo *camelô* que possuía o direito de concessão cedido pela prefeitura. Lembrando que a concessão não pode ser negociada, destaco que esta é uma prática comum entre os *camelôs*. O *ponto*<sup>15</sup> é vendido por quantias diferenciadas, pois quanto mais próximo ao *Shopping*, mais valor terá e vice-versa.

Cristiano afirmou *ainda* não possuir autorização da postura para exercer suas atividades no *ponto*. Desse modo, o *dono* legal não é ele, mas o sujeito que o vendeu. Esta prática é muito comum, pois alguns deixam a profissão por outra e acabam alugando ou vendendo a banca. Cristiano informou que está trabalhando na banca como se fosse funcionário do suposto vendedor. Disse ainda que logo conseguirá a permissão, pois afirmou possuir *muitos amigos* e ter *boas relações* com os fiscais da Postura. É retomada nesta fala a influência que as relações pessoais exercem sobre a entrada e

---

<sup>15</sup> Local onde é instalada a banca. Uma vez uma banca instalada em um ponto, nenhum outro *camelô* poderá se apropriar daquele espaço, a não ser que haja uma negociação com o atual *dono* do ponto.



permanência na atividade. Segundo me informou, há ciência dos funcionários da postura sobre a sua condição irregular, porém, por possuir *muitos amigos* e ter *boas relações*, ações que ignoram a burocracia e leis formais, terá a autorização.

Esses três exemplos, os demais *camelôs* que serão apresentados no decorrer deste trabalho, bem como os estudos que considero relevantes sobre a atividade (REGINENSI, 2004, 2006, 2010, 2011; RABOSI, 2004; MAFRA, 2005; PIRES, 2010), me permitem chegar a breves conclusões sobre a atividade da camelotagem tanto em contextos metropolitanos quanto em cidades de porte médio, como o caso de meu trabalho. Em muitas abordagens os envolvidos nesta atividade possuem um grau de escolaridade reduzido e com poucas chances de acesso a um mercado de trabalho que exige uma qualificação profissional elevada. Com relação a idade, os proprietários das bancas aparentam uma faixa etária entre 30 e 50 anos. Os trabalhadores que aparentam ser mais jovens geralmente são empregados dos *camelôs* donos das bancas, ou mesmo seus filhos. Nos casos observados, os empregados sempre apresentavam certo grau de parentesco. No tocante as relações estabelecidas entre os donos das bancas e os funcionários, essas são marcadas por acordos verbais.

Com relação ao trabalho, este é muito flexível no que toca a mudanças de produtos oferecidos, pois estes variam de acordo com a época, ou mesmo o dia e ainda devido às ações fiscais da polícia. Em certa ocasião, num dia de chuva, fui procurar um incenso em uma banca que vendia uma variedade destes produtos, mas só encontrei guarda-chuvas e sombrinhas. É muito comum esta prática, pois os *camelôs* vêm as opções que serão mais favoráveis de acordo com o tempo, a estação, as ondas da moda e as práticas dos agentes regulatórios. Neste mesmo dia na banca de Pedro notei a mesma mudança: não havia nenhum produto que ele era acostumado a vender, mas sombrinhas e guarda-chuvas.

No tocante a diversificação de produtos Rabossi (2004: 126, 127) destaca que:

Apesar de vender outros produtos, alguns continuam vendendo o que começaram, como que demonstrando lealdade ao objeto que lhes abriu o mundo das vendas (...)

Se alguns continuam vendendo aquilo com que começaram, a maior parte dos vendedores de rua já mudaram de ramo e de produto, inclusive reiteradas vezes (...). Claro que não é fácil. Há que organizar saberes-lugares onde comprar, preços, qualidades e enfrentar dificuldades.

Rabossi realizou sua pesquisa na *Ciudad Del Este* com vendedores de ruas e a realidade por ele abordada corrobora com minha pesquisa, pois como citado acima, os vendedores mudam frequentemente de produtos e é muito comum que isso aconteça.

Com relação a continuidade dos produtos, este fato se dá com Pedro e Elias, que apesar de terem mudado muito de mercadorias, ainda se mantêm fieis aos produtos que *lhes abriram o mundo das vendas*.

Em sua maioria, os artigos comercializados por esses três *camelôs* são trazidos da cidade de São Paulo, especialmente da rua 25 de Março, onde tem uma grande concentração de lojas e *camelôs*, oferecendo, em sua maioria, produtos comprados na *Ciudad Del Este*, Paraguai. Isso caracteriza um circuito comercial vivenciado por diversas cidades do interior do Brasil (RABOSSI, 2004: 274).

A partir das características abordadas neste tópico, pude fazer uma breve descrição do *camelô* de Campos. Relatei as dinâmicas individuais e como estas contribuíram para a entrada na carreira da camelotagem. Portanto, posso afirmar com meu trabalho empírico de uma pequena realidade social presente no terminal Rodoviário Luis Carlos Prestes, que a carreira envolve vulnerabilidades devido à opção por mercadorias que são ilegais e ainda algumas limitações impostas por fenômenos naturais, como chuva, vento, frio, etc. No tocante aos benefícios da carreira, presente nas declarações, estes são compostos pela *liberdade*, possibilidade de maior lucratividade pela falta do pagamento de alguns tributos bem como a condição de trabalhador em si, que, por mais que a carreira seja classificada por alguns grupos como algo *ilegal, invasora do centro*, sonegadora de impostos, como apontarei no terceiro capítulo, ela carrega atributos morais por ser uma atividade laboral que possibilita ao *camelô* uma forma *justa de ganhar dinheiro*, ou seja, pelo trabalho.

Nesse sentido, o *Camelô de Campos* vivencia uma prática econômica cercada de uma variedade de artifícios para a sobrevivência e manutenção da mesma. O processo constante de negociações políticas, o estabelecimento de boas relações com fiscais da postura e *camelôs* vizinhos, a manutenção de uma economia onde a família se faz presente, e estratégias comerciais, caracterizam não somente o *camelô de Campos*, mas ainda o apontado por Rabossi na *Ciudad Del Este* (*op cit*). A atividade na cidade envolve mais do que uma simples realização de venda de produtos, mas uma complexidade de relações, pois ocupar um espaço público na área central da cidade para realização de atividades comerciais é uma prática que envolve muitos interesses.

#### **1.4. “Ali é onde passa todo mundo”: *Camelôs do terminal no Centro***

Faz-se interessante destacar qual área que é denominada como central na cidade. Esta área é cercada pelas seguintes ruas: Formosa, João Pessoa, Avenida Visconde do

Rio Branco e Barão do Amazonas. Estas quatro ruas formam o denominado *quadrilátero* campista (FREITAS, 2006: 84), que fora classificado historicamente como área central. A peculiaridade dessa área é o grande aglomerado de prédios comerciais e lojas. Nesse sentido, ela é denominada central por agrupar uma das principais atividades econômicas da área urbana da cidade: o comércio varejista e suas atividades conexas.

Apesar de a área central concentrar agências bancárias, prédios comerciais com escritórios de contabilidade, advocacia, consultórios médicos e dentários, ela é predominantemente marcada pelo comércio varejista. Por mais que as outras atividades façam parte do centro de Campos dos Goytacazes, é o comércio varejista que movimenta um grande número de empregados e grande parte das atividades desenvolvidas na área central. O terminal Luis Carlos Prestes fica na Avenida 15 de Novembro, à margem direita do rio Paraíba do Sul (principal rio que corta a cidade).

O terminal rodoviário Luis Carlos Prestes é o principal acesso a área central para moradores que moram no perímetro urbano da cidade e utilizam transporte público. Ele é o ponto de convergência entre a casa e a área central. Deste modo, para pedestres que utilizam o transporte público municipal, a passagem pelo terminal é certa na hora do desembarque. O terminal se estende pela orla do rio Paraíba do Sul, desde as imediações do templo religioso da Igreja Universal do Reino de Deus até a Praça São Salvador. Próximo às imediações da igreja ficam as linhas que ligam o centro da cidade ao 3º subdistrito de Guarus, enquanto nas mediações da Praça São Salvador ficam as linhas que dão acesso aos bairros, que se localizam a margem direita do rio Paraíba.

Os *camelôs* que estão no terminal ficam em direção à parte central, entre os dois extremos da área de embarque e desembarque. A localidade ocupada pelos *camelôs* está no trajeto entre o centro da cidade e os pontos de embarque, que dão acesso ao subdistrito de Guarus. Desse modo, na hora do embarque, os moradores de Guarus obrigatoriamente passaram pelos *camelôs*, já os moradores dos bairros localizados à margem direita do rio Paraíba do Sul, só passaram pelos *camelôs* ao desembarcarem. Nesse sentido, é de se esperar que as pessoas que passem no interior do terminal tornem-se possíveis consumidores *oportunistas* ou *furtivos* (MONET, 2006: 179) dos *camelôs*. Assim, o terminal pode se tornar um *interstício espacial* importante para a comercialização de produtos.

É comum na atividade comercial em via pública a apropriação dos espaços de passagem, sejam às margens de *Shoppings*, terminais rodoviários ou metroviários, onde há probabilidade de surgir uma clientela, possibilitando que os *camelôs* possam atender a esses transeuntes com artigos de necessidade, cujo ato da compra, na maioria das

vezes, é decidido no momento, ao contrário dos comerciantes lojistas, onde a compra tende a ser planejada. Monnet (2006) destaca dois conceitos para caracterizar a natureza da atividade comercial em lugares públicos: *oportunista* e *furtivo*. O primeiro está relacionado às oportunidades geradas, como, por exemplo, em demanda à falta de um cartão de telefone, de um cigarro, senão a breve parada no sinal de trânsito. Já o segundo se caracteriza por uma vontade consumida imediata e rapidamente esquecida, já que o ato da compra não modifica fundamentalmente a trajetória do consumidor, a ponto deste nem se dar conta de que se tornou *cliente*. É através destas relações cotidianas que o *camelô* vai se apropriando do espaço público, compondo assim o cenário visual da cidade.

No tocante à composição visual do centro, os *camelôs do terminal* ocupam um espaço de trabalho, mas a apropriação desse espaço da área central se dá de forma muito mais espontânea do que as outras atividades desenvolvidas no centro como, por exemplo, o comércio lojista. A maneira de se vestir de um *camelô* e um lojista é muito distinta, pois é comum encontrar um *camelô* trabalhando sem camisa e com sandálias de dedo, enquanto que um comerciante ou comerciário lojista se veste em trajes formais. Assim estão representadas as diferentes maneiras de adequação quanto à apresentação segundo classes. Goffman (2010: 36) ressalta que:

Em lugares públicos na sociedade ocidental, espera-se que homens de certas classes apresentem-se à situação [neste caso, o trabalho na área central] bem-vestidos, barbeados, de cabelos penteados, mão e rosto limpos; mulheres adultas têm obrigações similares e adicionais.

Pensando por esta abordagem goffmaniana, considero relevante pensar na forma de se portar dos *camelôs* como uma comunicação corporal que faz com que eles sejam percebidos como integrantes de um grupo que se insere em ocupações não oficiais. São formas distintas de apropriação dos espaços. Não precisamos ir muito longe para perceber estas diferenças, pois é comum ao entrarmos em lojas comerciais, percebermos as formas de se portar regrada dos funcionários. Desse modo, penso em explorar estas duas formas de ocupação da área central: a ocupação *oficial* composta por normas rígidas de se vestir, bem como toda uma postura corporal e uma ocupação *não oficial*, caracterizada pela *descontração* e maior *liberdade*. Estabeleço nessa reflexão sobre o *não oficial* e o *oficial* um diálogo com a abordagem bakhtiniana (1999), onde este faz uma investigação da composição da praça pública na obra de François Rebelais.

Estas contemplações me possibilitam pensar a heterogeneidade visual do centro de Campos dos Goytacazes, pois a presença de atores diferentes possibilita a

emergência e a permanência de várias *regiões morais* (PARK, 1999) características dos contextos urbanos. As ruas do centro de Campos dos Goytacazes são marcadas por uma diversidade de atores em pontos estratégicos. No terminal é comum encontrar os *camelôs* oferecendo seus produtos em pregões. Entre os *camelôs* e o *shopping*, há funcionários de transportes alternativos. Seguindo para o principal *calçadão* central pode-se encontrar funcionários de financeiras oferecendo a possibilidade de empréstimos aos transeuntes, encontra-se mais *camelôs* do *calçadão*, homens idosos conversando nos banquinhos, ciganos se oferecendo para a realização da leitura de mãos, e ainda, vendedores ambulantes (alguns de origem oriental), oferecendo relógios e artigos de ornamentação, como pulseiras, colares, prendedores de cabelo etc.

Em meio a essas possibilidades de apropriações das ruas centrais, é que os *camelôs* do terminal vão se estabelecendo no centro. Durante minhas observações pude perceber que há uma ligação dos *camelôs* com a região de Guarús. Grande parte dos *camelôs* com os quais conversei se diziam moradores de bairros de Guarús. Em entrevista com Pedro, ele me informou que os seus principais consumidores são desta região da cidade. Afirmou que este fato se dá até mesmo pela localização das bancas, mais próximas aos pontos de embarque para Guarús. Ao indagar sobre a possibilidade de uma saída do terminal para uma área fora do centro, Pedro me disse com muita veemência: *cê tá doido, ali é onde passa todo mundo, é o ponto do ônibus de Guarús*.

Lemos (2001) corrobora as informações obtidas por mim em seu trabalho, afirmando que a maioria dos *camelôs do terminal* mora em Guarús, região popularmente caracterizada por agregar uma grande parte da população com baixo poder aquisitivo e marginal ao projeto de urbanização da cidade por um longo tempo e, apesar de constar em todos os projetos habitacionais da cidade, não sofreu mudanças significativas (VIEIRA & FARIA, 2003).

Estas informações são relevantes para se pensar em uma parcela da população com baixo poder aquisitivo buscando acessar os principais recursos de trabalho oferecidos pela área central urbana, a atividade comercial varejista. Na medida em que estes grupos entram na área central, levam consigo suas práticas cotidianas e seu *modus vivendi*, compondo assim o cenário heterogêneo urbano e tornando híbrido este espaço, pois a área central deixa de ser um local privilegiado de comerciantes com alto poder aquisitivo e passa incorporar as práticas culturais de diversos grupos. Um exemplo da pertinência destas práticas foi extraído da entrevista com Pedro, quando este afirmou que gosta de ir ao rio Paraíba do Sul (vizinho ao terminal) lavar a cabeça em dias de calor, isto em pleno horário de trabalho.

A realização da atividade no centro é um elemento altamente relevante na fala dos *camelôs*, pois as oportunidades de comercialização dos produtos é maior em uma localidade onde há um alto fluxo de pessoas do que em um lugar afastado da área central. Porém, eles não gozam da cidade como os lojistas, pois não possuem as mesmas condições de acesso ao centro, uma vez que estão em locais concedidos pelo poder público municipal e nas condições de vulnerabilidades que apresentei de forma breve até o presente momento e adentrarei mais a fundo nos capítulos que seguem.

## Capítulo II – 2. *Camelôs: Trabalhadores informais?*

A discussão em torno da atribuição do conceito de *trabalhador informal* ao *camelô* se remete à sua marginalização no tocante ao reconhecimento dos seus direitos trabalhistas. Proponho primeiramente uma problematização da construção da idéia de *informalidade* na sociedade brasileira na qual a ideia de *informalidade* se constitui em oposição ao conceito de *formal*. Deste modo, o que é considerado *formal* em um contexto, neste caso o brasileiro, pode não o ser em outro, haja vista os diversos mecanismos institucionais elaborados em cada Estado.

No Brasil, os estudos acerca do que viria a ser o *trabalho não formal* ou *informal* se desenvolveram na década de 60, por Machado da Silva (2003: 141), em torno de tipos de trabalho carentes de um aparato jurídico-legal, ou seja: para o trabalho ser considerado *formal*, deveria estar regulado juridicamente. No caso brasileiro, o trabalho deveria ser reconhecido pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) para que este fosse legítimo juridicamente.

Paralelamente ao estudo de Machado da Silva, pesquisas desenvolvidas no Quênia por Keith Hart, em nome da Organização Internacional do Trabalho (OIT), apontavam a existência de uma atividade econômica que, apesar de representar parcela ponderável do produto e do emprego, mantinha-se e/ou era mantida institucionalmente a margem por suas características de funcionamento, dado que não apresentavam características de sociedades industriais do Ocidente, onde as relações trabalhistas mantinham certa padronização (ROCHA, 1989). Rocha destaca ainda que estudos do caso africano apontam para relações contratuais de caráter não-fixo e, naquele contexto, tais fenômenos são interpretados segundo uma apreensão da atividade sem regulação formal como símbolo de atraso e precariedade, recebendo assim, a denominação de *informal*. Noronha (2003) aponta ainda para este conceito como uma construção institucional, e não acadêmica. Para o autor, o termo foi *cunhado para retratar uma sociedade que não era tipicamente urbana e industrial*.

As transformações ocorridas no mundo do trabalho não se limitaram, portanto, somente a condições econômicas, mas a maneira de se conceber o trabalho. As alterações tiveram início na década de 1970, na Europa e EUA, principalmente, e afetaram o Brasil com mais intensidade na década de 1990, quando o então presidente, Fernando Henrique Cardoso, que ocupou esse cargo de 1995 – 2002, flexibilizou as formas de contratar e remunerar a mão-de-obra (OLIVEIRA, 2002). Essas

transformações foram acompanhadas por significativas mudanças de paradigmas no que diz respeito à forma como o trabalho era então apreendido.

As transformações na economia mundial e alterações demográficas possibilitaram novas modalidades de inserção no mundo do trabalho, o que interferiu no reconhecimento identitário do *trabalhador informal* no espaço urbano. Tavares (2004) ressalta que na sociedade contemporânea, os trabalhos considerados *formais* e *informais* tendem a ser incorporados cada vez mais pelo núcleo da economia capitalista, onde as fronteiras entre o *formal* e *informal* são cada vez mais tênues.

A partir das alterações que ocorreram no mundo do trabalho torna-se cada vez mais difícil delimitar as fronteiras entre o que seria um trabalho *formal* e *informal*, pois elas podem coexistir em um mesmo ambiente. No caso dos *camelôs* contemplados por esta pesquisa de dissertação, em alguns momentos eles são classificados como *informais* por alguns periódicos locais. Não somente na mídia, mas em trabalhos acadêmicos, pude identificar em diversas referências aos *camelôs* como os *trabalhadores informais* dos centros urbanos.

Proponho seguir por outro caminho argumentativo, portanto, dado acreditar na impertinência desta discussão para o contexto analisado, dado não haver como medir as fronteiras da *formalidade*, se é que elas de fato existem. Em um periódico local pude identificar uma declaração de um comerciante que se apresentava como *ex-camelô* apesar do trabalho de observação me permitir afirmar que as mercadorias existentes em seu estabelecimento são semelhantes àquelas comercializadas pelos *camelôs* que estão pelas ruas do centro, e destas, segundo ele mesmo, serem adquiridas em parte dos mesmos fornecedores através dos quais os *camelôs* adquirem suas mercadorias: em São Paulo. O caráter *formal* de seu estabelecimento é conferido, portanto, por outros critérios que não o tipo ou procedência das mercadorias.

Quais seriam, então, as fronteiras da *formalidade*? Parto da decisão metodológica de diferenciar apenas, portanto, os lojistas como os comerciantes que possuam os estabelecimentos comerciais e os *camelôs* como grupo cujo espaço de comercialização de mercadorias é público, seja através da disposição, transporte e venda de mercadorias dispostas no corpo, em bancas móveis ou mesmo em espaços cedidos pelo poder público, como o caso do *camelódromo* e dos *camelôs do terminal*. Os *camelôs* se diferenciam dos demais comerciantes da cidade, no caso, os lojistas, pela situação jurídica de sua ocupação, uma vez que não é o dono de seu espaço de trabalho, que é cedido pelo poder público, no caso de Campos dos Goytacazes, municipal.



Mesmo a noção de *outsiders* e *estabelecidos* não contribui para distinguir os lojistas dos *camelôs*, pois em alguns momentos eles se assemelham, em outros se diferenciam. Há uma relação de oposição e de complementaridade. As diferenciações objetivas não versam sob uma distinção jurídica em torno da questão do trabalho, mas sim do espaço e da forma no qual as mercadorias são comercializadas. As diferenciações subjetivas remetem a aspectos em torno das identidades sociais e formas de reconhecimento a elas referidas. Em termos objetivos, o pagamento de impostos acaba diferenciando os dois grupos no discurso dos lojistas (declaração que destaco no terceiro capítulo), porém, na fala de Pedro, assim como, por exemplo, no contrato de concessão da banca, o *camelô* paga uma taxa, em torno de R\$50, 00, para utilização do espaço.

Em uma relação de trabalho *formal* pode haver meios *informais* de se adquirir as mercadorias que serão comercializadas. Um *camelô*, por exemplo, ele pode ser considerado *formal*, enquanto trabalhador amparado pela *Lei do Empreendedor Individual*<sup>16</sup>, mas quando da obtenção do seu produto não obedecer as normas jurídicas no tocante ao pagamento de impostos referente às mercadorias, tanto no ato da compra quanto no ato da venda. Assim, ele se apresenta como um trabalhador *formal* em uma atividade considerada *informal*. A mesma relação é possível de ser observada no comércio lojista. De acordo com Monnet (2006: 176), *a formalidade é um status normativo ou descritivo de transação comercial, do vendedor, do produto ou do serviço, segundo tenham ou não registro legal, estejam sujeitos ao pagamento de impostos*. Nesse sentido, a comercialização de mercadoria em áreas públicas não seria uma economia/trabalho *informal* por si só.

Pode-se concluir que o caráter de *informalidade* em torno da atividade *camelô* não é inerente à condição de *camelô* em si mesma, cabe questionar, portanto a pertinência de tal apreensão. Pretendo demonstrar que a *questão camelô* está muito mais voltada para o fato destes trabalhadores ocuparem áreas públicas, pois as formas de ocupações encontram uma série de resistências, seja do poder público, mídia ou comerciantes lojistas.

---

<sup>16</sup> Lei complementar nº 128 de 19 de dezembro de 2008. Resolução 58 regulamentou o capítulo da Lei complementar nº 128/08 que criou o Empreendedor Individual, figura jurídica que entra em vigor dia 1º de julho de 2009. Acessado em: <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/modulos/inicio/index.htm>, no dia 12/11/2011

## 2.1 Rumo ao centro da cidade

O trabalho de Mafra (2005) destaca que os trabalhadores envolvidos na camelotagem são de camadas mais pobres da cidade ou de regiões interioranas. De acordo com Mafra, eles se deslocam de favelas da cidade do Rio de Janeiro para trabalhar no centro da cidade, neste caso no camelódromo situado na Rua Uruguaiana. As ruas da cidade na percepção dos trabalhadores são importantes por oferecer uma gama de possibilidades para o exercício de suas atividades. De acordo com Mafra (2005:14),

A “rua” aparece nas conversas como uma categoria física e simbólica de importância fundamental na vida dos [camelôs]. O Centro do Rio surge também nos discursos dos camelôs como uma categoria significativa, sendo considerado um local que oferece muitas oportunidades. Frases como “o Centro é onde tudo acontece” e “é aqui [no Centro] que tá a grana” revelam suas percepções sobre os lugares e os seus percursos na cidade.

Pode-se perceber o quanto é potencialmente lucrativa a ocupação das ruas do centro, bem como tal ocupação é dotada de uma alta carga simbólica, haja vista as possibilidades oferecidas por este espaço em relação às ruas dos bairros mais afastados da área central da cidade. Estar nas ruas do centro da cidade é estar em uma localidade onde os fluxos de atividades e pessoas são maiores, por isso, a importância de tal lugar para o exercício da camelotagem. O valor que o centro recebe é muito significativo na escolha do lugar.

A cidade, permeada por um alto fluxo de atividades, é reconhecida como um espaço urbano, ou seja, localidade caracterizada por um aglomerado de atividades políticas e econômicas. No tocante a importância desta localidade para o comércio, esta funciona como um local de intercâmbio de mercadorias. Esse espaço é reconhecido como oposto ao campo, em se tratando de modos de vida, porém, no que diz respeito às atividades, principalmente comerciais, há uma relação de complementaridade entre estes dois lugares (ver: WEBER, 2004; BRAUDEL, 1998).

O centro da cidade é um local privilegiado para realização de *contatos mistos*<sup>17</sup>, pois nele as diversas categorias identitárias estão em permanente diálogo, vivendo não somente em relação de oposição, mas também em negociação de significados em torno de um *modus convivendi* de alguma forma compartilhado

<sup>17</sup> Expressão goffmaniana que se refere aos contatos de diversas categorias identitárias em um local comum. Esse contato ocorre geralmente em localidades que recebem um número expressivo de diferentes indivíduos, como transporte coletivo, centros urbanos etc.

(BAUMAN, 2009: 46). Nesse sentido, as relações que são vivenciadas no espaço urbano entre os variados grupos contribuem para a construção social destes. A relação principal, característica desse espaço ao longo dos anos, como dito no parágrafo anterior, tem sido a relação de trocas comerciais e com ela grupos de diferentes lugares estão em permanente relação de complementaridade.

A cidade como possuidora de uma concentração significativa de indivíduos, não somente da cidade, mas também do campo, acaba por abrir um local favorável para o surgimento de um centro comercial que favorece não somente aos lojistas<sup>18</sup>, mas também aos próprios *camelôs*, a saber: vendedores de rua – popularmente conhecidos como *camelôs*.

Historicamente a cidade fora tratada como um lugar propício ao desenvolvimento e expansão das atividades comerciais. De acordo com Braudel (1998:17), no séc. XVII, na Europa,

Adstrito às cidades, os mercados e feiras crescem com elas. Multiplicam-se explodem os espaços urbanos demasiado pequenos para os conterem... a solução seria remove-los para as portas das cidades, mais além das muralhas, para os arrabaldes, o que muitas vezes acontece com a criação de uma nova feira. (*ibid.*)

Desse modo, na medida em que as cidades cresciam, terminavam por atrair comerciantes que, em alguma medida, eram favorecidos com esse crescimento. Havia ainda a busca de manutenção de certa *ordem* no espaço urbano com o afastamento dos comerciantes para os arredores da cidade, mas essa repressão não era eficaz, pois, além de novas feiras se instalarem dentro dos muros da cidade, ela crescia, e os comerciantes, que foram afastados outrora, estavam novamente dentro dos seus limites (BRAUDEL, 1998).

Weber (2004: 408) caracteriza a natureza econômica da cidade sob dois aspectos: *a cidade como localidade principesca e localidade de mercado*. Na primeira categoria a cidade é tida como um centro administrativo onde está localizado o corpo político. Já na segunda categoria (que mais interessa nesta investigação), a cidade fora caracterizada como uma extensão do campo, pois o que se produzia no campo nela era vendido. Nesse sentido, historicamente a cidade foi demasiadamente marcada pelo mercado, que envolvia tanto pequenos comerciantes de pequenos produtos de utilidade

---

<sup>18</sup> Comerciante com ponto comercial fixo e reconhecido pelo poder municipal e contribuinte com os devidos impostos cobrados pelo exercício da atividade.

doméstica, quanto grandes comerciantes que vendiam produtos importados de luxo (cf. BRAUDEL. 1998: 52).

No atual contexto os centros urbanos não mudaram a sua dinâmica em relação às cidades citadas do passado, funcionam ainda como sedes administrativas do corpo político, bem como possuem uma grande concentração de comércios e serviços. O crescimento dos centros urbanos no Brasil é marcado por uma diminuição dos habitantes das áreas rurais, a migração para o centro urbano acabando por possibilitar um entrelaçamento de culturas distintas. O centro urbano é característico não somente como uma concentração de grandes números de habitantes, mas também de expressiva heterogeneidade e diversidades sócio-culturais. As origens e a ininterrupta produção desse fenômeno cultural que é a cidade estão diretamente ligadas a variáveis estratégicas como classes sociais e diversidade de tradições culturais, nacionais e regionais (VELHO, 2008).

Nesse sentido, torna-se relevante uma análise do exercício do comércio de rua nesse espaço composto não pela homogeneidade, mas sim por uma heterogeneidade identitária, que contribui para a composição e existência dos centros urbanos, pois, de acordo com Bauman (2009), a mesma questão que torna a cidade um lugar que provoca medo é o que a torna atraente: sua variedade cultural. Desse modo, aponta-se para as culturas diversas que compõem o espaço urbano, convivendo não somente com relação de oposição, mas também de complementaridade e interdependência. As diversas atividades presentes na cidade, apesar de serem heterogêneas, estão em uma relação de complementaridade, o que possibilita emergência e permanência de uma cidade.

No que toca a compreensão da área central da cidade neste trabalho, esta é tida como um local onde há uma variedade de oportunidades ocupacionais, onde os indivíduos têm a liberdade de escolherem a vocação e desenvolverem seus talentos particularmente (PARK, 1999: 58). Essas vocações particulares em contato na cidade assumem um papel complementar umas das outras e, por conseguinte, os indivíduos, que estão envolvidos nesse processo, ficam cada vez mais dependentes dessa comunidade que eles integram (*ibid*), a saber: o centro da cidade.

O centro da cidade se caracteriza ainda pelo grande fluxo de pessoas, concentração da vida comercial, financeira, cultural e política (MAFRA, 2005: 21). Essa característica possibilita a existência de atividades que não seriam possíveis em outros lugares, como em bairros mais afastados da área central ou na área rural. Nesse sentido, pode-se constatar que a cidade por si já constitui um local favorável ao

surgimento e permanência de determinados grupos que vivem em relações de interdependência.

Simmel destaca que:

As relações e as oportunidades do habitante típico da grande cidade costumam ser tão diversas e complicadas, e, sobretudo devido à acumulação de tantos homens, com interesses tão diferenciados, as suas relações e actividades enlaçam-se num organismo tão articulado que, sem a mais exata pontualidade nas promessas e prestações de serviços, o todo se desmembraria num caos inextricável (2009: 07).

É relevante apontar principalmente para a dinâmica articulada que envolve a vida na cidade, o que faz com que esta possa se organizar em um espaço físico delimitado não somente por concreto e cimento, mais ainda por uma construção social simbólica onde o espaço é ressignificado, fazendo com que vários interesses individuais e até mesmo coletivos migrem para esse lugar com fim de praticar atividades culturais, econômicas, políticas e uma variedade de atividades. A cidade não somente é reconhecida por ser um lugar composto pela heterogeneidade, mas ainda pela publicidade, ou seja: como um local comum a uma variedade de indivíduos. Mela (1999: 150) destaca que,

As cidades são largamente constituídas por espaços privados. No entanto, aquilo que melhor as caracteriza é o seu espaço público, sem o qual não passariam de um aglomerado de locais reservados a diversos indivíduos.

Nesse sentido, a cidade pode ser caracterizada como uma localidade que está acessível a uma diversidade de indivíduos que se relacionaram através de contatos face a face, característica de um lugar público. Este aspecto da cidade permite a livre circulação de pessoas e bens, mas isto não significa que haverá uma igualdade de acesso, haja vista às várias formas de engajamento nos lugares públicos, assim como apresento à diante.

## **2.2 Usos da rua da cidade**

Ao pensar a cidade como um lugar público, acessível a diversos grupos, adentramos na discussão dos significados da própria rua, pois é por meio e através desta que o acesso e o trânsito na cidade são possíveis. As ruas são como vasos sanguíneos, que facilitam e possibilitam a circulação de indivíduos no interior das

idades, elas são utilizadas por diferentes grupos e por atividades díspares. A rua é tida como um local público, que se opõe a casa, lugar privado. É nela que os indivíduos trabalham, se enfrentam todos os dias, e a ela estão ainda associados perigos, enquanto a casa ao conforto, proteção e a segurança.

A rua é usada não somente para a circulação de pessoas e bens, mas para uma diversidade de atividades que podem torná-la de um local público semi-público ou mesmo privado, quando, por exemplo, um indivíduo ou grupo se apropria deste espaço seja para atividades lúdicas ou laborais, prática comum no contexto urbano.

A rua surge aqui como uma categoria simbólica que está associada à sobrevivência e às vulnerabilidades. No tocante a sobrevivência, esta noção será aqui apropriada na análise da prática da camelotagem em relação ao processo de ressignificação dos locais públicos para o exercício de atividades privadas: a atividade laboral realizada por *camelôs*. Por outro lado, esta atividade está exposta a diversos riscos, pois a *rua*, local de vulnerabilidade, seja à violência ou a mudanças climáticas, é um lugar de riscos.

A *rua* na percepção do *camelô* é o local da instabilidade no que tange às incertezas profissionais, em comparação com a banca. A rua não é retratada aqui como o local físico de exercício da profissão, mas sim uma categoria profissional que está em oposição à posse de uma banca, ou um “ponto” na rua. Em uma fala de um *camelô*, ele informou que trabalhou na rua por um tempo como *na rua* dispondo as mercadorias no próprio corpo, mas neste período sua carreira era incerta, diferente do que ele vive atualmente, pois já está estabelecido em uma *banca*. Os usos da rua, nesse sentido, são ressignificados, bem como a própria concepção deste espaço público. O local em que ele exerce sua atividade, um terminal rodoviário, deixa de ser *rua*, a partir do momento em que o espaço físico deixa de ser determinante no mundo de significados do *camelô*, ou seja, não é o espaço físico que vai determinar o lugar em que ele está, mas o uso que ele faz do mesmo. A apropriação deste espaço público torna-o semi-público e, assim, reverte o caráter da própria rua, bem como reverte suas condições objetivas de fluxo e instabilidade, ao menos provisoriamente, em dado período do dia.

A utilização da rua não segue uma ordem fixa, pois esta é utilizada de forma diferente dependendo do horário, do contexto social, geográfico, temporal ou climático em que ela estiver inserida. Ela pode ser apropriada por um grupo de trabalhadores no turno do dia e reapropriada por *vagabundos*, boêmios ou profissionais do sexo no turno da noite. A rua, como a cidade, apresenta uma série de atividades permeadas pela transitoriedade. A rua que está associada ao trabalho diário pode ser a mesma associada

ao prazer noturno. Senão as próprias atividades de trabalho se revertem entre a noite e o dia.

As ruas de uma cidade apresentam muitas variações, como Rio apresenta em suas crônicas:

Há ruas honestas, ruas ambíguas, ruas sinistras, ruas nobres, delicadas, trágicas, depravadas, puras, ruas sem história, ruas tão velhas que servem para contar a evolução de uma cidade inteira, ruas guerreiras, ruas revoltosas, medrosas, esplenéticas, *snoobs*, ruas aristocráticas, ruas amorosas, ruas covardes que ficam sem pinga de sangue... (2008:34)

As ruas da cidade não são simplesmente estruturas de pedra e asfalto, que cortam e desenham a cidade, mas também lugares apropriados por diversos grupos de tipos e classes que habitam e utilizam a cidade e que, por sua vez, é dividida em diversas *áreas morais*. A citação utilizada acima expressa a divisão de uma cidade em espaços diferenciados, o que Park define como *áreas morais*. A cidade é composta por grupos diversos que formam o seu conteúdo, para ela convergem diversas ordens (OLIVEN, 1996: 13).

No tocante ao uso da rua pelas diversas ordens que convergem para a cidade, estas nas crônicas de João do Rio são compostas por vendedores ambulantes, negociante ambulante, ciganos, catraieiro<sup>19</sup>, entre uma gama de outros profissionais. A rua se apresenta como fundamental para os diferentes usos da cidade, pois é por ela que esses grupos circulam e se estabelecem. E são as dinâmicas de utilização e circulação no espaço da rua que as envolvem lhes dão sentido.

A rua em alguns casos são tão ou mais presentes na vida desses trabalhadores do que a sua própria casa, como pode observar entre os *camelôs* investigados. Pedro, por exemplo, relata sair de casa às 06h da manhã e retornar só às 22h da noite. Em um dia de 24h, dois terços são vividos na rua. A sua *carreira* requer muito de seu tempo, entre as vendas e a atividade transportar as suas mercadorias de casa para a rua, bem como armar e desarmar todos os dias a sua banca.

### 2.3 A carreira

De acordo com Hughes (1971) as situações de trabalho são um dos *locus* através dos quais se podem observar a formação de identidades, papéis e sanções sociais. Nesse

<sup>19</sup> Tripulante, também chamado de barqueiro, ou o proprietário de uma catraia, ou de qualquer embarcação de pequeno porte.

sentido, penso no conceito de *carreira* como ciclos vivenciados por indivíduos ou grupos na sociedade. A carreira pode conferir uma identidade social a indivíduos que estão nela inseridos, ela passa ser uma forma de reconhecimento positivo ou negativo em formações sociais específicas. Na cidade temos a coexistência de uma diversidade de carreiras e estas desempenham papéis complementares, e a cidade torna-se um recipiente onde as diversas carreiras se cruzam.

A carreira profissional é um forte elemento de construção da identidade social. Dubar (1997: 2) aponta a importância de se investigar os processos de socialização pelos quais as identidades são construídas. Ele aponta que:

Entre as múltiplas dimensões da identidade dos indivíduos, a dimensão profissional adquiriu uma importância particular. Porque se tornou um bem raro, o emprego condiciona a construção das identidades sociais; porque sofreu importantes mudanças, o trabalho apela a subtis transformações identitárias; porque acompanha intimamente todas as mudanças do trabalho e do emprego, a formação intervém nas dinâmicas identitárias muito para além do período escolar

A carreira se torna relevante para o reconhecimento dos indivíduos no processo de socialização na sociedade, na medida em que a profissão adquire uma importância particular nas múltiplas dimensões da vida social. As carreiras sofrem uma série de processos até que estas se cristalizem. Os indivíduos, ao entrarem em uma carreira, passam a ser reconhecidos pela sua relação com esta e, em muitos casos, isso se dá através de um reconhecimento negativo devido a estigmas que certas carreiras profissionais recebem. Nesse sentido, a identidade social sofre uma atribuição negativa, pois é tida como *anômica* em relação à condição de normalidade estabelecida. Dentre as *carreiras* tidas como *desviantes*<sup>20</sup>, a *camelotagem* é bem conhecida por receber uma série de atributos que tornam a carreira *descreditada*<sup>21</sup>.

No tocante a carreira de *camelô*, Rodrigues (2007: 131) destaca que esta é constituída pelas seguintes características:

Possui um ponto fixo, independente de estar em um camelódromo ou nas calçadas, pois é esta característica fundamental que o diferencia das outras duas atividades costumeiramente a ele associadas e, conseqüentemente, confundidas, que são o vendedor ambulante e o sacoleiro.

<sup>20</sup> Ver BECKER, H. S. (2008) outsiders: estudos de sociologia do desvio. Rio de Janeiro. Ed. Zahar.

<sup>21</sup> Expressão goffmaniana referente a atributos considerados anormais que desqualificam indivíduos ou grupos. O indivíduo ou grupo que possui um estigma aparente é considerado descreditado.



Diferente de muitas outras carreiras, a de *camelô* envolve, em grande parte, o processo de compra e venda da sua mercadoria. Ele é que viaja para efetuar a compra dos produtos a serem comercializados e quando ele o faz passa a exercer a função de *sacoleiro*, caracterizada pela realização de viagens com o objetivo de comprar produtos para revenda, enquanto as atividades comerciais realizadas por lojas com pontos fixos geralmente envolvem a compra e recebimento dos produtos em seus respectivos estabelecimentos. Estes produtos são mediados por um representante da fábrica ou distribuidora, que geralmente paga uma série de impostos para realização da venda e transporte da mercadoria, de acordo com as demandas de um mercado regulado. De acordo com Karl Polanyi (1944: 68) os mercados crescem juntos com as regulamentações governamentais, ele não está a sua mercê. Existem arranjos institucionais que atuam sobre o mercado fazendo com que este siga determinadas normas.

Mediante todas estas questões em torno da regulação do mercado, a atividade da *camelotagem* está relacionada a uma série de artifícios que tendem a garantir o baixo custo das mercadorias em favorecimento das vendas e sustentação da própria atividade. Assim, é possível ao *camelô* integrar um mercado popular. A realização da compra das mercadorias sem mediação é uma dessas medidas de minoração dos custos, pois que permite driblar a fiscalização e os mecanismos institucionais que regulam o mercado. Para isto, *o camelô do terminal* sai de sua cidade em direção a São Paulo, principal área comercial de produtos vindos da *Ciudad Del Este* (RABOSSO, 2004: 253-254 ).

De acordo com o GuiaSP<sup>22</sup>, na rua 25 de Março, São Paulo, situa-se a *feirinha da madrugada*, um complexo de 123 mil m<sup>2</sup>, que abriga mais de 4800 boxes e recebe 50 mil pessoas diariamente. A citada região apresenta ainda relativa autonomia em relação a *Ciudad Del Este*, pois Rabossi (2004) destaca que na ocasião de setembro de 2001 ocorreram alguns protestos que fecharam a Ponte da Amizade, principal via de acesso de Foz do Iguaçu – Brasil, para a *Ciudad del Este* – Paraguai. Neste período, alguns comerciantes da rua 25 de Março festejaram, pois muitos sacoleiros que compravam no Paraguai passariam a comprar diretamente de São Paulo. Este fato revelou que as mercadorias de São Paulo não são somente do Paraguai. Rabossi destacou ainda que não há uma oposição constante entre São Paulo e Paraguai, pois, segundo alguns *camelôs*, as suas mercadorias são do Paraguai, porém compradas em São Paulo, o que revela uma relação de complementaridade entre as duas regiões.

---

<sup>22</sup> Site de informações sobre entretenimento na cidade de São Paulo. *Home page*: <http://www.guiasp.com.br/sao-paulo/bras/feira-da-madrugada>, acessado em 22/04/2011.

A viagem para a obtenção de produtos apresenta uma série de riscos: perigo de acidentes devido às estradas com más condições de tráfego, o desgaste físico que oferecem riscos a saúde do trabalhador, bem como a passagem pela *blitz* policial<sup>23</sup>, onde o *camelô sacoleiro* pode perder toda a mercadoria ou ser obrigado ao pagamento de altas propinas. Pedro relata levar consigo em todas as viagens uma quantia em dinheiro separada para pagar propina aos *federais*, que afirma ser um fator desestimulante para a continuação da carreira.

Essas histórias ressaltam os objetivos dos longos trajetos das caravanas comerciais. Braudel (1987:37), ao falar sobre as longas cadeias mercantis na Europa na era denominada Mercantilista, que ocorreu entre os séc. XV e final do XVIII, destaca que:

Ora, quanto mais essas cadeias se alongam, mais escapam às regras e aos controles habituais. (...) por excelência, um domínio de livre manobra, opera a distâncias que o colocam ao abrigo das fiscalizações ordinárias ou lhe permitem contorná-las (...) Nessa vasta zona operacional, existe a possibilidade de escolher, e ele escolhe o que maximiza seus lucros.

Rabossi (2004: 12) corrobora esta idéia destacando que *a possibilidade de conseguir produtos que não se encontram ou cujos preços são menores noutra lugar sempre foi um dos motores do comércio, das grandes viagens e das caravanas*. Desse modo, a razão pela qual o *camelô* se dispõe a correr o risco para adquirir as mercadorias se dão devido à possibilidade de comprar um produto com um preço que possa lhe possibilitar mais lucro, bem como garantir preços de venda mais baixos, o que uma compra convencional não proporcionaria, dada uma série de impostos sob a mercadoria. Ao entrevistar Margarete, proprietária de uma banca no terminal, ela me informou o seguinte:

Tem loja lá em São Paulo para a gente comprar com nota, mas a gente não compra que, por exemplo: a gente vai lá e é mais caro. Lá em São Paulo, pirataria é dez, aí chega na loja com nota ela é vinte. E aqui a gente vai vender por cinquenta? Não é lojista! Aqui não tem loja!

A declaração de Margarete corrobora a relação que Rabossi estabelece entre transações comerciais de longa distancia e a possibilidade de preços menores, o que

---

<sup>23</sup> Barreira policial montada pela Polícia Rodoviária Federal (PRF), com o objetivo de fiscalizar tanto irregularidades nos veículos que trafegam pelas rodoviárias federais, como fiscalizar mercadorias de *origem duvidosa*, sem de nota fiscal.

proporciona ao *camelô* maior possibilidade de barganha. As viagens longas oferecem uma gama de possibilidade. Eles podem comprar tanto com nota, como sem, além de adquirir uma mercadoria com preço mais baixo do que na sua cidade de origem. Esta condição faz com que o *camelô* possa oferecer produtos mais baratos em relação ao oferecido nas lojas. Com relação a este aspecto Margarete declarou que:

O lojista implica com a gente porque a gente vende tudo mais barato. Eu tenho uma saída de praia, e tem uma loja que vende, aí eu boto mais baratinho mesmo e eles não levam vantagem, que eu vendo cinco ou oito por dia e ele vende duas por semana (risos), entendeu?

Outro fator importante para a escolha por este tipo de transação de compra de mercadoria envolve o fato de muitos *camelôs* não possuírem Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), o que faz com que ajam na ilegalidade no tocante ao pagamento de tributos. Sem a devida regularização se torna inviável adquirir produtos através dos mesmos meios utilizados pelos lojistas. Por outro lado, optar pela regularização é decidir por abrir mão de uma parte do lucro das vendas. Em uma determinada ocasião, Pedro me afirmou que se for pagar impostos prefere *fechar a banca*, pois ficará difícil para se *manter no trabalho*.

Este aspecto é muito delicado na carreira, pois a aquisição de um CNPJ não a torna completamente legal, se levarmos em conta aspectos jurídicos. Em 2008 foi criada a *Lei do Empreendedor individual*, que possibilitou aos *camelôs* possuírem CNPJ. Eles se legalizam no tocante as leis trabalhistas, mas ainda continuam integrando uma economia ilegal ao adquirirem produtos sem nota fiscal ou *pirateados*<sup>24</sup>. Pedro declarou que ter CNPJ implicaria em prejuízos para seu trabalho e Margarete informou que todos os *camelôs do terminal* o possuem. Notei que há preocupação com relação ao controle mais excessivo da fiscalização, devido à visibilidade que o trabalhador passa a ter com sua firma reconhecida juridicamente.

Uma questão agravante que torna a carreira vulnerável a repressões policiais se dá não somente pelo fato das mercadorias não possuírem nota, mas ainda por serem classificadas como *piratas*. Mafra (2005: 56) ressalta que

As falsificações de bonés, camisetas, bermudas, tênis, óculos, relógios, canetas, mochilas, bolsas e perfumes de marcas famosas são algumas das mercadorias mais comercializadas por camelôs. Esse tipo de artigo,

<sup>24</sup> De acordo com o dicionário Aulete Digital, a pirataria *consiste na reprodução, uso ou venda de cópias não autorizadas de material protegido pelas leis do direito autoral*.

chamado de “pirata”, de “segunda linha” ou de “similar”, é bastante procurado no mercado da camelotagem, mesmo tendo qualidade questionável. As etiquetas das grifes Adidas, Osklen, Nike, Mont Blanc e Louis Vuitton são as mais procuradas nesse mercado, e nem sempre são oferecidas a preços populares. Um exemplo é o comércio de falsificações das bolsas da marca Louis Vuitton, em que um modelo simples pode ser encontrado por quinhentos reais, preço que corresponde, segundo uma compradora, a um quarto do valor da bolsa original.

No tocante a comercialização destas mercadorias, existe uma série de implicações que responsabilizam o *camelô* judicialmente por estar violando o Código de Propriedade Industrial (Lei nº. 9.279, de 14 de maio de 1996, que regula os direitos e obrigações relativas à propriedade industrial). No caso específico da citação acima, a lei protege o registro de patentes e marcas de bens móveis. A violação desta lei é uma das vulnerabilidades que o *camelô* enfrenta na carreira, pois está constantemente vulnerável a apreensões de mercadorias e até mesmo ser levado à delegacia para prestar depoimento sobre a posse da mercadoria ilegal.

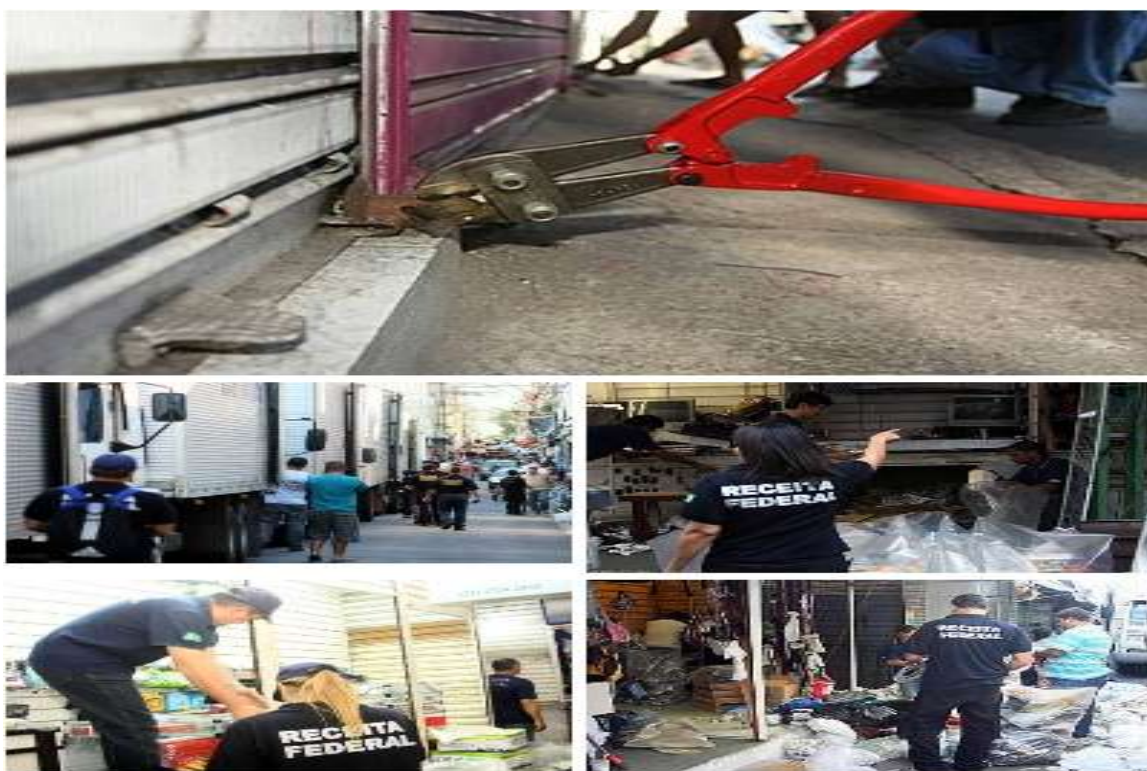


Imagem 04: Foto de Carlos Greví: Operação 25 de março.

São muito comuns ações policiais que reprimam tal prática. No ano passado houve no *Shopping Popular Michael Haddad*, popularmente conhecido como *camelô* ou *camelódromo*, uma *mega operação*, denominada *25 de março* (imagem 03), realizada

pela Polícia Federal, Receita Federal e Ministério Público. De acordo com o periódico Folha da Manhã, jornal com circulação local,

Nos 200 estabelecimentos, que totalizam 400 boxes, foram apreendidos cerca de 60 toneladas de produtos diversos avaliados em aproximadamente R\$ 2 milhões. Os boxes foram interditados pela justiça e os produtos levados em 15 caminhões para a Receita Federal, no Rio de Janeiro. (FOLHA DA MANHÃ, *Apreensão de 60t de produtos sem nota: Mega operação lacrou todos os boxes do Shopping Michael Haddad*, ontem, 26/03/ 2010a: 8)

A operação 25 de março causou uma série de prejuízos aos *camelôs*, pois eles informaram que além de não terem nota fiscal da maioria das mercadorias, alegaram que o depósito para onde os produtos foram levados era distante, a saber, na capital, cidade do Rio de Janeiro. Geralmente os policiais chegam pela madrugada nos locais ocupados pelos *camelôs* com o intuito de persuadi-los ainda na chegada ao dia de trabalho. Ao avistar a ação policial, muitos permanecem afastados, pois reconhecem sua condição de ilegal ao comercializarem mercadorias tidas como ilegal (dado obtido em uma eventual conversa com um funcionário de uma banca no camelódromo). Como o *camelô* não chega para abrir o estabelecimento, a polícia arrebenta o cadeado com um alicate, abrindo a banca a força.

Esta questão demonstra a vulnerabilidade da carreira, pois o *camelô* se depara com uma situação em que a sua atividade é tida como algo que está fora do processo de cobertura policial, uma vez que esta e, por conseguinte, as leis, não oferecem uma cobertura cidadã a sua ocupação. Esta questão é importante para se pensar a própria noção de cidadania. Porque a carreira não recebe uma cobertura cidadã? Será que a questão jurídica não tem sido um tanto arbitraria para com alguns indivíduos que são considerados avesso às leis?

No tocante a operação 25 de março o periódico Folha da Manhã destacou a seguinte notícia:

Com 79 anos de idade, sendo 55 deles trabalhando diariamente em uma árvore nas imediações do camelódromo, a viúva Francisca de Oliveira foi surpreendida ontem, ao chegar às 7h, e encontrar todos os seus produtos lacrados em sacos plásticos e sua banca sendo lacrada. Ao lado de sua banca, a de sua filha que também foi interditada (...) ‘Vão-se os anéis e ficam os dedos. Eu tenho perseverança e fé (...) Para quem trabalhou na roça, no sertão de campinha grande na Paraíba, isso é nada’ (...) Um dos fiscais lamentou ter que fechar a banca, mas alegou estar cumprindo ordem judicial. (FOLHA DA MANHÃ, *O desterro de quem perdeu tudo*, 26/03/ 2010b: 8)

Esta declaração evidencia o momento da apreensão das mercadorias no *camelódromo* e a reação de uma *camelô*, que lamentava ao ver suas mercadorias serem apreendidas e a sua banca ser lacrada. De acordo com o periódico o próprio agente *lamentou*, mas estava cumprindo a ordem judicial. Qual o princípio que dá legitimidade ao Estado para agir da forma que age para com os indivíduos? Será que o direito a cidadania está acessível a todos. A pirataria é altamente combatida, principalmente a de *CDs* e *DVDs* e uma questão que sempre pairou sobre a minha mente foi: quem a denominada *pirataria* fere mais? As grandes gravadoras de *CDs* e *DVDs*, ou a sociedade de forma mais ampla? A pirataria, de certo modo, é uma modalidade que acaba descentralizando/redistribuindo a arrecadação de dinheiro com a obra de um artista.

Alguns *camelôs* temem trabalhar com mercadorias sem nota ou *pirateadas* por medo de perderem suas mercadorias, e assim optam por comercializar mercadorias de outro tipo. Margarete, por exemplo, comercializa apenas artigos artesanais. Segundo o seu relato, esta opção se dá devido ao fato de mercadoria *pirateada* exigir um investimento muito maior. Informou ainda que o retorno da pirataria é bem melhor do que as mercadorias *com nota*. Nota-se que ela tem dificuldade para distinguir produtos *piratas* e aqueles sem nota fiscal. Na concepção dela, todos são *piratas*, dado todos implicarem em vendas ilegais.

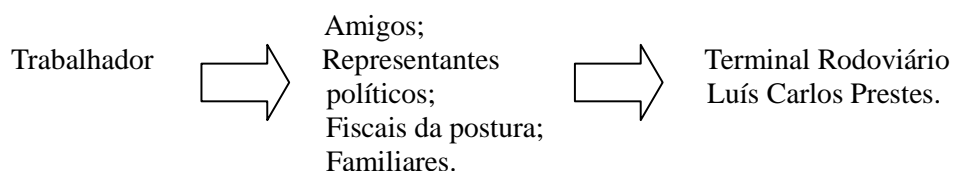
No terminal há diversas formas de trabalhar com produtos considerados *piratas*, existem aqueles que trabalham com *CDs* e *DVDs*, enquanto outros trabalham com bonés, bolsas, camisas, relógios, carregadores de celular, artigos de vestuário no geral. Todos são considerados *piratas*, mas a repressão sempre foi maior em torno da venda de *CDs* e *DVDs*, pois tem uma visibilidade maior para a fiscalização, enquanto para o vestuário e outros produtos de marcas importadas, exige-se um conhecimento mínimo para a repressão, pois nas apreensões da polícia civil, que pude observar, o foco eram *CDs* e *DVDs*, porém quando a ação era em conjunto com a Polícia Federal, Receita Federal e Ministério Público, a repressão tinha uma abrangência maior, pois todos os produtos eram apreendidos.

Pedro esconde parte do seu estoque e, quando um freguês pede, ele olha bem para os lados e vai até o local pegar. Ele me informou que tem muito receio de trabalhar com produtos *piratas*, pois já foi preso e teme ser pego pela segunda vez. Certa vez eu encontrei com ele em seu bairro e o indaguei sobre ele não ter ido trabalhar. Ele me informou que os *federais* estavam na cidade e preferiu não sair de casa.

A atividade de *camelotagem* implica em uma decisão a favor de uma alta lucratividade e a expensas da vulnerabilidade que envolve a ocupação do espaço da rua, do risco em torno da imposição de mecanismos de regulação pelo Estado em contraposição à disponibilização de mercadorias que nem sempre são regulamentadas, bem como da problemática em torno da obtenção e manutenção da banca em si mesma. A imagem de irregularidade em torno da atividade é confrontada pela regulação de fato imposta aos *camelôs*. O caráter supostamente *informal* da atividade, dado a *informalidade* ser ela mesma uma noção questionável e, como vimos, facilmente combatível, favorece, por outro lado, a vigência de práticas irregulares em torno da concessão de licenças para o exercício da atividade, bem como se sustenta a partir de uma base empreendedora de caráter familiar.

Ao mesmo tempo, opção pelo *ponto*, ou pela comercialização no espaço da rua, é outra forma de adequar baixos custos e garantir a instalação do estabelecimento em uma região central, altamente favorável ao comércio. Esta opção busca obter lucro e ter acesso ao centro, pois se estabelecer em uma loja exige um grande capital, bem como o pagamento de uma série de tributos. Como vimos, o *ponto* inicialmente é ocupado pelo *camelô*, até que a fiscalização responsável pela organização espacial de atividades comerciais desta natureza na cidade surge para solicitar a saída ou regularização de sua condição. A aquisição do *ponto*, ou a permissão para a instalação do *camelô* em dado espaço público, parece exigir, por outro lado, que este esteja inserido em certas redes de relações. Cristiano e Elías explicitam tais questões com clareza e apontam para a importância de relações pessoais para a chegada ao local e como estas são estabelecidas tanto com amigos proprietário de *banças* no *terminal*, ou com fiscais e representantes políticos. O esquema abaixo destaca como ocorre este processo de mediação.

Esquema da entrada no terminal:



Os trabalhadores do terminal sempre ressaltam como os contatos foram importantes para a entrada na carreira. A entrada por via institucional não é uma via única e é ainda mais demorada que a mediada por relações pessoais. Ao mesmo tempo, a via institucional é fundamental, pois há necessidade de permissão do poder municipal,

mas não é suficiente. Pedro relata que se algum integrante entrar sem a permissão institucional, eles denunciam para os fiscais da postura, mas pude notar que há uma variedade de irregularidades que não são denunciadas por uma questão de camaradagem entre os pares. Este fator evidencia a flexibilidade das relações estabelecidas no terminal, pois a lei não se aplica a todos. O caso de Cristiano, por exemplo, ele está em uma banca que não é sua, porém, não é denunciado, pois possui *muito amigos*, conforme o entrevistado afirma.

DaMatta (1997) destaca que a sociedade brasileira se caracteriza pela valorização de relações mediadas por laços pessoais de camaradagem, possibilitando a existência de ações clientelistas. Ter amigos ou conhecidos no terminal vale tanto quanto uma autorização da prefeitura para atuar, pois a possibilidade de que estabeleçam grupalmente uma boa relação com os fiscais da postura permite aos *camelôs* que já estão estabelecidos no terminal mediar eles mesmos a entrada de novos *camelôs*.

O caso de Cristiano é um exemplo claro. Ele está de forma ilegal no terminal, mas possui boas relações com o grupo e com fiscais da postura. Neste caso, a lei não se aplica, pois as relações pessoais são mais fortes. Caso contrário, o trabalhador poderia ser denunciado. A reciprocidade é algo bem presente nas relações entre os trabalhadores do terminal, ela dinamiza um sistema de cooperação. No tocante a cooperação entre os trabalhadores urbanos, Menezes ressalta que uma prática importante realizada por migrantes na cidade é a pertinência da prática do *mutirão*, que *consiste essencialmente na reunião de vizinhos convocados por um deles, a fim de ajudá-lo a efetuar determinado trabalho* (1976: 79).

Esta prática é muitas vezes tratada como uma transplantação ao contexto urbano de práticas comuns em contextos rurais, onde as relações de vizinhança não extrapolam contratos de compra e venda de força de trabalho, envolvendo muitas vezes troca de favores. Destaco que a cidade de Campos dos Goytacazes passou por um grande processo migratório iniciado na década de 70 e acentuado na década de 90 (TERRA, 2007: 88) e é possível que este fenômeno se reverta na construção de práticas no ambiente urbano, que é heterogêneo em sua essência, a partir de modos de vida e comportamento alicerçados em hábitos típicos rurais.

Tal heterogeneidade favorece a coexistência, por outro lado, de uma diversidade de visões de mundo, o que propicia a constituição de espaços marcados por um hibridismo onde as vivências são ressignificadas a partir de diálogos entre o local de origem e de permanência: campo e cidade. O espaço urbano da cidade é apropriado



como um lugar onde os imigrantes do campo adaptam seu saber para viverem nele (CANCLINI, 2003: 18). Esse processo de adaptação requer não somente o aprendizado e utilização de técnicas profissionais, mas ainda uma própria adaptação da performance corporal, pois no caso dos *camelôs* há uma adaptação cotidiana a realidade urbana.

#### **2.4 Representações identitárias nos espaços públicos**

O *espaço público* é um lugar comum aos indivíduos: ruas, praças, terminais rodoviários, é “acessível” a todos os indivíduos sem nenhum tipo de restrição. Goffman (2010) demonstra que o *espaço público* possibilita variadas formas de engajamento, permitindo ainda a construção de uma gama de representações sociais entre os indivíduos que acessam esse espaço. E estas representações podem ocorrer em dois sentidos.

Goffman atribui a noção de público aos locais que permitem os *contatos mistos*, o encontro entre diferentes indivíduos de classes, etnias, sexo ou idade. Estes encontros vão fazer com que grupos ou pessoas criem expectativas e, ao mesmo tempo, se remodelem para atender as expectativas de outrem. O público, nesse sentido, é o local da teatralização, onde os indivíduos se representam e são representados cotidianamente, fazendo com que haja uma modelação dos *atores* de acordo com as expectativas da *platéia*. Os *lugares públicos* destacados por Goffman são aqueles em que há publicização das relações entre os atores individualmente ou seu grupo. O público, portanto, é o lugar de compartilhamento de experiências díspares.

As questões individuais nesse espaço ganham uma dimensão mais ampla, podendo não se restringir somente a um lugar isolado, mas ganhar alcance mais amplo através dos meios de comunicações, que hoje têm sido muito usados como espaço de publicização de demandas individuais ou coletivas. Interessa aqui não uma análise do espaço público em si, ou seja, a sua constituição, mas sim das formas de interações passíveis de se desenrolar neste espaço, como o modo de *engajamento dos camelôs do terminal* na área central da cidade, um lugar público.

O fato da área central da cidade ser um lugar público, não indica que este esteja acessível igualmente a todos, pois existem regras de conduta a ser observadas e estas acabam criando fronteiras simbólicas quanto ao uso do espaço urbano. Deve-se pensar, portanto, na noção de *ordem pública*, ou *a copresença [que] deixa as pessoas singularmente acessíveis, disponíveis e sujeitas umas as outras*. *A ordem pública, em seus aspectos face a face, trata da regulamentação normativa desta acessibilidade*

GOFFMAN, 2010: 33). A *ordem pública* irá se relacionar sempre de acordo com as necessidades surgidas em situações sociais diferenciadas. Por isto, atendo-me a noção de *ordem pública* e como esta é apreciada nos *contatos mistos* entre *camelôs* e os outros atores presentes na área central da cidade de Campos dos Goytacazes.

Alguns conceitos básicos a serem utilizados para a compreensão da causa dos *contatos* vivenciados, serão o de *representações coletivas* (CHARTIER, 1991) o de *estabelecidos* e *outsiders* (ELIAS e SCOTSON, 2000).

Chartier (1991: 182) recorre à noção de *representação coletiva* para articular três modalidades de relação com o mundo social:

O trabalho de classificação e de recorte que produz configurações intelectuais múltiplas pelas quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos que compõem uma sociedade; em seguida, as práticas que visam a fazer reconhecer uma identidade social, a exibir uma maneira própria de ser no mundo, a significar simbolicamente um estatuto e uma posição; enfim, as formas institucionalizadas e objetivadas em virtude das quais “representantes” (instâncias coletivas ou indivíduos singulares) marcam de modo visível e perpétuo a existência do grupo, da comunidade ou da classe.

A relação no mundo social figurada por Chartier (1991) possibilita compreender como as representações são construídas pelos diversos grupos presentes no cenário social. Há no seu primeiro ponto a alusão de uma realidade construída contraditoriamente, pois em se tratando de grupos diferenciados, cada qual pode construir a representação de si no cenário social formado por uma diversidade de agrupamentos diferenciados, mas complementares. Neste trabalho recorro à compreensão de representações como construídas não a partir de uma totalidade social e sim como uma forma particular de cada grupo ser no mundo.

Este jogo representacional pode conferir uma série de atributos aos *camelôs* presentes no centro. Como vimos, a própria categoria *camelô* é alvo de uma série de atributos negativos, que faz com que a *identidade social* dos indivíduos envolvidos na atividade seja considerada um *desvio* na percepção de alguns lojistas e setores da mídia, algo que na representação do *camelô* e de seus familiares tem outros significados que positivam a carreira por uma série de atributos que serão discutidos no terceiro capítulo.

De acordo com Mafra (2005: 105), a atividade da camelotagem passou a ser vista como caso de polícia. Em se tratando dos *camelôs* da cidade do Rio de Janeiro, ela ressalta que:

Há um longo processo de acusação dessa atividade, cujos antecedentes podem se encontrados nos ideais de civilidade do início do século XX, em nome dos quais Pereira Passos perseguiu as “pequenas profissões”, usando a proposta de “saneamento” como base do discurso de repressão.

A representação do *camelô* no espaço público sempre esteve associada a uma atividade *desviante*, ou seja, marginal. Diversas características negativas são atribuídas ao *camelô* e esta atribuição acaba gerando uma representação negativa de sua *identidade social virtual*, identidade construída a partir de suposições vindas de fora do indivíduo ou grupo (GOFFMAN, 1988). Neste sentido, as noções de *estabelecidos* e *outsiders*, utilizadas por Ellias e Scotson (2000), são basilares para pensar os conflitos gerados na cidade e como os *camelôs* se situam neste espaço.

Há nos agrupamentos humanos a noção de *ordem pública*, e esta se baseia na *regulação normativa*, o que faz com que os que a observam sejam considerados indivíduos ajustados à sociedade, caso contrário, *desviantes*, pois não estão *disponíveis* e *sujeitos* a regulação criada pelo grupo dominante, seja ele político ou econômico. No caso abordado neste trabalho, contemplo os aspectos embutidos na carreira da camelotagem como elemento desviante da *regulação normativa*.

Neste caso, temos uma apreensão superficial que tende a diferenciar um grupo de *estabelecidos* e outro de *outsiders*, uns que teoricamente se encaixam nas normas de ocupação e utilização da área central e outros que teoricamente violam um conjunto de regras de ocupação do centro e comercialização de mercadorias neste espaço. É importante ressaltar que estes conceitos são categorias criadas como forma de controle social, onde um grupo busca artifícios para impor sanções a outros considerados inferiores no tocante à observância das normas. Um ponto que se torna relevante a ser observado no grupo supostamente considerado *outsider* é o local de moradia, aspecto significativo no tocante a posição social deste. Como destacado no primeiro capítulo, os *camelôs* do terminal são, em sua maioria, moradores do bairro de Guarus. No tocante a essa localidade, na fundação da cidade de Campos dos Goytacazes, em 1865 era chamada Guarulhos, pois foi uma sesmaria concedida aos índios Guarulhos, onde formaram uma aldeia sob o *amparo* dos padres beneditinos (VIEIRA & FARIA, 2003). De acordo com Faria (2000), a localidade manteve-se a margem do projeto de urbanização da cidade por um longo tempo, sendo incorporada ao perímetro urbano após a década de 1940 e, apesar de constar em todos os todos os projetos habitacionais da cidade, não sofreu mudanças significativas. Portanto, paira sobre a cidade a construção de uma desigualdade entre a localidade, que se situa à margem esquerda do

rio Paraíba do Sul, no lado norte da cidade, e a área urbana, localizada na margem direita do rio Paraíba do sul, no lado sul da cidade.

Uma percepção interessante sobre tal desigualdade encontra-se na *home page* de um periódico local, na coluna *o cru e o cozido* da colunista Fernanda Huguenin. Ela faz a seguinte consideração:

Aqui em Campos, o que reparte geograficamente a cidade é o Paraíba. É a partir dele que se define Guarús, esse lugar repleto de estigmas e visto por nós, moradores do outro lado, com a negatividade da ignorância. O primeiro indício dessa valoração é a referência generalizada que se faz da região. Enquanto aqui nos referimos aos bairros, separando com precisão cirúrgica a Pelinca de Nova Brasília, nosso olhar ultra-rio não separa o Jardim Carioca de Santa Rosa, misturando e denominando tudo como simplesmente Guarús. A outra impressão incorreta é imaginar que seus moradores são exclusivamente pobres, que possuem baixo grau de escolaridade e que seu gosto cultural é fundamentalmente popular, como se do lado de cá não existissem favelas, gente desinformada e bailes funk. Sobre a rotulação territorial, se fabrica uma distância social tão icônica quanto estereotipada (FOLHA DA MANHÃ, Guarús, 10/05/2011).

Esta citação destaca a fabricação de uma distância social entre os moradores do lado direito e esquerdo do rio Paraíba, a saber, bairros do sul e norte da cidade. Estas representações surtem efeitos concretos, pois provocam a desvalorização fundiária no bairro de Guarús e uma supervalorização nos bairros da margem direita do rio Paraíba. Um ponto importante colocado por Huguenin é a generalização sofrida pela área, pois ela não é dividida em bairros, o que faz com que os bairros pobres sejam comparados aos bairros ricos, isso pelo fato de todos pertencerem ao distrito de Guarús como um todo. Morador de Guarús, eu sempre pude sentir na pele a força do estigma ao declarar a minha origem durante a graduação e na pós-graduação, quando surpreendia as pessoas, como se não fosse possível indivíduos oriundos de Guarús chegar a certos postos na cidade, pois é comum se imaginar que *seus moradores são exclusivamente pobres, que possuem baixo grau de escolaridade* (HUGUENIN, 2011).

O fato da maioria dos *camelôs* morar em bairros de Guarús pode ser um fator que contribua para a construção de uma variedade de representações sobre o grupo no centro. Estas representações podem gerar um reconhecimento negativo, o que faz com que a identidade social do *camelô* possa ser vista como deteriorada. Esta condição pode tornar a permanência dos *camelôs* no espaço público uma atividade que envolve uma série de tensões, o que pode dificultar ainda mais a luta pelo seu reconhecimento e instalação na área central e esta está intimamente ligada à identificação deles no centro. Neste sentido a luta por um reconhecimento da atividade acaba implicando em uma forma de legitimar a identidade do grupo na área central.

De acordo com Agier (2001: 11), identidade pessoal ou grupal é edificada e justificada a partir de enunciações ou declarações da mesma, em outras palavras, a identidade não pode ser justificada por si mesma, mas depende de um jogo de representações, pertencas, lutas, entre outras formas de legitimá-la. Ele ressalta ainda que:

Toda identidade, ou melhor, toda declaração identitária, tanto individual quanto coletiva (mesmo se, para um coletivo, é mais difícil admiti-lo), é então múltipla, inacabada, instável, sempre experimentada mais como uma busca que como um fato. (AGIER, op. cit.: 10).

A citação acima ressalta um aspecto que tem perpassado a pós-modernidade: a fragmentação identitária, pois *o sujeito previamente vivido como tendo uma identidade unificada e estável, está se tornando fragmentada* (HALL, 2005: 12). Hall destaca ainda que a identidade unificada é uma fantasia, pois somos confrontados com uma multiplicidade de identidades possíveis. Um exemplo que poderia tornar esta afirmação mais simples seria um *camelô* negro e homossexual. Em um mesmo sujeito há três possibilidades de busca por edificação identitária em espaços diferenciados.

A minha opção por trazer a questão do trabalho para o campo de discussão da identidade se justifica pelo fato do reconhecimento dos *camelôs* na cidade estar intimamente ligado a carreira que possuem e a busca por afirmação e justificação destes está mais ligado em uma busca por legitimidade da carreira do que uma luta individual focada no sujeito. Neste sentido, a identificação dos indivíduos envolvidos na camelotagem na região central depende fortemente da carreira, pois ela acaba sendo uma forma de *distinção* (questão que enfatizo no terceiro capítulo).

As situações de trabalho contribuem para a formação identitária, papeis e sanções sociais (Hughes, 1971). Nesse sentido, a representação sobre a atividade da camelotagem irá ter uma forte influência na forma de que os envolvidos na atividade serão representados na cidade, tanto por vizinhos de trabalho, como por órgãos públicos e imprensa local. Destaquei uma série de vulnerabilidades enfrentadas pela carreira, e uma que entra em demasia na discussão pública e contribui para a criação de representações negativas da identidade social dos *camelôs* é a ocupação destes em áreas públicas da cidade e especialmente na área central, como demonstrarei no capítulo a seguir.

Mediante estas representações os *camelôs* são inseridos em um embate representacional, onde estes buscam acessar debates e enunciar uma série de atributos que justificam aspectos tidos como positivos para alcançar a legitimidade da identidade do grupo na área central, tanto em relação aos vizinhos, como em relação ao poder

público. De acordo com as declarações que obtive e pude observar em reuniões realizadas entre poder público e *camelôs*, a edificação da identidade dos *camelôs* surge sempre em oposição aos seus vizinhos, a saber, os lojistas. Há uma busca constante de legitimação da atividade na área central, não como precária, informal, ilegal, mas sim através de atributos que se referem ao modo de ser dos *camelôs*, que não é determinado por uma regulação econômica ou jurídica, como, por exemplo, atributos morais presentes na carreira. Própria condição de trabalhador é um elemento importante de edificação e positivação da identidade *camelô*.

A declaração identitária se dá como forma de justificação de indivíduos ou grupos em diversos contextos de luta, o que requer um posicionamento diante de imputações que são atribuídas por outros. No entanto, torna-se pertinente pensar o contexto onde os *camelôs* estão em um contato cotidiano com diversos grupos – [como um local de] *compartilhamento do reconhecimento dos ‘outros’ no ‘eu’ e do ‘eu’ nos ‘outros’, numa relação dialética identitária cuja síntese é a diversidade e não a unidade* (SILVA, 2009: 50).

É interessante observar a demanda política como processo de formação identitária. Nesse sentido, pode-se pensar na formação identitária do *camelô* construída a partir da busca por reconhecimento de sua atividade em um espaço público urbano, pois na medida em que o vendedor ambulante luta politicamente frente ao poder público, ou outros grupos por sua inserção na cidade como trabalhador, sua identidade política é construída. O reconhecimento da diferença identitária do vendedor ambulante em relação aos comerciantes no espaço urbano e a incorporação legítima dessa diferença vai constituir o processo de legitimidade política da formação identitária do *camelô*. Nesse contexto, este entra em um espaço dialógico onde será travada a luta por seu direito de exercer a atividade comercial na cidade livre de um reconhecimento negativo de sua identidade, como demonstro no Capítulo III.

### Capítulo III – A Cidade como o lugar das representações identitárias

Neste capítulo objetivo elaborar minha interpretação sobre as diversas representações identitárias que são tecidas continuamente na cidade. Os principais atores envolvidos nesse jogo representacional são *camelôs*, comerciantes lojistas e poder público. No tocante aos *camelôs*, as entrevistas, bem como o trabalho etnográfico, foram elementos importantes para a construção de minha interpretação dos sentidos que eles dão às suas atividades, que depende de uma teia de significados compartilhada pelo grupo. Com relação aos comerciantes lojistas e poder público, as declarações destes presentes em um periódico de grande circulação municipal foi a principal fonte de minha investigação.

Com relação aos significados tecidos pelos *camelôs*, esses são de fundamental importância para se pensar como estes pensam sobre si. Geertz (2008:89; 90), ao descrever seu trabalho realizado nas sociedades balinesa, javanesa e marroquina, apontou o seu intuito de identificar como as pessoas que conviviam nessas sociedades se definiam, ou seja, o que seria o *eu* para os integrantes destas sociedades. Para isto, não foi necessário que ele se tornasse um indivíduo destas sociedades, mas sim, fazer análise das formas simbólicas presentes nas palavras, imagens, instituições e comportamentos. Onde as pessoas se representam.

A partir destes elementos, a minha investigação da categoria *camelô* deixa de ser somente uma imputação do que o meu “eu” pensa sobre esta e passa a ser ainda a busca de trazer a experiência do *camelô* para tecer o trabalho que venho realizando com eles. Nesse sentido, o “eu” do *camelô* passa a ser um trabalho conjunto onde trago minhas concepções e as deles, com fim de realizar uma leitura da atividade que realizam na cidade não meramente em termos econômicos e jurídicos, mas ainda, os significados que ultrapassam as citadas realidades, que podem envolver a liberdade, relações de familiaridade, entre outros aspectos que serão apresentados neste capítulo.

#### 3.1 Dinâmicas na cidade: trajetórias, representações e estigmas

Como visto nos capítulos anteriores, a cidade apresenta uma série de oportunidades, diversidades sócio-culturais, bem como uma variedade de áreas que delimitam territórios na mesma. Estes territórios não são divididos meramente em suas formas físicas, mas ainda, socialmente, onde os diferentes grupos que a habitam reproduzem os espaços e criam representações simbólicas sobre este. Os grupos que

estão nos espaços são os principais responsáveis pela construção social dos lugares, pois a cidade é um conjunto indivisível, onde os bens simbólicos e materiais se reproduzem na vida dos cidadãos, o que torna a cidade o que ela é. Na cidade há uma diversidade de grupos que vivem em complementaridade e oposição, e entender as trajetórias destes é muito relevante para a compreensão da forma como essas relações são tecidas.

A forma como os espaços são ocupados e estas ocupações ganham legitimidade vai depender de uma série de dispositivos que necessita ser acionada, este pode ser jurídico, econômico, político ou mesmo moral. No tocante aos dois primeiros, estes estão intimamente relacionados, pois ocupar a cidade em uma condição juridicamente legítima vai exigir a posse de bens econômicos que possibilitem o acesso *legal* da cidade. Quando falo de ocupação da cidade, me refiro a área central, *locus* de toda minha discussão. Nesta área, o valor da ocupação do solo é financeiramente maior, pois, ao se tratar de uma área comercial e próxima aos principais serviços, o valor econômico exigido, para se inserir nele, torna-se elevado em relação às demais localidades da cidade.

No tocante aos dispositivos políticos, estes vão variar desde relações pessoais com grupos de influência política (como o caso de Elias, citado no primeiro capítulo), ou com a formação de uma identidade política apoiada em atributos morais com fim de reivindicar acesso à citada localidade, caso que explicitarei mais a frente. Cada agrupamento presente na cidade terá suas formas específicas de ocupação. Estas podem ocorrer de variadas formas de acordo com as trajetórias específicas de cada grupo ou indivíduo na cidade. Existem grupos ou indivíduos que são da cidade e pertencem a famílias tradicionais ou aqueles que chegam tardiamente e buscam a inserção, acionando os dispositivos mencionados acima.

Um ponto relevante para a compreensão de como se dão as relações na cidade de Campos dos Goytacazes, é entender como as relações sociais são tecidas, algo que está muito relacionado à história da cidade, com um passado escravocrata onde as principais famílias estavam ligadas as usinas de açúcar ou atividades comerciais. Na cidade ainda vigora a importância do sobrenome, pois há um *poder simbólico* em torno deste. Como se trata de uma cidade de porte médio, onde as pessoas são reconhecidas com certa facilidade, se comparado a uma grande cidade, o sobrenome tem uma representação significativa, o que não está ligado somente a um poder econômico presente, mas ainda, a posse deste no passado. Os pertencimentos a famílias que participaram ou ainda participam da elite econômica da cidade, representa uma forma de *distinção social* (ver Bourdieu, 2007).



No tocante a presença dos *camelôs* na cidade, a pesquisa que realizei me mostrou que este grupo causa inconformidade nos comerciantes presentes no centro, o que será discutido no próximo tópico. Esta acabou gerando confrontos que foram travados na área central da cidade, e isto ficou evidenciado não somente na citada localidade, mas foi noticiado em um periódico de grande circulação municipal. O que fez com que os conflitos passassem de lutas particulares e ganhassem uma dimensão pública.

O centro da cidade passou a ser grande alvo de disputas entre *camelôs*, classificados como *invasores* e comerciantes lojistas, que se auto-intitulavam *comerciantes legalmente estabelecidos*. Estes em diversas declarações vão ressaltar sempre as condições que os mesmos acessam o centro, ou seja, dentro da normatização jurídica. Enquanto que os *camelôs* são classificados em periódicos como *invasores* do centro e sonegadores de impostos, o que faz com que os lojistas atribuam uma série de representações negativas a identificação da atividade do *camelô*. As atividades realizadas no centro por estes, ganhou uma gama de representações e estas estavam intimamente ligadas ao *modo de ser no mundo* dos dois principais grupos envolvidos.

A atividade na representação dos comerciantes recebe uma série de *estigmas*, pois é tida como algo que se opõe aos processos de modernização urbana. No tocante a este aspecto, Reginensi (2006: 207), em sua análise comparativa entre vendedores ambulante do Rio de Janeiro, Brasil e Marselha (França), destacou o seguinte aspecto sobre o tratamento que os vendedores receberam na área considerada central do Rio de Janeiro:

O movimento se retém na cidade do Rio de Janeiro, no período da reforma Pereira Passos que em um extremo caráter higienista, quando se observa uma intensa erradicação dos vendedores ambulantes, por suas práticas serem consideradas sujas, arcaicas e inadaptadas em um período de modernização e de grandes trabalhos na cidade. Numa época mais recente, a política urbana da cidade atribui aos ambulantes o mesmo status que os mendigos, prostitutas e traficantes de drogas.

Apesar da citação acima destacar contextos diferentes, a saber, a reforma realizada por Pereira Passos, na primeira década do século XX e na primeira década do século XXI, quando a Cidade do Rio de Janeiro se preparava para sediar os Jogos Pan-Americanos<sup>25</sup>, que ocorreu em 2007, apresenta certas similaridades, pois ressaltam

---

<sup>25</sup> Este caracteriza-se por um *evento esportivo baseado nos jogos Olímpicos (Olimpíadas)*. Atletas dos 42 países do continente americano (América do Sul, Central e do Norte) disputam várias modalidades esportivas. Os Jogos Pan-Americanos acontecem de quatro em quatro anos. Fonte: <http://www.quadrodemedalhas.com/jogos-pan-americanos/guadalajara-2011/>, acessado em 27/06/2011.

como o vendedor ambulante/*camelô* foi e tem sido tratado como algo que está relacionado ao pré-moderno, arcaico e incompatível com os projetos urbanísticos. As propostas de revitalização de centros urbanos foram acompanhadas por representações que acabavam conferindo estigmas aos *camelôs*.

Em Campos dos Goytacazes não ocorre diferente, pois a atividade dos *camelôs* tem sido representada por comerciantes ou poder público como problema para a revitalização da área comercial. Em certa ocasião, no ano de 2004, quando o prefeito de então anunciou um plano de *revitalização* da área central da cidade, declarou que:

Alguns camelôs vendiam comidas sem as exigências da Vigilância Sanitária, outros bebidas e, não raro, as famílias passavam e viam homens urinando nas calçadas. São coisas que não podemos continuar permitindo. (Portal da Prefeitura de Campos, *Campista anuncia plano para revitalizar centro*, 2010).

Com relação à citação acima, os *camelôs* são associados a problemas de saneamento na área central, além de estarem associados a atos de atentado ao pudor, que é o caso dos *homens urinando nas calçadas*. Será que somente os consumidores dos referidos *camelôs* cometem tal ato? Quem são as *famílias*, que presenciavam estes atos? Será que na localidade há instalações para que o *problema* seja solucionado? Uma questão importante é que nestas reuniões, onde se propõe revitalização, nunca presenciei nos periódicos que analisei, a participação de sequer, um representante dos *camelôs*, que são citados como um problema para a revitalização, mas sim os lojistas. Nestes discursos há não somente uma questão sanitária, mas, ainda, uma dimensão moral, como o caso do *urinar* em via pública, o que pode contribuir para a desvalorização de uma área.

Os *camelôs* não somente são tidos como problemas de saúde pública, como também responsáveis por uma série de atividades consideradas desviantes, presentes na área central. Em uma declaração feita em 2001, no periódico Folha da Manhã, onde o Presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL), fala sobre a proposta do poder executivo de então em ampliar o camelódromo para reunir os ambulantes do centro, ele ressalta o seguinte:

A aparente solução “ideal” do camelódromo resultou, por exemplo, num entrave para a valorização urbana e o desenvolvimento de uma das áreas mais nobres do Centro de Campos, o entorno do Mercado Municipal. Qualquer projeto urbanístico de vulto é prejudicado pela aglomeração de camelôs, pela redução da área de circulação de pedestres e veículos e pelo crescimento dos índices de desocupados que costumam se reunir nas imediações do Mercado Municipal (...)

aguardamos providências para questões preocupantes como a gradativa ocupação das principais áreas centrais da cidade por camelôs, o que desfigura a nossa cidade e prejudica o contribuinte. (FOLHA DA MANHÃ, Cadê a praça, 09/02/2000a: 07).

A declaração acima confere uma série de estigmas aos *camelôs*, pois são associados a uma variedade de *problemas* na área central, corroborando a citação de Reginensi, no tocante ao projeto de urbanização da cidade do Rio de Janeiro. Os *camelôs* na citação acima são tidos como entraves para a valorização de uma área considerada nobre. Nesse sentido, a presença dos *camelôs* é sinônima de atraso, pela justificção de não ser compatível com a valorização do centro. Há ainda a associação da presença dos *camelôs* à atração de *desocupados*, o que causaria uma *desfiguração* da *nossa* cidade.

O trecho a seguir destaca outra fala do presidente da CDL sobre a ocupação dos vendedores ambulantes na cidade:

Como empresário, amigo e parceiro do prefeito A. V. eu sei que no seu novo mandato ele tem um compromisso com o desenvolvimento econômico do município. Entretanto, como presidente da CDL, eu gostaria muito que o prefeito determinasse a imediata solução para o problema dos camelôs, que nos últimos meses do ano 2000 invadiram o centro, provocando um grande descontentamento entre os lojistas legalmente estabelecidos. (FOLHA DA MANHÃ, Edvar Chagas pede atenção de Arnaldo Vianna para os comerciantes, 06/01/2000b, p. 08).

Em outra ocasião, o presidente da CARJOPA<sup>26</sup>, destacou o seguinte:

Acreditamos que já está mais do que na hora da prefeitura de Campos adotar algumas providências práticas, como, por exemplo: (...) retirar definitivamente os camelôs que insistem em ocupar um espaço ao qual não têm direito, porque não pagam impostos. (FOLHA DA MANHÃ, Carta ao Leitor, 30/03/2001a, p. 06).

As citações acima podem nos ajudar na compreensão de como o ambulante é representado nas declarações dos lojistas. O que explicito nas duas declarações são pedidos direcionados ao poder executivo e, para isto, o representante dos comerciantes ressaltou as características juridicamente legais dos lojistas e as *ilegais* dos *camelôs*, para legitimação das demandas apresentadas. Os *camelôs* são tidos ainda como *invasores do centro*, o que acaba sendo apresentado como uma forma de *informalidade*

---

<sup>26</sup> Associação Comercial da Rua João Pessoa e Adjacências, representante dos comércios situados na rua João Pessoa, Centro.

da ocupação urbana, diferentemente dos *comerciantes legalmente estabelecidos*, que pagam os *devidos impostos* e estão *formalmente* no centro.

A partir das citadas representações veiculadas por um periódico de grande circulação municipal, podemos perceber como os vendedores ambulantes são fortemente caracterizados como *informais* e isso acaba sendo um ponto chave para que os comerciantes, que se consideram *formais*, ataquem a carreira dos trabalhadores com termos depreciativos e estigmatizantes, como é o caso da caracterização de *invasores* que recebem.

As características apontadas nos parágrafos que precedem, referentes às vulnerabilidades da carreira, favorecem a estigmatização dos *camelôs* na cidade, pois essas são colocadas como principais defeitos dos mesmos, por comerciantes e alguns setores da mídia. Elias (2000, p. 22-23) destaca a realidade de uma pequena cidade onde grupos sofrem uma série de *estigmas*. Na relação do considerado estigmatizado, colocado como *outsiders* e *estabelecidos*, ocorre a *sociodinâmica da estigmatização*. A citação que segue destaca como ocorre tal relação:

(...) o grupo estabelecido, tende a atribuir ao conjunto do grupo *outsiders* as características ruins de sua porção pior de sua maneira anômica. Em contraste, a auto-imagem do grupo estabelecido tende a se modelar em seu setor exemplar, mais nômico ou normativo na minoria de seus melhores membros. Essa distorção *pars pro toto*, em direções opostas, faculta ao grupo estabelecido provar suas afirmações a si mesmo e aos outros; há sempre algum fato para provar que o próprio grupo é bom e que o outro é ruim..

Em declarações obtidas de um periódico local e de minhas observações pude perceber forte conflito entre os comerciantes lojistas, que se consideram *legalmente estabelecidos*, e os *camelôs*, que são representados como *invasores*. Nas declarações a citação acima é corroborada, pois os lojistas insistem em colocar as vulnerabilidades jurídicas dos *camelôs*, que é um fato, como uma característica do grupo de forma geral, em outras palavras, os auto-intitulados *legalmente estabelecidos* utilizam as *características ruins de pior porção dos camelôs* como sendo único elemento presente no grupo, como se este se resumisse nestas atribuições negativas encontradas nas atividades consideradas ilegais .

Em outra situação, quando eu conversava com um segurança do *shopping* ele me informou o seguinte sobre os *camelôs do terminal*:

Isso aí é uma favela, tem prostituta, menor, viados, pedófilo. (...) Eles vem para dentro do *shopping* para roubar e usar drogas no banheiro. (...)

A noite é uma putaria. Os viados ficam pelados se mostrando para a gente aqui. (...) Tem que acabar com isso mesmo, eles precisam trabalhar, mas têm que ser um negócio organizado. (declaração obtida no dia 27/12/2009).

Esta declaração, extraída da fala de um funcionário de um dos principais estabelecimentos vizinhos, possibilita uma compreensão de como a localidade ocupada pelos *camelôs* é categorizada. Na fala anterior, a presença deles estava associada a ocupação irregular de uma área pública e a ausência de pagamentos de tributos. Já na citação que precede este parágrafo, quando indagado sobre a saída dos *camelôs*, o funcionário do empreendimento vizinho aos *camelôs do terminal* associou estes aos diversos grupos marginais que causam preocupação para o empreendimento no qual ele trabalha, integrante do grupo de *comerciantes legalmente estabelecidos*. Mais uma vez podemos ver evidenciado a dimensão moral que envolve a presença dos *camelôs* na cidade.

A *área moral* onde os *camelôs* exercem as suas atividades é permeada na representação dos comerciantes como ligadas a uma série de atributos, o que dá uma significação negativa não somente para a atividade do *camelô*, mas, ainda, ao lugar onde esta está presente. Desse modo, podemos perceber que a construção da *área moral* do *camelô* é representada como permeada por uma série de atividades consideradas desviantes, como no caso da citação da fala do segurança do Campos *Shopping*. A construção social dos espaços ocupados por *camelôs* nas representações de alguns comerciantes e comerciários, está associada a atividades tidas como indesejadas nos centros urbanos.

Pires (2010: 354) destaca a fala de um vigilante da estação de trem de Engenho de Dentro, no Rio de Janeiro, onde este associa a atividade do vendedor ambulante que trabalha no trem a atividades criminosas. Ele declara o seguinte:

Eu sei que tem muita gente que está aqui pra trabalhar. Mas também há aqueles que estão aqui para roubar, para vender drogas. Outro dia, na estação de Cascadura, um cliente deu queixa, acusando um deles. E você não pode saber quem é quem. Pois eles se misturam e não é fácil separar o joio do trigo.

Estas representações são basilares para a construção de uma identificação negativa da atividade. O que acaba por imputar um reconhecimento negativo a atividade, tornado-a *desacreditável*. Esta se apresenta como uma forma de depreciação, ligando a mesma a aspectos negativos presentes na *área central*. Como destacado no segundo capítulo (CHARTIER, 1991: 182), as representações coletivas evidenciam o

modo de ser no mundo e significar simbolicamente a posição de alguns grupos. Neste caso os *camelôs* são representados como associados a uma série de atributos negativos presentes no centro, que vão desde atividades ilícitas, como ocupação de lugares públicos e sonegação de impostos, como atividades criminosas, que é o caso explicitado pelo segurança do *shopping* vizinho e o vigilante citado no trabalho de Pires (2010), citação que antecede este capítulo.

Este modo de ser no mundo presente na fala de alguns comerciantes, denota como estes se vêem em relação aos *camelôs*, o que possibilita uma construção de uma hierarquia no centro da cidade, onde um grupo se considera gradualmente superior a outro, por afirmar possuir atributos considerados superiores, se auto-intitulando, portanto, os legalmente estabelecidos e legitimados por tal título para ocuparem o centro. No caso dos *camelôs*, por estarem justamente no lado considerado oposto, a saber, ilegalmente estabelecidos, caracterizados como *invasores*, estão em uma graduação inferior de acesso ao centro, onde este acesso passa a ser alvo de questionamentos frente ao poder público.

Neste tópico aponte as dinâmicas na cidade envolvendo os *camelôs* e lojistas, destacando o modo de ser no mundo do lojista em relação a atividade do *camelô*, a qual esse representa com uma série de estigmas. O que na fala dos lojistas presentes nos periódicos, confere uma discrepância entre os modos de utilização do centro em se tratando dos citados grupos. Esta abordagem deixa evidente dois grupos que vivem em constante oposição e conflito no centro, resta saber, até que ponto esta oposição se dá na prática e como esta ocorre e se ocorre. Este ponto é o que será contemplado por mim no tópico a seguir.

### **3.2 Os limites da *informalidade* no centro de Campos dos Goytacazes**

Como o tópico que antecede a este destaca os *camelôs* como aqueles situados no centro na fala dos comerciantes, pois nela aparecem como grupos que se apropriam ilegalmente do centro da cidade. As dimensões das relações entre *camelôs* e lojistas no centro de Campos dos Goytacazes presente nas declarações dos lojistas nos possibilita apreender somente uma relação binária, onde os citados grupos vivem em constante oposição, mas até que ponto isso ocorre de fato? Há uma total formalidade no tocante a ocupação dos lojistas no centro e vice versa? Para esta investigação contarei com minhas observações do Campos *Shopping* e declarações *dos camelôs do terminal*.

Canevacci (2004: 140) destaca que entre dois edifícios, mesmo quando não contíguos, pode haver um relacionamento dialógico e cabe a nós pesquisadores a identificação desse diálogo. Neste diálogo podem ocorrer integrações e oposições. Elementos de um edifício sacro podem comunicar tanto uma oposição, quanto uma integração com edifício de um baile *funk*, por exemplo. No caso em questão, busco destacar a possível integração ou oposição existente entre o Campos *Shopping* e os *camelôs do terminal*.



Imagem 5: Foto de Renan Lubanco: Camelôs do terminal e Campos Shopping. Fotografado em dezembro de 2008.

Na imagem 4 destaco a relação de vizinhança entre o Campos *Shopping* e os *camelôs do terminal*. Assim como o *camelô*, o *Shopping* está em um local de passagem, grande parte das pessoas que acessam o terminal passam pelo Campos *Shopping*, que é um atalho para passar da Rua Governador Teotônio Ferreira de Araújo para a Rua Santos Dumont. A pouca distância física entre os dois lugares revela uma relação não tanto oposta, pois, ao observar as lojas do *shopping*, pude perceber que há uma oferta de produtos semelhantes a dos *camelôs* em lojas do *shopping*. Principalmente nas lojas que estão na área externa do *Shopping*, mais próximas aos *camelôs*.

Observando as apropriações de toda localidade, me foi possível identificar a utilização da calçada do *Shopping* como ponto de transportes alternativos. Em uma conversa com Pedro ele declarou que é muito comum funcionários do *Shopping*

consumirem no terminal, tanto produtos alimentícios, que é o caso dos carrinhos de pipoca, quiosque de salgados e churrascos, quanto produtos eletrônicos, roupas ou de utilidades emergenciais, como carregador de celulares, bateria para relógio, entre tantos outros produtos oferecidos no *camelô do terminal*.

Pude presenciar os comerciários, funcionário das lojas vizinhas, sentados no interior do *camelô* em conversa com os *camelôs* e em uma ocasião presenciei uma negociação entre Pedro e um lojista, onde este chegou próximo de Pedro demonstrando grande intimidade. O lojista, proprietário de uma loja de calçados chegou em tom de brincadeira dizendo: *toma aqui ô, comprei este relógio aqui no ano passado e ele já está quebrado, não quero nem saber, quero outro igualzinho, se vira ( risos)*. Pedro em tom de risos pegou o relógio e disse: *Ih... esse aqui é um Dumont original! É pilha!* Ficou evidente que não se tratava de um relógio comprado em Pedro, pois ele não trabalhava com tal produto. Pedro não tinha a pilha, mas foi a outro *camelô*, que possuía a pilha, e a comprou. O outro *camelô* queria cobrar R\$ 5,00 na pilha, mas Pedro informou que o lojista era seu camarada e a pilha ficou por R\$ 2,00. No fim da transação o lojista disse: *hum, essa pilha custa R\$ 0,03 em São Paulo (risos)*. Pedro em tom de risos disse: *sabe quanto custa? R\$ 0,03. Ele quis cobrar R\$ 5,00, mas eu falei com ele que você era conhecido e ele aliviou. Vai roubar para ser preso!*

Estas transações que são comuns evidenciam a integração, que por mais que os *camelôs* possam ser considerados institucionalmente opostos aos lojistas, em determinados momentos, estes acabam integrando um ao outro. Durante a entrevista com Alexandre uma mulher negra com trajés modestos lhe pergunta se ele gostaria que ela guardasse a sua comida e ele informa que sim. Com ela ainda presente ele me apresentou a ela e me informou que ela possuía um restaurante próximo ao terminal, e afirmou fornecer comida para grande parte dos *camelôs* que ali trabalham. É comum essa interação de serviços e ainda eventuais conversas entre comerciários, lojistas e *camelôs*.

Como os *camelôs* do terminal não possuem um banheiro, é muito comum eles utilizarem o banheiro do Campos *Shopping*. Em certa ocasião, ao chegar à banca de Pedro encontrei sua filha mais velha e ela me informou que ele tinha ido ao banheiro. Indaguei sobre onde era o banheiro utilizado, tanto por Pedro, quanto pelos outros *camelôs*. Minha interlocutora disse ser o do Campos *Shopping*. Pude perceber uma relação muito íntima entre os dois estabelecimentos, algo que ultrapassa as supostas fronteiras entre o considerado formal e o *informal*. Em uma declaração de Pedro ele



afirmou que um *camelô*, classificado por ele como *cheio de grana*, possuía não somente bancas no terminal, mas também uma loja no Campos *Shopping*.

No tocante a aquisição das mercadorias, os *camelôs* compram não somente em São Paulo, mas em lojas de atacadistas, como informou Pedro. É muito comum na região do centro de Campos dos Goytacazes, lojas de R\$ 1,99 ou de R\$ 1,00. Estes estabelecimentos eram caracterizados inicialmente por venderem produtos apenas de R\$ 1,99 ou de R\$ 1,00, mas com o tempo passaram a vender produtos de vários preços, porém, não muito elevados, o que acaba possibilitando alguns *camelôs* comprarem produtos nessas lojas para fazerem revenda. Isso pode ser constatado na Saara, no centro da cidade do Rio de Janeiro, área formada por 11 ruas, abrigando 1250 lojas, e compreendendo uma das áreas mais tradicionais e dinâmicas do comércio popular na cidade do Rio de Janeiro (CUNHA & MELLO, 2006).

Apesar de uma relativa relação de oposição existente entre a Saara e os *camelôs* e os *lojistas da Saara*, por exemplo, têm forte participação na camelotagem, oferecendo facilidades de compra no atacado. Outros *lojistas estendem o seu comércio para a calçada das ruas através de camelôs* (MAFRA, 2005: 86). Esta dinâmica demonstra o como há continuidades entre os *camelôs*, considerados *informais* e os *lojistas*, que se autoclassificam como *legalmente estabelecidos*. O que fica evidente é a forma como se torna cada vez mais perigoso estabelecer uma linha divisória de fronteiras delimitadas entre as economias ditas populares, associadas ao atraso e as integradas a organização capitalista de produção, consideradas modernas.

Os comércios populares se caracterizam por oferecerem produtos de baixo preço em uma ocupação de baixo custo, onde não requer muito investimento para a geração de renda, renda essa que não é tida como uma produção de capital, mas sim, meios de subsistência de camadas mais pobres da sociedade. No caso do comércio integrado a produção capitalista, esta é caracterizada por exigir um grau de investimento elevado para ser gasto com *marketing*, adequação às diversas formas pagamento com linhas de crédito, entre uma gama de artifícios para atrair os consumidores.

Como um exemplo objetivo destas duas modalidades, poderia citar os *camelôs do terminal* e os *lojistas do Campos Shopping*. Os *camelôs* poderiam se inserir no comércio popular, enquanto os *lojistas* poderiam estar inseridos no comércio integrado a produção capitalista. O primeiro grupo integra um comércio que não requer um investimento muito grande inicialmente, enquanto que o segundo grupo necessita de despesas iniciais com aluguel ou aquisição de uma loja no empreendimento, pagamento de taxa de condomínio, entre uma série de encargos, que tornaria muito mais cara a

entrada na modalidade. Com relação a atividade em si, o primeiro grupo trabalha com um produto de preço menos elevado, adquirido seja pela via ilegal ou legal, como o exemplo de Alexandre, que trabalha com *pirataria*, e o caso de Elias, que trabalha com artesanatos ou pequenas bijuterias.

No tocante as formas de pagamento do primeiro grupo, este é à vista, no dinheiro, pois não há como criar uma forma de crédito mais sofisticada, até mesmo pelas condições jurídicas da carreira. Presenciei a venda de produtos *fiado*, onde não há uma forma sofisticada de crédito, mas, sim, uma relação de confiança, onde o vendedor necessita de uma relação pessoal com o consumidor, tornando o ato da venda não somente em uma relação econômica, mas ainda, moral. Ainda, em se tratando da atividade, o segundo grupo, teoricamente, trabalha com um produto legal, que requer a aquisição de nota fiscal e o pagamento dos impostos necessários, o que faz com que seu produto tenha um valor não tanto acessível para algumas camadas da população, além de geograficamente estar situado em um espaço regular, a saber, em um empreendimento destinado a tal atividade.

No caso dos *camelôs do terminal*, eles não possuem máquinas de cartão de crédito, já no *Shopping Michael Haddad* alguns *camelôs* se cadastraram como micro-empresendedores individuais e oferecem esse serviço. Ainda há uma série de resistências com relação a tal ação, pois implica na declaração de renda e o pagamento de tributos, motivo pelo qual os *camelôs do terminal* me informam não ser viável o oferecimento de tal serviço.

Sem mais delongas, em se tratando de uma comparação teórica dos dois empreendimentos, há uma distinção, mas na prática não há uma oposição tão definida. Uma característica dos *camelôs*, ao ocuparem os espaços públicos das cidades, é a abordagem corpo a corpo, algo que normalmente não ocorre em um *Shopping Center*. Este empreendimento pode ser visto como:

É um território fechado e controlado da democracia ocular. Dentro dele pode se exercitar o dom de olhar como dom de si mesmo, baseado na reciprocidade e na oposição de um *status-game*. Cada um expõe seus mini símbolos, seus códigos elaborados através das peças de vestuário, ornamentos, modo de caminhar, maquilagem, corte de cabelos. A completa parafernália polissêmica da linguagem corporal encontra ali sua máxima antropologia comunicativa. Sua semiótica aplicada (CANEVACCI, 2004: 48-49).

Na citação acima, Canevacci destaca a característica que pode ser atribuída ao empreendimento denominado *Shopping Center*, um lugar preparado para o consumo e ausente de conflitos, onde os produtos nas vitrines se expõem aos indivíduos que

caminham pelas suas alas. Ele explicita um lugar ausente de conflitos, ao contrário dos espaços públicos da cidade, que demonstram as diferenças sociais, violência, pedintes, *camelôs* ou comércios populares abordando os transeuntes, além de uma série de ocasiões inoportunas que um cidadão pode encontrar ao caminhar na cidade.

Como eu apontei desde o início dessa abordagem, teoricamente não há similaridades entre o citado empreendimento e os *camelôs*. Mas será que entre *camelôs* do terminal e lojas do Campos *Shopping* ocorre essa distinção muito evidente? Como já disse na citação de Canevacci, os edifícios de uma cidade, ora se integram, ora se opõem. Nesse caso, há tanto oposições como contiguidades entre os citados empreendimentos. No caso do Campos *Shopping*, é possível encontrar entre as suas alas funcionários das lojas abordando os transeuntes, uma atitude atípica para um empreendimento desse porte. Já nos comércios populares é comum tal prática. Os pregões estão presentes nestes ambientes de comércio. Na rua é comum a presença de *camelôs* anunciando os produtos e as ofertas disponíveis. Há ainda uma concorrência velada nos pregões, onde o *camelô* explicita as vantagens que ele oferece em relação aos outros sem que isso cause conflito entre os *camelôs*.

Ao observar a prática da abordagem corpo a corpo nas alas do Campos *Shopping*, percebi como o terminal é incorporado pelo *shopping*. Por outro lado, os *camelôs* buscam uma série de artifícios que são utilizados pelos lojistas como, por exemplo, a exposição das mercadorias em expositores que chamam a atenção de quem passa. Na banca de Pedro, por exemplo, ele colocou um expositor metalizado de óculos, chamando assim a atenção dos que passam pelo terminal. A partir destas andanças pelo terminal notei que os limites entre a formalidade e a informalidade são difíceis de serem mensurados, pois as citadas atividades compõem uma sinuosidade característica da cidade, um espaço não cartesiano, mas sim, com traçados que se emaranham e causam confusão ao transeunte que por ela passa.

A carreira da camelotagem é permeada por essa sinuosidade, onde as negociações ganham dimensões que ultrapassam a normatividade econômica e jurídica do comércio dito formal. A atividade é composta ainda, por uma série de conflitos e negociações, como no caso que explicito no tópico que precede a este, pois há existência de conflitos com atores externos para a inserção da atividade na cidade. No próximo tópico buscarei demonstrar as dimensões internas da atividade, a saber, camelotagem como uma atividade realizada em um espaço dotado de significados construídos pelos *camelôs*.

### 3.3 “Isso aí faz parte da minha vida.”

A camelotagem no centro está repleta de significações e estas variam de acordo com os sentidos que cada grupo atribui à atividade. A partir de observações e entrevistas semi-estruturadas, onde indaguei alguns *camelôs* sobre a chegada, permanência e as principais dificuldades e benefícios da profissão, pude chegar a algumas conclusões sobre a trajetória do *camelô* no centro e os significados que a sua atividade recebe. Os significados da carreira ultrapassam as compreensões acerca da normatização econômica e jurídica, pois, como apresentarei, os sentidos morais dos *camelôs* não estão ancorados na mesma lógica formal dos lojistas, mas, sim, em torno da compreensão de dignidade associada ao trabalho em si, e não somente aos elementos institucionais criados pelo Estado.

Os *camelôs* por mais que vêm grandes dificuldades na comercialização de produtos considerados *piratas* este fato não incide na carreira como um ato imoral ou criminoso. Pude identificar que é o medo de serem “presos”, ou seja, terem suas mercadorias apreendidas, que faz com que os trabalhadores tenham receio em trabalhar com tais produtos. Não há um estigma em torno da comercialização destes produtos e muito menos com o fato de não pagarem os impostos pela atividade comercial. A atividade em si, tida como um trabalho honesto. É tomada como elemento que confere dignidade aos trabalhadores.

Observando uma reunião realizada entre o poder público e *camelôs* no final do ano de 2009, pude presenciar um série de demandas apresentadas pelos *camelôs* e ao fazerem, estes acabavam se auto-classificando e deixando evidente, para mim, os sentidos de suas atividades. A seguinte declaração destaca como se dá a apreensão de atividade para Ismael:

Eu tô há muitos anos, vivo disso, criei meus filhos nisso, meus colegas também vivem disso, criam a família deles honestamente, com toda dignidade né? (fala de um *camelô*, extraída da reunião entre *camelôs* e poder público, no final do segundo semestre de 2009).

A atividade é tida como algo que possibilita a *criação dos filhos*, algo que acaba conferindo dignidade. A atividade não é vista nesta declaração como algo que inferioriza o trabalhador, mas, sim, confere honestidade e dignidade. Estes aspectos acionados na fala do *camelô* são valores morais com grande representação em nossa sociedade, onde o trabalho tem um papel fundamental, a saber, garantir a dignidade ao homem. Nas entrelinhas de sua fala, existe a afirmação de que não vivem

desonestamente, que no caso, poderia ser a prática de atividades criminosas, como roubo, tráfico de entorpecentes, entre outras atividades consideradas *ilegais* por estes.

O fato dos *camelôs* morarem em uma localidade considerada *periférica* contribui, muitas vezes, para que falem de contatos direto ou indireto com atividades relacionadas ao crime. Como o caso de Cristiano, apontado no primeiro capítulo. Ele me informou ter morado em favela e além de andar em *más companhias*, *aprontou muito*. A atividade para ele teve um significado moral que corrobora a declaração de Ismael, pois possui família, tem funcionários e isto para ele é o que norteia a sua carreira, e não o fato de trabalhar com *CDs e DVDs piratas*, atividade considerada ilegal e *desviante*.

No tocante a *dignidade* obtida na profissão, esta surge pelo fato do *camelô* exercer atividade que, apesar de utilizar meios que violam determinadas normas jurídicas, confere aos trabalhadores envolvidos um *status*. Este aspecto é corroborado no trabalho de Mafra (2005: 91). Segundo ela,

Não se deve esquecer que se trata de uma carreira de difícil aceitação social, embora represente, para boa parte de seus integrantes, uma forma “digna” e “honestas” de sobrevivência. Se, por um lado, o exercício da camelotagem tem uma imagem que estigmatiza, por outro, é um artifício usado na defesa contra outras acusações, como, por exemplo, a de “ser ladrão”.

Esta citação partiu de sua pesquisa, onde o trabalhador usou como uma oposição a sua atividade a carreira ligada ao crime, que é uma possibilidade, porém, *desonesta e desonrosa* perante seus pares. Esta carreira está permeada por uma série de *moralidades*. Sobre este aspecto, Pires (2010: 41) ressalta que este mercado, no qual o *camelô*, se insere,

(...) pode ser entendido como um lócus para o exercício de moralidades, conhecimentos e reconhecimentos de segmentos sociais que não encontrariam respaldo em uma economia subdividida e demarcada por uma lógica jurídica oficial. Dessa maneira, para além de se conceber como espaço reprodutor das relações sociais marcadas pelo ideal normativo moderno, parece ser antes resultado de relações baseadas em confianças, pessoalidades e ingerências que fazem com que o Estado não tenha uma única face, pois seus variados agentes acionam distintas éticas no relacionamento com estes atores.

As relações vivenciadas por estes indivíduos faz com que atribuam significados que ultrapassam uma ação econômica ou jurídica, pois há muito mais atributos que justificam e acabam servindo como elementos para auto-representação, baseada não em regulação estatal, mas sim no que entendem por *dignidade* e *honestidade*. A atividade

do *camelô* é dotada de uma significação positiva na sua cosmovisão, pois ser *dono do próprio negócio* acaba se tornando um elemento de distinção.

Como explico no primeiro capítulo, Cristiano informou que sempre *sonhou em ter uma banca de camelô*. Ter *patrão* para ele não era uma forma digna de trabalho, pois informou que recebia pouco dinheiro e ainda passava por algumas privações impostas pela regularidade da atividade, pois como comerciário tinha uma rotina de trabalhar de segunda a sábado com horários bem definidos, o que não ocorre na atividade da *camelotagem*. Nesta ocupação, na qual ele é o seu próprio *patrão*, os horários são definidos por ele, pois se tornou autônomo. Campos dos Goytacazes tem um comércio varejista que é um grande empregador e no caso dos *camelôs*, muitos deles já passaram por este emprego, como Cristiano.

No caso de Pedro, ele me informou com muita veemência que sua carreira, apesar de ser um *cansaço doido* (pois afirmou trabalhar muitas horas no dia, uma vez que a atividade não requer somente um tempo para venda, mas ainda, o transporte da mercadoria e a *arrumação* da banca), não retornaria para a sua antiga profissão de garçom. Ele me informou chegar ao local às 06h da manhã e sair às 20h, todos os dias, porém, em minhas observações, notei que o horário que ele chega para arrumar a banca é sempre às 10h da manhã, já a saída, pude notar que sempre ocorria entre 18h e 19h. No período conhecido como *ano novo*, caracterizado por festividades que ocorrem dia 31 de Dezembro de todos os anos, fui à banca de Pedro e percebi que ele não foi trabalhar e fiz isto durante toda a semana seguinte, porém ele não aparecia. Quando o encontrei ele informou ter ido passar as festividades de *ano novo* na praia de Copacabana, na cidade do Rio de Janeiro, em companhia de um amigo de sua família, *cheio da grana*, como afirmou. Esta possibilidade dele de ficar uma semana sem ir ao trabalho não seria possível em uma relação de trabalho regular, ou seja, com *patrão*.

Quando eu indaguei sobre as possíveis vantagens da atividade ele me informou o seguinte: *a vantagem é que é meu mesmo, não tem stress*. A autonomia é levada como uma vantagem que faz com que a carreira possa ser tida como algo que possibilita liberdade. Nesse sentido a dimensão da carreira toma sentidos construídos imaterialmente, como o caso da liberdade, altamente valorizada. Nas fases iniciais de minha pesquisa para este trabalho, tive uma conversa com uma *camelô do terminal* e ela me informou que foi trabalhadora do comércio durante muitos anos e optou pela carreira para ter uma renda mais elevada e, ao mesmo tempo, *ter tempo* para fazer as coisas que gostava. O tempo de trabalho não ganha uma regulação oficial no trabalho do *camelô* e, na maioria das vezes, ele excede sempre o tempo do trabalho oficial, pois

os *camelôs* destacavam sempre a dificuldade de transportar as mercadorias de casa para a banca todos os dias e vice versa.

O tempo é um elemento importante na carreira, pois o *camelô* exerce certo controle sobre ele, uma vez que esse não é determinado por uma regulamentação formal, mas, de acordo com a decisão do próprio trabalhador, algo que lhe dá o direito de trabalhar quando achar necessário. Pedro, por exemplo, me informou que sempre busca chegar cedo e sair tarde para não perder freguês para a concorrência (se referindo a uma banca que fica de frente para a dele e oferece os mesmos produtos que o dele). O fato de ele exercer um controle sobre o tempo está ligado a ideia de autonomia, algo que não é válido para um assalariado inserido no emprego alinhado ao modo de produção capitalista.

A família é outro elemento utilizado para agregar valores a carreira, pois, na maioria das vezes, se faz presente no trabalho, seja como colaboradora da atividade ou como referencial da função da atividade. Com relação à presença da família como elemento de valorização do *status* da carreira, Mamani (2007: 50) destaca que:

Nesse projeto, a família ocupa um lugar central já que nela se apóiam as possibilidades de mobilidade, combinando rendas e construindo um patrimônio. Tais fins resultam da operação de uma racionalidade social “indivisa”, que não separava o econômico do residencial e do matrimonial - na qual o econômico é meio para outros fins.

Esta citação evidencia a presença da família na atividade, algo que é comum na carreira, pois faz parte da construção de uma carreira autônoma com o objetivo não somente de sobrevivência ou acumulação, mas ainda, da construção de um patrimônio no que está sendo tecido pela própria família. Certa ocasião, presenciei Pedro conversando com a sua filha mais velha sobre a possibilidade dela trabalhar no sábado, ela logo reclamou com uma ar de gracejo e ele logo disse: *isso aqui não é meu, é seu também, é pra gente mesmo*. Esta declaração, junto com a citação, corrobora a declaração de Ismael, onde ele afirmou: *vivo disso, criei meus filhos nisso*. Estes fatores sociais dão um significado à carreira que ultrapassa as formas de regulações institucionalizadas pelos mecanismos institucionais oficiais.

A imagem 03, utilizada no primeiro capítulo, destaca um cartão oferecido por Elias para os clientes que frequentam a sua banca. O nome da sua banca revela a família como elemento importante para a constituição dos significados da carreira.

Como destaquei no início deste tópico, a carreira da camelotagem não está demarcada apenas por elementos materiais, a saber, a troca de mercadorias, mas ainda

uma forma de distinção como trabalhador que utiliza as ferramentas que lhe estão disponíveis, para acessar no centro da cidade com o objetivo de exercer a comercialização em um espaço que é ressignificado constantemente. De terminal, pode se transformar em local de comercialização de mercadorias, que vem acompanhado da formação de redes sociais que possibilitam aos atores envolvidos, a busca por reconhecimento de suas atividades no espaço público da área central, a saber, no centro da cidade de Campos dos Goytacazes.

### 3.4 “Não somos porcos, somos trabalhadores de rua”

A formação identitária dos *camelôs* do centro se dá por meio de um processo interativo dialógico, onde estes acionam bens simbólicos com a pretensão de se tornarem legítimos no espaço público central, local onde a identidade destes é representada de várias formas. Como destaquei desde o início, a entrada dos *camelôs* no centro se dá de várias formas, pois a entrada e permanência no centro é fruto de uma série de negociações, seja com os seus pares, com lojistas ou mesmo com o poder público municipal. Neste tópico intento destacar como se dá o processo político de inserção no centro de Campos dos Goytacazes, destacando a busca por reconhecimento da legitimidade da atividade no centro como um elemento importantíssimo para a afirmação da carreira no centro da cidade.

Como explicito neste trabalho, a carreira do *camelô* sofre uma série de vulnerabilidades e estas acabam sendo utilizadas como dispositivos para que outros grupos ou mesmo o poder público torne plausível o pedido de retirada destes grupos da área central da cidade. Como apontado acima, os *camelôs* e lojistas são representados como grupos que vivem um grande conflito pelo acesso da área central da cidade e estes acabam ganhando uma dimensão que ultrapassam a esfera midiática.

A luta travada por *camelôs* e comerciantes lojistas não se limitaram somente a esfera midiática, mas os comerciantes representados pela CDL, foram mais longe, acionaram o ministério público em 2006, pedindo para que os *camelôs* fossem retirados da área central. A partir daí, o conflito passa a entrar em uma *arena pública*<sup>27</sup>, onde um espaço de reivindicação é criado para que os *camelôs* pudessem por meio de representantes, acessarem as discussões políticas que tocavam a presença deles na cidade.

---

<sup>27</sup> Ver CEFAI, D.; MELLO, M. A. da S.; MOTA, F. R. e VEIGA, F. B. (Orgs.) (2011), *Arenas Públicas: por uma etnografia da vida associativa*. Rio de Janeiro: EdUFF.



As manifestações principais dos *camelôs* ocorreram em dois momentos. No primeiro, não foram os *camelôs do terminal*, mas sim os *camelôs* do camelódromo Michael Haddad que tiveram a sua luz cortada por falta de pagamento ao órgão que fornece energia pela prefeitura municipal. Diante de tal fato, os *camelôs* resolveram fechar a Avenida Formosa, uma das principais ruas de acesso ao centro e vizinha ao camelódromo. A outra manifestação se deu entre os *camelôs do terminal*. Nos parágrafos seguintes problematizarei com mais detalhes as manifestações dos *camelôs do terminal*.

Como eu disse anteriormente, os comerciantes lojistas acionaram o Ministério Público, em 2006, para que os *camelôs* pudessem sair da área central, porém o ministério acatou o pedido, no ano de 2009, quando estipulou um prazo para que os *camelôs* saíssem do Terminal Rodoviário Luis Carlos Prestes. Mediante a decisão do Ministério Público, o poder público municipal, após duas reuniões com os *camelôs*, conseguiu convencê-los a irem para o lado do camelódromo Michael Haddad, no dia 27 de dezembro de 2009, que teria uma nova cobertura para que os trabalhadores se instalassem.

Ao chegar ao local combinado no prazo estipulado pelo poder público, os *camelôs* observam o local e questionaram a *falta de proteção* da instalação e se negam a fazer a mudança. Uma *camelô*, muito exaltada no momento de olhar para a instalação afirmou: *falaram tanto da nossa favela e trouxeram a gente para outra favela. Não somos porcos, somos trabalhadores de rua* (declaração obtida em uma observação no dia 27/12/2009). Após este episódio, no qual eu estava presente, eles marcaram um protesto no mesmo lugar no dia seguinte. Eles me convidaram para eu tirar minhas fotos e informaram que acionariam os principais periódicos municipais, mas o único que vi foi a Folha da Manhã.

Com relação ao acionamento dos meios de comunicação para tornar as demandas menos particulares e mais amplas, observei os *camelôs* comentarem no momento em que todos estavam organizados para decidir como fariam o protesto, que optariam pelo jornal Folha da Manhã, pois informaram que o periódico O Diário tem ligações com o Poder Executivo Municipal, portanto, não cobriria a manifestação. Desse modo, justificaram que optariam pela Folha da Manhã por ser um periódico de oposição ao Poder Executivo, pois estava ligado a outro grupo político. Eles agiram com perspicácia ao identificarem os conflitos entre dois principais grupos políticos<sup>28</sup> da

---

<sup>28</sup> No tocante aos principais grupos políticos que disputam poder na cidade de Campos dos Goytacazes, estes são compostos principalmente por, de um lado, grupos ligados ao ex-governado do Rio

cidade, e utilizarem esta brecha política para publicizarem suas demandas, que para eles seria importante para que a atividade tivesse um reconhecimento positivo, enquanto que para o jornal, era uma forma de enfraquecer o grupo político que estava na posição.

No dia seguinte, a primeira ação foi fechar a Avenida Formosa, que ficou com o trânsito interrompido por aproximadamente quarenta minutos. Após a chegada da Guarda Civil Municipal e da Polícia Militar houve um longo período de negociações. Os *camelôs* na negociação disseram que só sairiam do local após a certeza de uma conversa com a prefeita ou o secretário de governo, pois se recusavam a sair do local em que exerciam suas atividades anteriormente para ficarem instalados em um local sem uma *estrutura firme que protegesse de fato do sol e chuva*.

Após este período de negociação, foi concedida uma reunião dos *camelôs* com a prefeitura no mesmo dia, na qual eu fui impedido de entrar, mesmo me apresentando como pesquisador da Uenf. Com a realização desta reunião o Poder Público Municipal acatou a demanda apresentada pelos trabalhadores e deixou que eles permanecessem no terminal Luis Carlos Prestes. O poder executivo buscou, ainda, prorrogar o prazo dado pelo ministério público. No tocante a esta ação do poder público municipal, o periódico Folha da Manhã noticiou o seguinte:

**Prefeitura recua e tentará rever prazo  
Ambulantes fecham rua Formosa e prefeitura promete ir ao MP  
para atender pedido.**

No dia marcado para que os ambulantes da área central de Campos passassem a ocupar a área improvisada ao lado do Shopping Michael Haddad, a prefeitura cedeu mais uma vez à pressão dos camelôs, após a categoria realizar uma manifestação que impediu o trânsito na rua Tenente Coronel Cardoso (Formosa) durante quase meia hora na manhã de ontem (...). Durante a manifestação um grupo de ambulantes se dirigiu a sede da prefeitura para tentar um novo entendimento com o poder público. A prefeita Rosinha Garotinho os recebeu e prometeu buscar um novo prazo junto ao Ministério Público para a mudança (...) (FOLHA DA MANHÃ, *Prefeitura recua e tentará rever prazo: Ambulantes fecham rua Formosa e prefeitura promete ir ao MP para atender pedido*. 29/12/2009).

Este evento destaca a força política que os *camelôs* mobilizaram para publicizar suas questões. E isso teve grande repercussão, pois fez com que o prazo do Ministério Público fosse prorrogado. Eles indagaram ainda sobre a localização, pois queriam um lugar que fosse mais adequado para o exercício da atividade, porém, permanecendo na

---

de Janeiro e atualmente deputado estadual, Anthony Garotinho e, por outro lado, grupos ligado ao ex-prefeito da cidade de Campos dos Goytacazes e atualmente deputado federal, Arnaldo França Vianna.

área central. Um projeto de ampliação do camelódromo foi proposto ainda, pelo poder municipal, o que atenderá as demandas dos *camelôs*, caso seja efetuada a construção de um novo camelódromo.

Estes conflitos mostraram que a luta dos *camelôs* fez com que eles alcançassem o reconhecimento na área central, na medida em que as suas demandas estão sendo incorporadas legitimamente. Mas longe de uma luta acabada, pois este processo é longo e duradouro, existe ainda uma série de conflitos entre *camelôs* e comerciantes.

Estes eventos destacaram um processo de luta por reconhecimento da atividade no centro da cidade. No decorrer dos conflitos que geraram as reivindicações, pode perceber uma série de artifícios utilizados pelos *camelôs* para tornar plausível a busca pelo reconhecimento. Uma série de argumentos foi levada a público para que a construção da legitimidade da carreira fosse justificada. Para isto o grupo passa a acionar os dispositivos morais existentes na carreira para positivação da atividade, como por exemplo, a condição de *trabalhadores de rua* e *chefes de família*.

Os conflitos fizeram com que os *camelôs* começassem a se organizar reivindicando para si o direito de permanecerem no centro legitimamente e não como *invasores*. Esta relação fez-me adentrar na discussão de Honneth, pois este mostra como a depreciação pode levar indivíduos ou grupos a se organizarem em uma luta por reconhecimento. Vejamos no trecho que segue:

...os sujeitos humanos não podem reagir de modo emocionalmente neutro às ofensas sociais, representadas por maus tratos físicos, pela privação de direitos e degradação, os padrões normativos de reconhecimento recíproco têm uma certa possibilidade de realização no interior da vida social em geral; pois toda reação emocional negativa que vai de par com a experiência de um desrespeito de pretensões de reconhecimento contém novamente em si de que a injustiça infligida ao sujeito se lhe revele em termos cognitivos e se torne motivo de resistência política. (HONNETH, 2003, p. 224)

A depreciação gerada pelos confrontos que acabaram conferindo estigmas aos *camelôs* acabou servindo como um ato motivacional, que fez com que estes se organizassem (algo que não era tão comum até o momento dos conflitos) para reivindicar para si o direito de permanência no centro da cidade trabalhando. Para apresentarem suas demandas, escolheram entre eles um representante como interlocutor frente ao poder público.

Esta organização fez com que a voz dos *camelôs* emergisse na mídia, fazendo com que suas demandas tivessem maior alcance, o que não acontecia até o momento dos *camelôs* conseguirem entrar em uma *arena pública* de discussão. Fiz uma avaliação no principal periódico, com grande circulação municipal, de 2001 até 2010, e percebi

que até a mobilização dos *camelôs*, o grupo era mencionado com adjetivos depreciativos, tanto nas falas de comerciantes quanto de jornalistas. Isto deixou evidente a postura do periódico. Fica explícito um *nós*, para os comerciantes, e *eles*, para os *camelôs*. O periódico pode ser lido como fala dos comerciantes, grupo econômico de grande poder aquisitivo. Após as manifestações e inserção da demanda dos *camelôs* em uma *arena pública*, passa haver um recuo da mídia, tanto porque a mesma, em certa ocasião, afirmou a *impopularidade* de uma possível retirada dos *camelôs* da área central pelo poder executivo.

A reação dos *camelôs* às ofensas sofridas destaca que em um contexto urbano multidentitário, as lutas pelo acesso de determinados grupos a este espaço ocorre não somente por uma via econômica, mas ainda, política e dialógica, onde é criado um espaço para discussão de problemas que afetam certos grupos. No tocante ao processo interativo vivenciado no espaço público, onde são travados conflitos identitários na busca pelo reconhecimento, Silva (2009: 122) destaca que:

Do ponto de vista de uma análise institucionalizante desse campo de relações interativas, diríamos que este é um ambiente de concorrência pelo bem simbólico do poder da forma de se fazer reconhecer neste espaço, no sentido de representações dos valores políticos identitários. Sendo assim, o mercado que esse campo estrutura é conflitivo e caracterizado pela complexidade das diferenças nele encontradas.

Os dois grupos presentes no centro de Campos dos Goytacazes, a saber, *camelôs* e lojistas, estão em um ambiente de concorrência, onde são acionadas gramáticas específicas para que o reconhecimento do poder público ocorra, e isso ocorre, tanto do lado dos comerciantes, com o objetivo de tirar os *camelôs* do centro, quanto a luta pela permanência, travada pelos *camelôs*. Estes dois atores atuam com o objetivo de comoção do poder público, principal instituição de mediação, no caso, a prefeitura municipal de Campos dos Goytacazes. Silva (2009: 58) ressalta que:

No âmbito das instituições políticas, as prefeituras são as instituições políticas, as prefeituras são instituições do sistema político mais próxima desses atores sociais e, conseqüentemente, as que melhor refletem, ou mesmo orquestram algumas mudanças referentes a estes aspectos, sobretudo por terem que incorporar demandas diferencialistas e transformá-las em políticas públicas.

A demanda por reconhecimento legitimidade destes *camelôs* no centro de Campos dos Goytacazes é buscada não como uma forma de inserção da formalidade, mas sim o reconhecimento da carreira, tal como ela é, e dar acesso a mesma na cidade.

A mobilização dos dois grupos alcançou o poder público e criou um espaço de diálogo da prefeitura municipal, tanto com lojistas, quanto com os *camelôs*. Nessa entrada, para dialogarem, os dois grupos utilizaram o potencial discursivo e os aspectos que positivavam ou negativavam o outro. O *camelô* utilizou uma gramática moral, atribuindo uma validação moral a sua carreira, enquanto o lojista, uma gramática jurídica, no intento de deslegitimar a permanência dos *camelôs* no centro.

## **Conclusão**

O trabalho apresentado evidenciou elementos que são significativos para se pensar a carreira do *camelô* na cidade, pois esta não é permeada apenas por uma relação econômica ou jurídica, algo emblemático em atividades comerciais. A atividade carrega consigo uma gama de significação, seja na representação do *camelô*, ou mesmo na de atores externos à atividade, como o caso do poder público, comerciantes lojistas e mídia local. A interação dos citados atores em um espaço urbano favorece não somente a construção de estigmas, mas também, de embates políticos que possibilitam a formação política de identidades.

No tocante a carreira do *camelô*, esta é permeada por uma série das vulnerabilidades que acabam sendo utilizada como mecanismo de categorização das atividades, conferindo a esta uma identificação negativa na cidade, como se esta fosse unicamente permeada por aspectos considerados negativos. Estes aspectos acabam por colocar os trabalhadores considerados *informais* em uma escala inferior na hierarquia dos centros urbanos, como *invasores do centro* e não trabalhadores.

O basilar do *conflito* dos *camelôs* no centro foi a forma que os estigmas atribuídos aos *camelôs* foram sentidos. Ao invés de um estímulo para a saída dos mesmos da área central, serviu como força motivacional para que estes lutassem por reconhecimento e acesso ao centro da cidade como trabalhadores e não *invasores*. Esta luta, por mais que inacabada, surtiu um grande efeito na forma como os *camelôs* passaram a ser reconhecidos.

No tocante a emergência e permanência do *camelô* na cidade, o trabalho destacou que a própria cidade, como um lugar aglutinador de diversas atividades, favorece e atrai a atividade, uma vez que a formação de espaços com grande fluxo de pessoas pode se tornar favorável ao consumo em potencial, criando espaços intersticiais, onde os *camelôs*, sejam eles de *bancas* ou de *rua*, são favorecidos e acabam se instalando com o objetivo de realizar uma atividade comercial que possibilita não

somente uma aquisição de dinheiro fruto da atividade, mas ainda, a formação de uma rede de relações, dentro ou fora do grupo.

No que diz respeito à relação estabelecida no interior do grupo, esta é permeada por relações de confiança, comensalidade, ajuda mútua, estabelecimento de fronteiras simbólicas, corrupção de agentes do poder público municipal, dentre uma série de fatores que dão significação a carreira, permeada por relações mais flexíveis do que o trabalho considerado *oficial*. A vivência no interior do *terminal* favorece a construção de um grupo com fronteiras que são delimitadas e, ao mesmo tempo, frouxas com relação inserção de novos indivíduos, que serão aceitos ou não, condicionado por relações pessoais.

Os *camelôs* presentes no terminal elaboram as suas declarações identitárias baseadas não na carreira em si, mas nos fatores que estão agregados a ela, pois no próprio discurso do *camelô* a atividade é negativa, sendo necessária uma série de justificativas para tornar plausível a busca por reconhecimento da mesma. Nesse caso, o *camelô* aciona os diversos significados presentes na atividade, como a liberdade, a autonomia, ou mesmo, elementos da moral cristã, como a família. Estes elementos são importantes para a carreira, pois servem como elemento de posituação da mesma, uma vez que esta é apresentada como composta de uma gama de vulnerabilidades. Estas acabam se tornando mecanismos de controle e formação de um reconhecimento negativo da identidade social do grupo na cidade.

As representações geradas na cidade acerca da atividade do *camelô* acabam favorecendo a construção de estigmas no grupo, que são apontados na mídia local como invasores, sonegadores de impostos, entre uma série de representações que tem por objetivo tornar plausível a negatuação da carreira na cidade, para que o próprio poder público tome medidas *higienizadoras*. Nesse caso, a retirada do grupo da cidade, uma vez que estes são apontados como *problemas de ordenamento* da área central. Estas ações acabam atribuindo outra significação da carreira.

As possíveis vulnerabilidades na carreira, como a localização do grupo em locais suscetíveis às condições climáticas, como o caso da exposição às chuvas, ao sol e a poeira, fatores que contribuem até mesmo para a desvalorização das mercadorias que sofrem com a exposição, a condição jurídica da localização do grupo, ou mesmo, os estigmas imputados à atividade, agem como fatores motivacionais para que os grupos lutem por reconhecimento da atividade.

No que toca a formação identitária do grupo na cidade, esta está relacionada à luta pelo reconhecimento da atividade, pois a depreciação da identidade do grupo por

atores externos ao grupo contribui para que os *camelôs* acionem dispositivos que estão associados a atividade para a luta do reconhecimento identitário da mesma. Esta se insere não meramente em uma esfera local, como, no caso, a área central, mas ainda, ganha uma dimensão pública através de ferramentas midiáticas, que publiciza a luta do *camelô*.

As questões presentes neste trabalho são relevantes não somente para se pensar uma questão particular, como o caso da luta dos *camelôs do terminal* para que estes tenham acesso ao centro de Campos dos Goytacazes, mas ainda, coloca em questão a dinâmica urbana das representações sociais, construção de estigmas e as reações de grupos que sofrem de uma segregação, não necessariamente, espacial, mas ainda social e simbólica, uma vez que alguns grupos, indivíduos ou mesmo atividades, sofrem ofensas que limitam a acessibilidade destes nos centros urbanos.

**Bibliografia utilizada:**

**AGIER, M.** (2001). *Distúrbios identitários em tempos de globalização*. Mana, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 7-33, out.

**BAUMAN, Z.** (2009). *Confiança e medo na cidade*. Rio de Janeiro: Zahar.

**BAKHTIN, M. M.** (1999). *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. São Paulo: Hucitec.

**BECKER, H. S.** (2008). *Outsiders: estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro. Ed. Zahar.

**BOURDIEU, P.** (2007). *A Distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo/Porto Alegre, EDUSP/Zouk.

**BRAUDEL, F.** (1998). *Civilização Material, Economia e Capitalismo Séculos XV-XVIII*. (Vol. 2 – O Jogo das Trocas). São Paulo: Martins Fontes.

\_\_\_\_\_. (1987). *A dinâmica do capitalismo*. Rio de Janeiro: Rocco.

**CANEVACCI, M.** (1997). *A cidade polifônica*. Ensaio sobre a antropologia da comunicação urbana. São Paulo, Studio Nobel.

\_\_\_\_\_. (2001). *Antropologia da comunicação visual*. Rio de Janeiro. DPeA.

**CHARTIER, R.** (1991). *O mundo como representação*. Estudos Avançados, jan - abril/, 11(5), p. 173-191.

**CANCLINI, N. G.** 2003. *Culturas Híbridas*. 4ª ed. São Paulo: Edusp.

**CEFAI, D.; MELLO, M. A. da S.; MOTA, F. R. e VEIGA, F. B.** (Orgs.) (2011), *Arenas Públicas: por uma etnografia da vida associativa*. Rio de Janeiro: EdUFF.

**CUNHA, N.; MELLO, P.** (2006). *SAARA: reinventando etnicidades e ambiências urbanas num mercado popular carioca*. In: Maria de Fatima Cabral Marques Gomes. (Org.). *Cidade, transformações no mundo do trabalho e políticas públicas. A questão do comércio ambulante em tempos de globalização*. Rio de Janeiro: DP& A Editora.

**DAMATTA, R.** (2000). *Relativizando: uma introdução à antropologia social*. Rio de Janeiro: Editora Rocco.

\_\_\_\_\_. (1997), *Carnavais, Malandros e Heróis*. Rio de Janeiro, Rocco.

**DUBAR, C.** (1997) *A socialização: construção das identidades sociais e profissionais*. Porto. Porto Editora.

**ELIAS, N. e SCOTSON, J.** (2000). *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Zahar.

**FARIA, T. P.** (2000). *As reformas urbanas de Campos e suas contradições. O plano de 1944: uma nova ordem social e urbana*. CD-ROM dos *Anais do 6º Seminário de História da Cidade e do Urbanismo*. Natal – RN.



**FREITAS, C. R. B.** (2006). *O Mercado Municipal de Campos dos Goytacazes: A sedução persistente de uma instituição pública*. Dissertação de mestrado em Políticas Sociais. Universidade Estadual do Norte-Fluminense Darcy Ribeiro.

**FREHSE, F.** (2007). *Las interacciones de los transeúntes como patrimonio de las calles centrales latinoamericanas? El comercio ambulante de São Paulo como ejemplo*. In: Losada, D. R. (Org.). *Espacio Público, Patrimonio e Identidad(es) en América Latina*. 1ª ed. Puebla: Instituto de Ciencias Sociales y Humanidades, v. 1, pp. 163-193.

**GEERTZ, C.** (2008). *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC.

**GOFFMAN, E.** (1988). *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4ª ed. Rio de Janeiro: LTC Editora.

\_\_\_\_\_. (2010). *Comportamento em lugares públicos: notas sobre a organização social dos ajuntamentos*. Tradução de Fábio Rodrigues Ribeiro da Silva. Petrópolis, RJ: Vozes.

**GIUMBELLI, E.** (2002). Para além do trabalho de campo: reflexões supostamente malinowskianas. *Rev. bras. Ci. Soc.* São Paulo, v.17, n.48, Feb, p. 91-107.

**HALL, S.** (2005). *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 10ª edição. Rio de Janeiro, DP&A.

**HONNETH, A.** (2003). *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais* (Trad. Luiz Repa). São Paulo: Ed. 34.

**HUGHES, Everet.** (1971), *The sociological eye: select papers*. Nova York, Aldin-Atherton.

**LAMEGO, A.** (2007) *O homem e o brejo*. Rio de Janeiro: IBGE.

**LE MOS, L. M.** (2001). *Investigação sobre o Perfil do Trabalho Informal em Campos: um Enfoque sobre os Trabalhadores de Rua (Camelôs)*. Boletim técnico 3. Campos dos Goytacazes: Observatório Socioeconômico. Acessado em: <http://portal.iff.edu.br/projetos/observatorio-socioeconomico-da-regiao-norte-fluminense/publicacoes/Boletim03.pdf/view?searchterm=None>, no dia 11/02/2010.

**LOIZOS, P.** (2008). *Vídeo, filme e fotografias como documentos de pesquisa*. In: BAUER, W. M. & GASKELL, G. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis-RJ: Ed. Vozes.

**MACHADO DA SILVA, L. A.** (2003). *Mercado de trabalho, ontem e hoje: informalidade e empregabilidade como categorias de entendimento*. Pp. 140-178. In: SANTANA, M. A.; RAMALHO, J. R. (eds.) *Além de Fábrica-trabalhadores, sindicatos e a nova questão social*. São Paulo: Boitempo Editora.

**MAFRA, P. D.** (2005), *A "pista" e o "camelódromo": camelôs no Centro do Rio de Janeiro*. Dissertação de mestrado em Antropologia Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro.

**MAMANI, H. A.** *Economia Informal, Mercado de trabalho e Políticas Públicas: notas iniciais para um estudo do Norte Fluminense*. v.1, n.1, jan-abr/2007. Disponível em [http://www.uenf.br/Uenf/Pages/CCH/Agenda\\_Social/](http://www.uenf.br/Uenf/Pages/CCH/Agenda_Social/) Acesso em: 15 de agosto de 2008.

**MENEZES, C.** (1976). *A mudança: análise da ideologia de um grupo de migrantes*. Rio de Janeiro: Imago.

**MONNET, J.** (2006). *Do vendedor ambulante ao cliente ambulante: um modelo teórico das relações entre o comércio de rua e a metropolização.*, In: CABRAL MARQUES GOMES, Maria de Fatima (org.), *Cidade, transformações no mundo do trabalho e políticas públicas. A questão do comércio ambulante em tempos de globalização*, Rio de Janeiro: DP&A editora/FAPERJ, 2006, p.171-187

**NORONHA, E. G.** (2003). *“Informal”, Illegal, Injusto: percepções do mercado de trabalho no Brasil*. RBCS. Vol. 18 nº. 53 out, pp 111-129.

**NUNES, E.** (1997). *A Gramática Política do Brasil: Clientelismo e Insulamento burocrático*, Rio de Janeiro, ENAP/Jorge Zahar Editores.

**OLIVEIRA, R.** (2002). *Trabalho*. In: LAMOUNIER, B. e FIGUEREDO, R. (orgs.) *FHC: A era FHC, um balanço*. São Paulo: Cultura editores associados.

**OLIVEN, R. G.** (1996). *A antropologia de grupos urbanos*. Petrópolis: Vozes.

**PARK, R. E.** (1999). *La ciudad y otros ensayos de ecología urbana*. Barcelona: Ediciones del Sebal.

**PINTO, J. R. P.** (2003). *Um pedaço de terra chamado Campos*. Campos, RJ: Almeida Artes Gráficas.

**PIRES, L. dos S.** (2010). *Arreglar não é pedir arrego: Uma etnografia de processos de administração institucional de conflitos no âmbito da venda ambulante em Buenos Aires e Rio de Janeiro*. 2010. Tese (Doutorado)—Universidade Federal Fluminense, Niterói.

**POLANYI, K.** [1944] 1975. *The Great Transformation*. New York: Octagon Books.

**RABOSSI, F.** (2004). *Nas ruas de Ciudad Del Este: Vidas e vendas num mercado de fronteiras*. Tese de doutorado em Antropologia – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro - RJ. Disponível em: [http://teses.ufrj.br/PPGAS\\_D/FernandoRabossi.pdf](http://teses.ufrj.br/PPGAS_D/FernandoRabossi.pdf), acessado em 10/11/2009.

**REGINENSI, C.** (2004). *O espaço público dos vendedores ambulantes (Guiana francesa, Belém do Pará e Recife, Brasil): entre negociação e conflito, a procura de sustentabilidade*, Coimbra, Portugal, 16-17-18 setembro 2004. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/lab2004/inscricao/pdfs/painel56/Reginensi.pdf>, acessado em 17/02/2010.

\_\_\_\_\_. (2006). *Novo Olhar no Mundo da globalização: experiências urbanas dos vendedores ambulantes no Rio de Janeiro (Brasil) e em Marselha (França)*. In: Maria de Fatima Cabral Marques Gomes. (Org.). *Cidade, transformações no mundo do trabalho e políticas públicas. A questão do comércio ambulante em tempos de globalização*. Rio de Janeiro: DP& A Editora.

\_\_\_\_\_. (2010). *Práticas formais e informais na cidade (in)sustentável*. In: Cabral, M.F.M.G, Barbosa, M.J.de Souza. (Org.). *Cidade e sustentabilidade: Mecanismos de controle e resistência*. Rio de Janeiro: Terra Vermelha, v. , p. 125-1.

\_\_\_\_\_. (2011). *Práticas (in) formais e mobilização coletiva na Orla de Copacabana e na floresta da Tijuca*, Rio de Janeiro –Brasil. *Anais do XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais*, realizado na cidade de Salvador – BA. Acessado em: [http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1307109098\\_ARQUIVO\\_TextoCReginensiCongresso.pdf](http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1307109098_ARQUIVO_TextoCReginensiCongresso.pdf), no dia 10/11/2011.

**REZENDE**, C. B. (2001). Os limites da sociabilidade: “cariocas” e “nordestinos” na Feira de São Cristóvão. In: *Estudos históricos*, nº 28. Rio de Janeiro: FGV.

**RIO**, João do. (2008). *A alma encantadora das ruas: crônicas*. São Paulo: Cia das Letras, 2008, p. 189.

**ROCHA**, S. (1989). *Economia Informal: Algumas Considerações sobre Conceituações e Mensurações*. Texto para Discussão Interna. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, n. 181.

**RODRIGUES, I. D.** (2007). Os camelôs e as atividades conexas que compõem o circuito de circulação de mercadorias. *Revista Pegada*, Nº 1, Vol. 8, Junho de 2007, acessado em: <http://www4.fct.unesp.br/ceget/PEGADA81/5TextoIvanildo.pdf>, dia 19/11/2011.

**SILVA, R. C. C.S. & CARVALHO, A. M.** (2004) *Formação econômica da região Norte Fluminense* in - PESSANHA, R. M. & NETO, R. S. (Orgs.) *Economia e desenvolvimento no Norte Fluminense; da cana-de-açúcar aos royalties do petróleo*. Campos dos Goytacazes – RJ: WTC Editora.

**SILVA, S. L. P. da.** (2009). *Sociedade da diferença: Formações identitárias, esfera pública e democracia na sociedade global*. Rio de Janeiro: Ed. Mauad X: Faperj.

**SIMMEL, G.** (2009). *As grandes cidades e a vida no espírito*. Coleção, Artigo Lusofia, Universidade da Beira Interior. Covilhã, Portugal. LusofiaPress.

**TAVARES, M. A.** (2004). *Os fios (in)visíveis da produção capitalista – informalidade e precarização do trabalho*. São Paulo: Cortez.

**TERRA, D. C. T.** (2007). *“Uma leitura espacial da apropriação desigual das rendas petrolíferas em Campos dos Goytacazes”*, Tese de doutoramento da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) / Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG). 2007. Disponível na biblioteca da Universidade Candido Mendes – Campos dos Goytacazes - RJ (UCAM).

**VELHO, G.** (2008). *Metrópole, cultura e conflito* In: VELHO, G. (org.), *Antropologia urbana - cultura e sociedade no Brasil e em Portugal*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. pp. 09-29.

**VIEIRA, S. P. e FARIA, T. P.** (2003). *Princípios de Legislação Urbanística*,

*Planejamento Urbano e Divisão do Espaço: Um Estudo do Plano de Desenvolvimento Físico-Territorial Urbano de Campos dos Goytacazes/RJ.* Acessado em, [http://www.google.com.br/url?sa=t&ret=j&q=vieira%20e%20faria%20princ%C3%ADpios%20de%20legisla%C3%A7%C3%A3o%20urban%C3%ADstica%2C%20planejamento%20urbano%20e%20divis%C3%A3o%20do%20espa%C3%A7o%3A%20um%20estudo%20do%20plano%20de%20desenvolvimento%20f%C3%ADsico-territorial%20urbano%20de%20campos%20dos%20goytacazes%2Frj%E2%80%9D.&source=web&cd=1&ved=0CBwQFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.sbsociologia.com.br%2Fportal%2Findex.php%3Foption%3Dcom\\_docman%26task%3Ddoc\\_download%26gid%3D934%26Itemid%3D171&ei=Juu2TqbZCoGMgweOxICDBA&usg=AFQjCN GkGt3ShGcXSqLOZIJQAeXNZK2rqQ](http://www.google.com.br/url?sa=t&ret=j&q=vieira%20e%20faria%20princ%C3%ADpios%20de%20legisla%C3%A7%C3%A3o%20urban%C3%ADstica%2C%20planejamento%20urbano%20e%20divis%C3%A3o%20do%20espa%C3%A7o%3A%20um%20estudo%20do%20plano%20de%20desenvolvimento%20f%C3%ADsico-territorial%20urbano%20de%20campos%20dos%20goytacazes%2Frj%E2%80%9D.&source=web&cd=1&ved=0CBwQFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.sbsociologia.com.br%2Fportal%2Findex.php%3Foption%3Dcom_docman%26task%3Ddoc_download%26gid%3D934%26Itemid%3D171&ei=Juu2TqbZCoGMgweOxICDBA&usg=AFQjCN GkGt3ShGcXSqLOZIJQAeXNZK2rqQ), dia 06/11/2011.

**WEBER, M.** (2004). *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva* - volume 2. Brasília: UNB.

### **Periódicos consultados:**

FOLHA DA MANHÃ. (2000a). *.Cadê a praça?*. (Edvar Freitas Chagas) 09 de fevereiro de 2001. Pág. 07, Campos dos Goytacazes, RJ.

\_\_\_\_\_. (2000b). *.Edvar Chagas pede atenção de Arnaldo Vianna para os comerciantes..* 06 de janeiro de 2001b. Pág. 08, Campos dos Goytacazes, RJ.

\_\_\_\_\_. (2001). *Carta ao leitor..* (Murilo Dieguez) 30 de março de 2001. Pág. 06, Campos dos Goytacazes, RJ.

\_\_\_\_\_. (2009). *Prefeitura recua e tentará rever prazo: Ambulantes fecham rua Formosa e prefeitura promete ir ao MP para atender pedido.* 29/12/2009).

\_\_\_\_\_. (2010a). *Apreensão de 60t de produtos sem nota: Mega operação lacrou todos os boxes do Shopping Michael Haddad, ontem, 26 de março de 2010.* Pág. 8, Campos dos Goytacazes)

\_\_\_\_\_. (2010b). *O desterro de quem perdeu tudo,* 26 de março de 2010. Pág. 8, Campos dos Goytacazes)

### **Sites consultados:**

**Portal da Prefeitura de Campos.** (2010). *Campista anuncia plano para revitalizar centro.* <http://www.campos.rj.gov.br/noticia.php?id=218>, acessado no dia 29/04/2010.

**Guarus.com.** [http://www.guarus.com/2010/03/guarus-historia-desenvolvimento\\_16.html](http://www.guarus.com/2010/03/guarus-historia-desenvolvimento_16.html), acessado em 18/01/2011.

**GuiaSP.** <http://www.guiasp.com.br/sao-paulo/bras/feira-da-madrugada>, acessado em 22/04/2011.

Portal do Empreendedor, acessado em:  
<http://www.portaldoempreendedor.gov.br/modulos/entenda/quem.php>, no dia  
16/02/2010:

O cru e o cozido. Guarus, por Fernanda Huguenin, acessado em:  
<http://www.fmanha.com.br/blogs/ocrueocozido/?p=326>, dia, 10/05/2011.

## Anexos



Foto de Renan Lubanco Assis: O terminal do alto. Fotografado no dia 17/09/2009



Foto de Renan Lubanco Assis: Banca do terminal em dia de feriado. Fotografado no dia 28/12/2010.



Foto de Renan Lubanco Assis: Interior do terminal II. Fotografado no dia 12/10/2008



Foto de Renan Lubanco Assis: Interior do terminal visto do Shopping. Fotografado no dia 07/11/2009



Foto de Renan Lubanco Assis: Estrutura provisória para a mudança de lugar dos camelôs do terminal. Fotografado no dia 28/12/2009



Foto de Renan Lubanco Assis: Início do protesto realizado na Rua Formosa, Centro de Campos dos Goytacazes. Fotografado no dia 28/12/2009.



Foto de Renan Lubanco: Desenrolar do protesto: fechamento da Rua Formosa. Fotografado no dia 28/12/2009.



Foto de Renan Lubanco: Desenrolar do protesto II: fechamento da Rua Formosa. Fotografado no dia 28/12/2009.





Foto de Renan Lubanco: Negociação com a Guarda Civil Municipal, fotografado no dia 28/12/2009



Foto de Renan Lubanco: O reconhecimento midiático do protesto. Fotografado no dia 28/12/2010.



Reunião da Prefeita Rosinha Garotinho com os *camelôs*, após o protesto realizado. Foto extraída da Secretaria de comunicação municipal (Secom): <http://www.campos.rj.gov.br/destaqueNoticias.php>, data: 30/12-2009.